



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS – RIO CLARO



---

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

---

**EDUCAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO: ANÁLISE DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**MARCELA SOARES POLATO PAES**

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Instituto de  
Biociências do Câmpus de Rio  
Claro, Universidade Estadual  
Paulista, como parte dos requisitos  
para obtenção do título de Mestre  
em Educação.

**Julho - 2014**

**MARCELA SOARES POLATO PAES**

**EDUCAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO: ANÁLISE DE POLÍTICAS  
PÚBLICAS EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Instituto de Biociências de Rio Claro/SP da  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho” como requisito para  
obtenção do título de Mestre em Educação.

Profª. Dra. Joyce Mary Adam de Paula e Silva

Rio Claro  
2014



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
CAMPUS DE RIO CLARO  
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS DE RIO CLARO

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO: EDUCAÇÃO E PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**AUTORA: MARCELA SOARES POLATO PAES**

**ORIENTADORA: Profa. Dra. JOYCE MARY ADAM DE PAULA E SILVA**

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO , pela  
Comissão Examinadora:

Profa. Dra. JOYCE MARY ADAM DE PAULA E SILVA  
Departamento de Educação / Instituto de Biociências de Rio Claro

Prof. Dr. NEWTON ANTONIO PACIULLI BRYAN  
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. EDUARDO PINTO E SILVA  
Universidade Federal de São Carlos

Data da realização: 02 de julho de 2014.

## **RESUMO**

Neste trabalho propõe-se analisar a experiência dos jovens que participaram de um Projeto voltado à preparação de jovens para o mercado de trabalho desenvolvido em 2011, por uma autarquia municipal, responsável pela gestão dos serviços sociais em um município do interior do Estado de São Paulo; Esses jovens participaram também de cursos desenvolvidos em instituições parceiras dessa autarquia no ano de 2012, para as quais encaminha os participantes do Projeto, visando possibilitar a inserção no mercado de trabalho por meio da formação propiciada. Trata-se de uma política pública cujo objetivo é articular ações educativas e de cunho social, com o fim de melhorar a qualidade de vida da população por intermédio da formação para o ingresso na vida social produtiva. O trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa que utilizou como instrumentos de coleta de dados a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram acompanhadas as atividades dos jovens que finalizaram o Projeto, buscando identificar suas expectativas, a formação que lhes é oferecida nestas instituições e a contribuição desta formação para o ingresso no mercado de trabalho, na vida social e na formação para a cidadania.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Educação e Trabalho. Formação Profissional. Juventude e Trabalho.

## **ABSTRACT**

This paper proposes to analyze the experience of young people who participated in a Project that aims to prepare young people for the labor market, developed in 2011, by a local institution responsible for the management of social services in a city in the São Paulo/ Brazil state and also participated of professional training courses during the year 2012 in municipality partner institutions that aims to became possible the integration of theses young's with the labor market through the training offered. These institutions offer vocational courses for young graduates of this Project in partnership with the local authority in order to allow the possibility of entering the labor market through the training afforded. This is a public policy whose goal is to articulate educational and social nature to improve the quality of life through training for entry in social productive. This work is the result of a qualitative research that used as instruments of data collection document analysis and semi-structured interviews. For the development of this research were followed the activities of young people who have completed the Project, seeking to identify their expectations, the training being offered in these institutions and the contribution of this training for entry into the labor market, social life and citizenship training.

**Keywords:** Public Policy. Education and Labor. Vocational Training. Youth and Work.

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                                                 |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 1</b> - População de 15 a 17 anos, total, matriculada e fora da escola no Brasil.....                 | 32  |
| <b>Quadro2</b> - Taxa de Homicídios por ano no município.....                                                   | 51  |
| <b>Quadro 3</b> - Relevância das atividades realizadas no Projeto de preparação para o mercado de trabalho..... | 112 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                          | Página        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                                                                                                                                                      | <b>08</b>     |
| 1.1 Objetivo geral.                                                                                                                                                      | 13            |
| 1.2 Objetivos específicos.                                                                                                                                               | 13            |
| 1.3 Procedimentos metodológicos.                                                                                                                                         | 14            |
| 1.3.1 Entrevistas: primeira etapa.                                                                                                                                       | 19            |
| 1.3.2 Entrevistas: segunda etapa.                                                                                                                                        | 22            |
| 1.3.3 Análise dos resultados.                                                                                                                                            | 23            |
| 1.3.4 Contextualização da investigação proposta neste estudo.                                                                                                            | 24            |
| <br><b>2 AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CONTEXTO ATUAL:<br/>OS ANSEIOS DA JUVENTUDE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA<br/>SOCIEDADE CAPITALISTA.</b>        | <br><b>26</b> |
| <br><b>3 PROPOSTAS GOVERNAMENTAIS CONTEMPORÂNEAS PARA INSERÇÃO<br/>PROFISSIONAL DE JOVENS.</b>                                                                           | <br><b>38</b> |
| <br><b>4 ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DESENVOLVIDA POR UM MUNICÍPIO<br/>DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE<br/>JOVENS PARA O TRABALHO.</b> | <br><b>47</b> |
| 4.1 Caracterização do município.                                                                                                                                         | 48            |
| 4.1.1 Política municipal                                                                                                                                                 | 50            |
| 4.2 O Projeto de preparação para o trabalho: formulação da política e<br>implantação.                                                                                    | 53            |
| 4.2.1 Material do Projeto de preparação para o mercado de trabalho.                                                                                                      | 61            |
| 4.3 Cursos oferecidos aos egressos do Projeto de preparação para o mercado<br>de trabalho e a educação profissional no Brasil.                                           | 72            |
| 4.3.1 Curso voltado para o setor do comércio.                                                                                                                            | 75            |
| 4.3.1.1 Material utilizado no Programa voltado à Educação para o Trabalho.                                                                                               | 77            |
| 4.3.2 Curso voltado para o setor industrial.                                                                                                                             | 82            |
| 4.3.2.1 Material utilizado para o desenvolvimento das atividades.                                                                                                        | 85            |

|                                                                                                                                                       |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.3.3 Curso voltado para o setor administrativo. . . . .                                                                                              | 85         |
| 4.3.3.1 <i>Material utilizado para o desenvolvimento das atividades.</i> . . . . .                                                                    | 86         |
| <b>4.4 Considerações acerca do Projeto e cursos em análise. . . . .</b>                                                                               | <b>87</b>  |
| <b>4.5 Entrevistas realizadas com os participantes do Projeto de preparação para o mercado de trabalho e cursos de formação profissional. . . . .</b> | <b>103</b> |
| 4.5.1 Análise das entrevistas conforme os eixos temáticos estruturados. . . . .                                                                       | 105        |
| <b>4.6 Segunda etapa de entrevistas. . . . .</b>                                                                                                      | <b>127</b> |
| 4.6.1 Considerações acerca das entrevistas: resultados apontados após a análise . . . . .                                                             | 135        |
|                                                                                                                                                       |            |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO DA AÇÃO DESENVOLVIDA: ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA IMPLANTADA . . . . .</b>                                         | <b>145</b> |
|                                                                                                                                                       |            |
| <b>REFERÊNCIAS. . . . .</b>                                                                                                                           | <b>150</b> |
|                                                                                                                                                       |            |
| <b>APÊNDICE A – Roteiro da primeira etapa de entrevistas. . . . .</b>                                                                                 | <b>158</b> |
|                                                                                                                                                       |            |
| <b>APÊNDICE B – Roteiro da segunda etapa de entrevistas. . . . .</b>                                                                                  | <b>160</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

As discussões acerca da temática “Educação, Juventude e Trabalho” na atualidade evidenciam a necessidade de pesquisas sobre o tema com o objetivo de analisar os desafios da juventude na contemporaneidade frente às relações entre trabalho e educação.

Assim, no presente trabalho propõe-se analisar a experiência de jovens, que participaram de um Projeto de preparação para o mercado de trabalho, desenvolvido em 2011, por uma autarquia responsável pela gestão dos serviços sociais, em um município do interior do Estado de São Paulo.

Os jovens que participaram deste projeto realizaram cursos de capacitação profissional, durante o ano de 2012, em três instituições parceiras da autarquia, para as quais o projeto encaminha seus participantes.

Duas escolas são instituições de interesse de categorias profissionais, uma voltada para a área da indústria e a outra para o comércio. A terceira instituição é um centro de aprendizado, fundado por empresários da cidade, pertencentes à Associação Comercial e Industrial do município, desde 1968 e ligada à autarquia, a qual desenvolve o projeto aqui em análise. Posteriormente, esta instituição passou a fazer parte do movimento do patrulheirismo brasileiro, voltado ao atendimento de jovens com precária situação socioeconômica e, em 2007, adotou nova denominação relacionada à aprendizagem metódica e prática e ao atendimento de adolescentes considerados pela instituição em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Estas instituições ofereceram cursos profissionalizantes para os jovens egressos do referido projeto em parceria com a autarquia, visando possibilitar, por meio da formação oferecida, a possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

São, portanto, iniciativas cujo objetivo central é o de articular ações educativas e de cunho social com o fim de melhorar a qualidade de vida da população pela formação, para o ingresso na vida social produtiva, tal como apresentado na proposta do Projeto.

Para a realização da análise foram acompanhadas as atividades dos jovens que realizaram o Projeto em 2011 e que foram encaminhados para a participação de cursos profissionalizantes, nas demais instituições, em 2012; buscou-se identificar

suas expectativas ao finalizar a primeira etapa de formação no Projeto, e diante da possibilidade de ingresso em um dos cursos profissionalizantes oferecidos.

Foi analisado ainda o resultado da formação oferecida nestas instituições parceiras em relação à complementação da formação recebida no Projeto, foco deste estudo, a fim de compreender o impacto desta política pública, no que se refere à possibilidade de ingresso no mercado de trabalho e à formação geral dos jovens participantes.

Neste contexto, cabe destacar que a crença na educação, enquanto um caminho a ser percorrido para se alcançar uma colocação no mercado de trabalho, perpassa o imaginário coletivo, e reflete-se no discurso de jovens e de suas famílias os quais anseiam por encontrar ali o recurso que lhes garantirá o acesso a uma vida melhor, tendo em vista que o desemprego, conforme Nóvoa (2002), passa a ser concebido como um problema de aprendizagem, a ser resolvido pelos indivíduos.

Deste modo, muitas pessoas buscam encontrar na educação a chave que lhes possibilitará o acesso ao mercado de trabalho, tendo em vista que a inserção na vida produtiva se faz necessária enquanto forma de subsistência.

Entretanto, o objeto da educação não pode residir apenas na formação da mão de obra resumindo sua ação na adaptação dos indivíduos à configuração econômica capitalista, predominante na sociedade brasileira, pois, conforme coloca Saviani:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 1991, p. 21).

Sendo assim, a educação para a juventude precisa contemplar os diversos aspectos relacionados à formação humana e não apenas restringir-se à formação para o trabalho.

Diante do que foi apresentado, cabe considerar o que discute Adorno (1995), colocando que, na sociedade capitalista há um processo capaz de alienar o homem e suas condições de vida por meio de mecanismos de construção da heteronomia,

ou seja, da sujeição do indivíduo à vontade de terceiros, fazendo-o igual ao coletivo e deixando, assim, de pensar e de agir por si mesmo.

O homem aliena-se, desta maneira, de si mesmo ao “vender-se” enquanto força produtiva, em prol de sua sobrevivência, e pouco lhe restam de tempo e de oportunidades, para que uma existência emancipatória e crítica possam se configurar como condições possíveis, no contexto da sociedade capitalista atual. Assim,

Em nossa sociedade, marcada por processos planejados e controlados de trabalho e de organização da vida social, identificamos nas formas de organização do trabalho pedagógico escolar essa mesma lógica. Na escola, a organização do trabalho tem se pautado fortemente pela reprodução de uma lógica instrumental que institui, na escolarização, o privilégio de sua dimensão técnica e conservadora, que se sobrepõe àquela dimensão emancipatória própria do fenômeno educativo; tal dimensão seria capaz de realizar no indivíduo seu potencial de diferenciação. Dito de outro modo, a escola tem privilegiado o aspecto da adaptação dos indivíduos à sociedade, deixando de lado processos que poderiam ir além dessa adaptação [...] (SILVA, 2011 p. 15).

Fica claro, portanto, que há um afastamento dos objetivos da educação de uma ação que deveria contribuir efetivamente com a formação integral e, ao contrário, o desenvolvimento de uma adequação homem-setor produtivo.

Desta maneira, a educação demonstra uma intencionalidade implícita de propiciar a materialização da relação entre educação e trabalho, por meio do oferecimento da formação profissional de caráter técnico e ajustador da classe trabalhadora atrelada à formação básica e distancia, assim, sua prática educativa de uma ação crítica, emancipatória e voltada para o exercício da cidadania e da formação integral da juventude, que deveriam ser, de fato, seus objetivos.

Cabe destacar ainda que o currículo, ou seja, os saberes com os quais se pretende trabalhar, determinados por modelos educacionais consolidados nos programas e nos projetos, frutos de políticas públicas para a classe trabalhadora, podem se consolidar como forma de adestramento e alienação destas, ao retirar-lhes as efetivas condições de formação e de desenvolvimento e serem implantados em condições de desigualdade, com as ações voltadas aos demais segmentos da sociedade.

Neste âmbito, a educação e a sua articulação com a sociedade global confluem para que as determinantes implícitas ao acesso ou não, a determinados

saberes, que contribuem para a determinação do papel social dos sujeitos como parte da classe dominante ou dominada, na sociedade vigente, não sejam percebidas como produtos dos efeitos de condições sociais discriminantes e excludentes; tais as características do modo capitalista de sociedade, mas como destinos pessoais ou fatalidades, parte da trajetória e das escolhas dos sujeitos.

Nesta lógica, a educação contribui para conformar cada um com a sorte que lhe cabe no momento em que, ao determinar no currículo os saberes que comporão a formação da classe atendida por este ou aquele tipo de ensino, determina o tipo de trajetória que lhes é possível traçar, como sujeito pensante e ativo ou, como produto de uma sociedade que aliena e exclui aqueles a quem, para o Capital, interessa antes o oferecimento alienado de sua força de trabalho, do que sua formação crítica, como sujeito pensante e capaz de romper com os entraves deste modelo de sociedade.

Entretanto, o currículo, se concebido em conformidade com uma proposta educacional, comprometida com processos de transformação e de emancipação, pode consolidar-se como um campo de resistência quando, contraditoriamente, se organiza de modo a propiciar uma educação para a emancipação. Assim, compreendê-lo como:

[...] portador de uma razão que privilegia a adaptação, mas que, contraditoriamente, ao mesmo tempo, comporta a possibilidade de emancipação, permite-nos encarar a escola como depositária das contradições que permeiam a sociedade. Ajuda-nos a entender, nela, as relações entre indivíduos e sociedade como relações historicamente construídas. Nesse sentido, as escolas não são simplesmente alvo das proposições externas, presentes, por exemplo, nas reformas educacionais; o currículo e a escola não se submetem simplesmente aos interesses da economia ou da política, pois se constituem em instâncias mediadas pelas contradições sociais que, ao fortalecer o aspecto da adaptação, contêm em si a possibilidade de uma formação voltada para a resistência e para a emancipação. Para isso, é preciso privilegiar a prática da reflexão por parte de educandos e educadores; o exercício do pensamento crítico precisa se converter no objeto da formação, pois conforme assevera Adorno (1996), aquele que pensa, impõe resistência (SILVA, 2011, p. 29).

Dessa forma, um constante repensar das práticas educativas e dos saberes a serem trabalhados no contexto educacional se faz urgente a fim de buscar conduzir a educação como um campo de possibilidades e de emancipação dos sujeitos,

permitindo-lhes o exercício de sua cidadania enquanto sujeitos participantes e ativos na vida política e social do território onde vivem.

Assim, partiu-se do pressuposto de que, embora haja a necessidade de preparo das novas gerações para o mundo do trabalho, tendo em vista a necessidade de subsistência, as propostas educacionais precisam oferecer uma educação pautada em objetivos mais amplos; espera-se que contemplem uma reflexão crítica e constante sobre esta sociedade e o contexto do trabalho nesta, propiciando assim, o desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente diante do contexto da sociedade capitalista atual com o acesso ao conhecimento, e se configure em uma verdadeira proposta de educação para a emancipação.

Sendo assim, as políticas públicas voltadas à juventude e sua inserção no mercado de trabalho precisam considerar o oferecimento de oportunidades, direitos e o acesso à educação de modo a propiciar conjuntamente a qualificação profissional e o desenvolvimento da cidadania; tal concepção se faz necessária para que a juventude possa ser inserida na vida produtiva e usufruir de direitos básicos para uma vida digna.

Portanto, à luz da discussão acerca da relação entre educação e trabalho para a juventude na sociedade contemporânea aqui apresentada e da proposta do Projeto aqui em análise, foram suscitados alguns questionamentos, tais como:

1. Propostas desta natureza oferecem oportunidade de acesso à educação de modo a possibilitar conjuntamente a qualificação profissional e o desenvolvimento da cidadania?
2. Seus propósitos contemplam uma atuação participativa da juventude na sociedade em que se inserem necessária para que esta possa ser integrada ao mercado de trabalho e usufruir de direitos básicos para uma vida digna?
3. De que forma o capital cultural desses jovens e suas famílias, bem com a rede social em que estão inseridos, contribuem ou não para o alcance de suas expectativas individuais e dos objetivos do projeto?
4. São propostas voltadas a qual parcela da população e se buscam promover uma ação educativa de cunho crítico e reflexivo ou apenas de formação de mão-de-obra com vistas a suprir as necessidades impostas pela sociedade capitalistas?

Diante de tais questionamentos propiciados pelo conhecimento da proposta do Projeto desenvolvido pela mesma autarquia onde atuou a pesquisadora, a temática consolidou-se com um campo de estudo interessante que suscitou a possibilidade de discutir políticas públicas como a que vem sendo implantada por este Projeto possibilitando, assim, analisar práticas que vinculam as temáticas “Educação e Trabalho” e que vêm se disseminando na sociedade brasileira por ações governamentais voltadas à juventude de baixa renda e que conciliam formação geral e capacitação para o trabalho.

Para melhor compreensão das questões suscitadas serão analisadas e discutidas, no capítulo dois, relações entre educação e trabalho na sociedade atual; no terceiro capítulo serão discutidas propostas governamentais atuais para a inserção profissional de jovens e, no capítulo quatro, apresenta-se a análise da política pública desenvolvida no município e implantada por meio do Projeto voltado para a preparação de jovens para o mercado de trabalho, bem como do encaminhamento dos participantes para a realização de cursos profissionalizantes. Por fim, no capítulo cinco, foram apresentados os resultados finais referentes ao impacto da ação desenvolvida no contexto desta análise.

### **1.1 Objetivo geral:**

O principal objetivo da pesquisa foi analisar políticas públicas de formação para o trabalho por meio da análise de uma proposta implantada em um município no interior do estado de São Paulo.

### **1.2 Objetivos específicos**

1. Analisar o processo de implantação da política pública voltada para a formação para o trabalho, com base no Projeto de preparação para o mercado de trabalho e o impacto e a relevância em termos de formação.
2. Compreender os pressupostos inerentes à política pública desenvolvida no município, voltada ao oferecimento de cursos/projetos educativos relacionados ao contexto do mundo de trabalho e verificar se este tipo de proposta se efetiva em suas proposições de: oferecer momentos de formação de âmbito geral de cunho crítico e reflexivo; formação voltada ao

contexto do mundo do trabalho; atividades artísticas, culturais e esportivas; oferecimento de formação profissional específica e encaminhamento ao mercado de trabalho.

3. Analisar a proposta do Projeto de preparação para o mercado de trabalho e dos cursos profissionalizantes oferecidos aos egressos do Projeto, bem como os materiais utilizados nos cursos, verificando se oferecem conjuntamente a qualificação profissional e uma formação voltada para o desenvolvimento individual dos sujeitos. Além disso, analisar se as temáticas abordadas nestes projetos possibilitam uma formação voltada para a cidadania, e a atuação participativa e crítica na sociedade em que se inserem, concebidas como necessárias para que esta juventude possa ser integrada ao mercado de trabalho e usufruir de seus direitos básicos como cidadãos, ou apenas oferecem uma formação de mão de obra com vistas a suprir as necessidades impostas pela sociedade capitalista, relacionadas às características do mercado de trabalho no município.

### **1.3 Procedimentos metodológicos**

Para desenvolver este estudo considerou-se adequada a realização de uma pesquisa qualitativa utilizando como instrumentos de coleta de dados a análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas.

Nesta análise propôs-se entrar em contato com os jovens para realização dos procedimentos de coleta de dados no ambiente dos cursos de capacitação profissional, a fim de compreender o contexto em que as atividades relativas aos projetos e aos cursos profissionalizantes se desenvolvem e, conforme Bogdan e Biklein (1994), evidenciou-se que a proposta aqui desenvolvida possui características de uma pesquisa qualitativa. Assim, possui como fonte direta de dados o ambiente natural dos participantes; os dados são recolhidos por meio da realização de entrevistas e análise de documentos relacionados aos projetos (planos gestores, propostas e materiais escritos) que resultam em dados descritivos sobre a realidade estudada.

Para Paton (1986) as pesquisas qualitativas envolvem a obtenção de dados descritivos obtidos no contato do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto, e se preocupa em retratar a perspectiva dos

participantes, sem preocupação específica com os dados quantitativos tal como ocorreu nesta pesquisa.

Bogdan e Biklein (1994) destacam ainda que os pesquisadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados ou produtos em si, da mesma maneira como se desenvolve nesta análise que consiste, dentre outros aspectos, em compreender a rede social em que os jovens estão inseridos e o processo de formação inerente à sua participação em cursos profissionalizantes, para obter os elementos que subsidiam a análise dos resultados finais. Diante disto, verificou-se que a coleta de dados concentra-se mais no processo do que em seu resultado final, pois, embora este seja objeto de análise, a inserção ou não destes jovens no mercado de trabalho, pode ser considerado como produto final do Projeto; assim, o foco da análise reside no processo de formação dos jovens, o que culmina ou não, na inserção no mercado de trabalho.

Dessa forma, o tipo de investigação realizada possui características de natureza qualitativa tendo, portanto, sido esta a metodologia selecionada para a realização desta análise.

Para o desenvolvimento deste estudo propôs-se realizar a primeira etapa desta pesquisa com o levantamento bibliográfico sobre a temática estudada, a fim de subsidiar a análise das questões investigadas, de acordo com os referenciais teóricos; verificou-se o que já havia sido produzido, ademais de realizar um estudo aprofundado sobre as temáticas que embasaram as discussões desta pesquisa, tais como os tipos de pesquisa: qualitativa, bibliográfica e documental; procedimentos metodológicos: análise documental e entrevistas; conceito de trabalho, capital cultural, rede social, cidadania, educação para emancipação, educação mercadológica, educação e trabalho e ensino profissionalizante *versus* educação básica.

Esta etapa inicial ocorreu em abril 2012, após a elaboração do Projeto de Pesquisa, encaminhado para aprovação no Conselho do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade na qual a pesquisa está sendo desenvolvida.

Após esta etapa a pesquisadora entrou em contato com a Coordenação Geral dos Projetos, representada pela Coordenadora Técnica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da autarquia que coordena o Projeto voltado à preparação para o mercado de trabalho e a parceria entre a autarquia e as

instituições onde são oferecidos cursos profissionalizantes aos jovens. O objetivo deste contato inicial foi apresentar a pesquisa, solicitar autorização e realizar um levantamento e seleção da documentação do projeto e cursos a ser analisada.

Cabe salientar aqui que a pesquisadora responsável atuou como Pedagoga na autarquia, onde a pesquisa está sendo realizada, de maio de 2012 a outubro de 2013, porém, seu trabalho relacionava-se com a coordenação do setor pedagógico central. Este setor é voltado a projetos destinados ao atendimento de crianças e pré-adolescentes, por isto a pesquisadora não atuou diretamente no projeto foco deste estudo no período em que foi realizada a coleta e a análise de dados e nem manteve contato anterior com jovens participantes.

Entretanto, observa-se que o acesso aos profissionais que dirigem e atuam diretamente no projeto, e a autorização para realização da pesquisa no âmbito da autarquia, foi mais facilmente viabilizado devido ao fato de os Gestores do órgão conhecerem o trabalho da pesquisadora, além da possibilidade de os resultados da pesquisa poderem contribuir com o planejamento de novas ações e melhoria das atividades da autarquia, no que tange ao oferecimento de projetos voltados à formação para o trabalho.

Por outro lado a preocupação com a destinação das informações coletadas, tendo em vista se tratar de uma pesquisa com adolescentes, dificultou a aprovação do projeto junto ao órgão; porém, foi aprovado após a garantia do sigilo da identidade dos jovens, da realização da pesquisa apenas com jovens cuja participação fosse expressamente autorizada por um responsável e de livre iniciativa do adolescente. A garantia de que a coleta de dados junto aos participantes só teria início após o projeto ser aprovado pelo comitê de ética da universidade, foi outro quesito requerido.

Assim, o contato com a equipe da autarquia para autorização do desenvolvimento da pesquisa com os jovens ocorreu em julho de 2012.

Em setembro de 2012 o desenvolvimento da pesquisa foi autorizado pela autarquia e foi iniciada, então, a etapa de análise documental, selecionando os documentos a serem analisados.

Desse modo, foi primeiramente realizado o levantamento dos documentos da autarquia relacionados à execução dos projetos e dos cursos, os quais foram considerados pertinentes para realizar a análise:

1. Plano Gestor da Autarquia, por contemplar os projetos e os cursos objeto deste estudo.
2. Proposta de Execução dos projetos que contemplam a parceria do Projeto da autarquia com as instituições que oferecem cursos profissionalizantes, aos participantes deste projeto.
3. Apostila usada pelos educadores do Projeto e dos outros cursos para preparo das aulas, e material didático composto de apostila usada pelos participantes.

Após este levantamento, teve início a análise destes documentos para compreensão da estrutura, dos objetivos e da proposta contida em cada projeto e curso, bem como das temáticas, dos conteúdos e da forma de desenvolvimento das atividades propostas nos materiais.

É importante destacar que foi realizada a análise documental conforme colocado acima, pois, André (2005), aponta que este tipo de análise constitui uma técnica valiosa para pesquisas qualitativas, a fim de complementar informações já obtidas, e para desvelar novos aspectos sobre a problemática estudada.

Phillips (1974) considera como documentos, os materiais escritos que podem ser usados como fontes de informações sobre o comportamento humano. Diante disso, considerou-se que a análise destas propostas permitiria conhecer os pressupostos e as perspectivas dos gestores da autarquia, que levaram à implantação da política pública, aqui em análise, e o conhecimento das características peculiares ao público atendido, em geral composto por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de baixa renda e difícil acesso à educação de qualidade, bem como ao mercado de trabalho.

Após a análise do Plano Gestor e das Propostas dos Projetos, os materiais utilizados pelos participantes nos cursos/Projeto também foram foco de estudo a fim de compreender a adequação das atividades à proposta do projeto e sua relação com o que se concebeu neste estudo como sendo uma perspectiva crítica de formação.

Para isso foi considerada pertinente a realização de análise documental, pois este tipo de documento pode ser considerado em conformidade com a concepção de Phillips (1974) mencionada acima.

Desta maneira, foi possível conhecer com maior profundidade aspectos subjacentes às escolhas das temáticas e conteúdos trabalhados nos cursos, bem

como à forma de aplicação das atividades, possibilitando o estabelecimento de relações entre os resultados da análise e a pesquisa bibliográfica realizada.

Esta etapa da pesquisa foi desenvolvida de setembro a novembro de 2012, embora durante todo o desenvolvimento desta investigação, a pesquisa bibliográfica e a análise documental foram retomadas, estabelecendo relações com os novos dados coletados.

Em novembro de 2012, o Comitê de ética da Universidade aprovou o projeto de pesquisa autorizando a execução da mesma junto aos sujeitos desta investigação.

A partir daí, a fim de realizar a coleta de dados junto aos participantes dos cursos/Projeto, foram realizadas entrevistas com estes jovens para identificar suas expectativas e perspectivas ao terminar o Projeto, e da contribuição da formação recebida no que concerne aos objetivos de preparo para o mundo do trabalho, e a possibilidade de inserção no mercado, conforme o segundo objetivo desta investigação.

A entrevista buscou realizar uma caracterização do histórico pessoal e familiar dos entrevistados para compreender de que forma a rede social em que estão inseridos, contribuiu ou não, para o alcance de suas expectativas individuais e dos objetivos do projeto.

Conforme Lüdke e André (1986), a entrevista representa um dos instrumentos básicos de coleta de dados, sendo uma das principais técnicas de trabalho utilizada em quase todos os tipos de pesquisa nas ciências sociais. Para as autoras, cria-se, nas entrevistas, uma atmosfera de interação e influência recíproca entre o entrevistador e o (s) entrevistado (s), o que contribui para a obtenção dos dados. Portanto, este procedimento de coleta de dados foi considerado pertinente e adequado ao desenvolvimento deste trabalho.

Definiu-se que seriam realizadas entrevistas semiestruturadas, porque:

Na entrevista semiestruturada a resposta não está condicionada a uma padronização de alternativas formuladas pelo pesquisador como ocorre na entrevista com dinâmica rígida. Geralmente, a entrevista semiestruturada está focalizada em um objetivo sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista [...] (MANZINI, 1991, p. 154).

Lüdke e André (1986) observam que neste tipo de entrevista não há imposição de uma ordem rígida de questões, pois o entrevistado pode discorrer sobre o tema que lhe é indagado e “[...] na medida em que houver um clima de estímulo e aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 34).

Desse modo, considerou-se este tipo de procedimento como adequado aos objetivos desta pesquisa, tendo em vista o interesse de conhecer o histórico pessoal e familiar dos entrevistados, a rede social na qual estão inseridos, seus planos e propósitos com relação à inserção na vida produtiva, possível pela realização de entrevistas, as quais abrem aos entrevistados um espaço maior para discorrer sobre as questões realizadas, do que outras formas de coleta de dados, como questionários, etc.

Para a realização das entrevistas a pesquisadora entrou em contato com Coordenação do Projeto, na autarquia e nas instituições parceiras, onde cursos são desenvolvidos, a fim de explicar a proposta de realização da pesquisa aos entrevistados. A coordenadora intermediou o contato com os Coordenadores das instituições parceiras, o que facilitou o acesso a esses locais bem como a realização dos procedimentos de pesquisa.

Este contato direto nas instituições ocorreu em novembro de 2012, após a aprovação do projeto de pesquisa junto ao Comitê de ética da Universidade à qual se vincula a pesquisadora tendo em vista que o contato direto com os sujeitos de pesquisa pode ocorrer somente após a apreciação do projeto de pesquisa por este órgão, conforme já colocado.

Assim, em novembro de 2012, foi realizada uma reunião com os Coordenadores de cada um dos cursos, discutindo-se sobre a possibilidade de realização de entrevistas com os jovens participantes dos Projetos, nas instituições onde estavam realizando cursos de formação profissional, a fim de coletar os dados necessários para a pesquisa.

### 1.3.1 Entrevistas: primeira etapa

Conforme Minayo (2001) para se definir uma amostragem faz-se necessário realizá-la com base numa parcela representativa da população objeto da pesquisa.

Assim, para ser representativa, considera-se que uma amostra deva apresentar as mesmas características gerais da população da qual foi selecionada, de modo que a análise seja feita com um número suficiente, para o pesquisador conhecer bem seu objeto de investigação.

Para a mesma autora, o principal critério para a seleção da amostra em pesquisas qualitativas, como é o caso desta, não é o quantitativo, mas sim a possibilidade de o pesquisador conhecer a fundo seu objeto de pesquisa, analisar os critérios subjetivos inerentes à pesquisa tais como sentimentos, intenções, comportamentos, etc. que são peculiares a um determinado grupo e à problemática estudada, sendo necessário que a pesquisa ocorra com um número suficiente para haver reincidência de informações.

Assim, enfatiza a autora, uma amostra representativa deve contemplar as diversas dimensões do objeto de estudo, bem como ter uma abrangência da totalidade da investigação em questão.

Diante disso, considerou-se pertinente realizar as entrevistas em um grupo de participantes no qual fosse possível observar reincidências nas respostas, fazer relações e compreender com profundidade as dimensões estudadas nesta pesquisa; portanto, este foi o contingente de participantes selecionados em cada curso para a coleta de dados.

O roteiro desta primeira etapa de entrevistas consta no Apêndice A deste trabalho.

A instituição que propicia cursos relacionados ao setor do comércio, em parceria com o Projeto da autarquia, ofereceu aos jovens a participação em um Programa de educação para o trabalho, curso este de formação profissional voltado para área comercial, no qual se verificou que havia 104 alunos matriculados e distribuídos em 06 turmas. Deste total, apenas 37 alunos eram egressos do Projeto de 2011, público objeto deste estudo, sendo que os demais vieram diretamente da comunidade para participação neste projeto via autarquia.

Nesse Programa, vagas são primeiramente oferecidas aos participantes do Projeto e, posteriormente, as restantes são abertas à comunidade, tendo em vista que a autarquia compra estes cursos para atendimento da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme consta na introdução deste trabalho e, assim, as vagas não preenchidas por egressos do Projeto são disponibilizadas para

outros jovens que fazem parte deste público e podem ser atendidos nestes cursos, embora não tenham participado de outros projetos na autarquia.

Assim, a amostra de participantes foi retirada deste total de 37 alunos, e a realização de entrevistas ocorreu com 14 pessoas. Cada turma encaminhou pelo menos 02 participantes, para que houvesse representatividade da amostra.

Na instituição que ofereceu o curso voltado ao setor industrial, os jovens egressos do Projeto realizavam o curso de “Mecânica Automobilística” com duração de um ano, no momento em que a pesquisa de campo teve início, o que se deu em novembro de 2012, momento em que havia alunos oriundos do Projeto da autarquia apenas neste curso, tendo em vista que os outros cursos oferecidos em parceria com a autarquia tinham menor duração e já haviam encerrado naquele período do ano.

Desta forma, a Coordenadora do Curso da instituição indicou um professor responsável pela turma, com o qual foi estabelecido contato para realização dos procedimentos de pesquisa. Foi informado que nesta turma havia 32 alunos matriculados e dois desistentes e deste total apenas 19 eram egressos do Projeto. Dessa maneira, foram encaminhados 06 alunos que demonstraram interesse em participar da pesquisa, para realização das entrevistas.

Na instituição que, conforme sua denominação, é voltada ao aprendizado metódico e prático, no período em que a pesquisa teve início junto à Instituição, em novembro de 2012, havia alunos egressos do Projeto do curso profissionalizante de “Técnicas Administrativas”. Nesta turma havia 31 participantes e 23 oriundos do Projeto. Dessa forma, foram selecionados 10 participantes interessados em participar da pesquisa, com os quais as entrevistas foram realizadas.

Observa-se que em todos os casos a pesquisa foi apresentada a todos os alunos que faziam partes dos cursos em questão, e em cada turma os educadores responsáveis identificaram junto aos jovens, após a apresentação da pesquisa, aos interessados em participar, e os encaminharam para a realização das entrevistas com a pesquisadora; foi previamente agendado com cada participante para acontecer na própria instituição em que os jovens realizam os cursos, antes ou depois do encerramento das aulas, a fim de não prejudicar o andamento das atividades nos cursos.

As entrevistas tiveram duração aproximada de trinta minutos com cada participante.

Cabe salientar que durante o desenvolvimento da pesquisa considerou-se não haver necessidade de acompanhamento destes jovens no cotidiano das aulas, por meio de observação, tendo em vista que as questões objeto deste estudo não se referem à didática, e o que foi analisado são as percepções dos jovens sobre as questões inerentes a este estudo, bem como o universo em que estão inseridos, além da política municipal de formação para o trabalho implantada nos projetos e nos cursos; os dados foram coletados pela análise das propostas dos projetos e dos cursos, do plano gestor da autarquia, dos materiais utilizados pelos jovens nos projetos e nos cursos, e das entrevistas com eles realizadas.

A análise desta primeira etapa de entrevistas será inspirada na Análise de Conteúdo de Bardin (1977).

### 1.3.2 Entrevistas: segunda etapa

Após a realização desta primeira etapa de entrevistas, foram realizadas novas entrevistas com os mesmos participantes a fim de identificar o impacto da formação recebida e o retorno em relação à formação geral e à contribuição para o ingresso no mercado de trabalho.

Esta etapa ocorreu em dezembro de 2013, pois foi considerado necessário haver um intervalo de tempo para analisar o impacto da formação recebida, em relação ao ingresso no mercado de trabalho, conforme proposto no terceiro objetivo desta pesquisa. Foi considerado este um intervalo razoável tendo em vista a duração do Mestrado que é de 24 meses, a necessidade de um tempo razoável após a realização da coleta de dados para análise dos mesmos e a escrita do texto da Dissertação, e de um tempo razoável para que os jovens tivessem condições de busca de uma primeira oportunidade de trabalho.

A opção pela realização destas entrevistas relacionou-se com a preocupação de Duarte (2002), que observa ser necessário, eventualmente, retornar ao campo para esclarecimento de dúvidas, recolher documentos e coletar novas informações.

Desta maneira, embora o foco destas novas entrevistas seja diverso das primeiras, este segundo contato com os participantes pôde propiciar o esclarecimento de dúvidas relacionadas ao que foi colocado pelos jovens na primeira entrevista, e sobre questões suscitadas na análise das primeiras entrevistas já realizadas.

Entretanto, observou-se que, como os jovens já haviam terminado os cursos no momento desta etapa de coleta de dados, foi necessário entrar em contato com os mesmos por telefone a fim de agendar as entrevistas, conforme dados que seus pais e/ou responsáveis disponibilizaram ao concordar com a participação do jovem nesta pesquisa.

Sendo assim, os jovens já haviam concordado com a realização desta segunda etapa de entrevistas, no convite inicial e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de maneira a não haver recusa daqueles que puderam ser contatados nesta segunda etapa de entrevistas em relação à participação na mesma.

Participaram desta etapa de entrevistas 28 jovens sendo, 14 participantes do curso relacionado ao setor do comércio, 06 do curso de Mecânica Automobilística e 08 do curso “Técnicas Administrativas”.

Os impedimentos na realização das entrevistas desta segunda etapa, com uma parcela da amostra não localizada, foi previsto neste estudo, tendo em vista que eventuais interferências poderiam ocorrer devido ao tempo decorrido entre a primeira e a segunda etapa de entrevistas. Assim, as circunstâncias e medidas adotadas para garantir a representatividade da amostra foram apontadas no capítulo destinado à análise das entrevistas.

O roteiro desta segunda etapa de entrevistas consta no Apêndice B deste trabalho e a análise desta segunda etapa será inspirada na Análise de Conteúdo da Bardin (1977).

### 1.3.3 Análise dos resultados

Foi proposta a realização da análise dos materiais utilizados na coleta de dados, tanto documentos como entrevistas inspirada na análise de conteúdo de Bardin (1977).

Segundo Berelson (1952) a análise de conteúdo é uma técnica de investigação usada para a descrição de conteúdo manifesto na comunicação. Trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31).

Como as entrevistas são uma aplicação dos processos fundamentais de comunicação, verifica-se que análise por meio desta abordagem é pertinente,

podendo contribuir para transformar as informações obtidas na coleta de dados, em algo interpretável e com significado para o investigador.

Conforme Henry e Moscovici (1968) tudo o que é escrito pode ser submetido a uma análise de conteúdo.

Assim, segundo Bardin (1977), é um instrumento adaptável a um amplo espectro de aplicação que são as comunicações, de modo que, qualquer comunicação, ou seja, qualquer “[...] transporte de significações de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo” (BARDIN, p. 32, 1977).

Dessa maneira, o emprego desta metodologia de análise foi considerado adequado à proposta de pesquisa aqui desenvolvida.

Após a análise, procedeu-se à escrita do texto da Dissertação e a discussão dos dados coletados com base nos referenciais teóricos selecionados, mediante a pesquisa bibliográfica, previamente realizada.

#### 1.3.4 Contextualização da investigação proposta neste estudo

A temática desta pesquisa reside no contexto das relações entre educação e trabalho, tendo em vista que o foco deste estudo consiste na análise de políticas públicas voltadas à formação/educação do jovem para o trabalho.

Assim, a fim de situar este estudo no campo de pesquisa ao qual se relaciona e compreender sua contribuição para o campo das análises que vêm sendo realizadas sobre esta temática, foi feita uma pesquisa do referencial teórico produzido sobre a temática maior deste estudo (Educação e Trabalho). Com isso, foi possível identificar os principais aspectos abordados e autores utilizados pelos pesquisadores como referencial teórico nas análises realizadas.

Para tanto foram considerados artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado relacionadas à temática “Educação e Trabalho” abrangendo os subtemas: Educação para o Trabalho, Educação Profissional e Formação Profissional.

Esta pesquisa foi realizada nas seguintes bases de dados: CATHEDRA - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (dissertações de mestrado e teses de doutorado), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo – USP (dissertações de mestrado e teses de doutorado), na Biblioteca digital de

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (dissertações de mestrado e teses de doutorado), no Portal de Periódicos da CAPES (artigos) e no SCIELO (artigos).

Além disso, foi realizada uma pesquisa referente a autores encontrados nas referências bibliográficas, introdução, capítulo metodológico e/ou resumos dos artigos, dissertações e teses pesquisadas buscando conhecer tendências teórico-metodológicas para a compreensão, reflexão e aprofundamento sobre os campos inerentes à temática deste estudo.

Entretanto, para a realização deste estudo, foram considerados os referenciais teóricos apontados referências deste trabalho.

## **2 AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CONTEXTO ATUAL: OS ANSEIOS DA JUVENTUDE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Conforme apontam Trein e Ciavatta (2003):

A relação entre o trabalho e a educação é um tema tratado desde o século passado, tanto pela economia política burguesa quanto pela marxista. No Brasil, até os anos de 1970, predominavam os estudos ligados à economia da educação e à formação profissional e técnica. Com a redemocratização do país em curso nos anos de 1980, a tentativa de construção de um novo projeto hegemônico e a afirmação de alguns cursos de pós-graduação em educação rumo a uma visão crítica e dialética, o tema trabalho e educação aparece vinculado à superação do autoritarismo e comprometido com as lutas dos trabalhadores por maior participação política e econômica (TREIN E CIAVATTA, 2003, p.141).

A relação entre esses temas remete a uma gama de discussões acerca das perspectivas da juventude no contexto da sociedade capitalista contemporânea e sua busca pela inserção no mercado de trabalho, pois:

À medida que o desemprego juvenil se converteu num problema grave, a questão das relações entre o sistema educacional e o mercado de trabalho vem ocupando um espaço crescente entre as preocupações de muitos governos e estudiosos (SANCHIS, 1997, p. 198).

Nesse contexto, o imaginário de que por meio da educação é possível alcançar com maior sucesso a inserção no mercado de trabalho é recorrente, e aponta para a discussão de alguns autores, que analisam as perspectivas da juventude na sociedade contemporânea, e discutem as relações entre educação e trabalho, frente aos anseios desta parcela da população.

Para Sanchis (1997) é comum a “crença” na existência de uma falta de adequação entre o sistema educativo e os recursos requeridos pelo sistema produtivo. Isso expressaria uma das causas do desemprego juvenil e evidenciaria a importância de contribuir com a diminuição da lacuna existente entre esse sistema e o sistema educativo, a fim de melhor atender às demandas dos jovens, conforme a perspectiva apontada por esta “crença”.

Diante disso ficaria clara a conexão entre educação e trabalho por meio da crença na educação e na elevação da escolaridade, como um caminho que poderia possibilitar o aumento da empregabilidade dos jovens e melhores condições no mercado de trabalho, como consequência do ajuste entre educação e trabalho no contexto econômico, produtivo e social na atualidade.

Entretanto, conforme aponta o mesmo autor,

[...] essa crença popular tão difundida não está de acordo com as conclusões da maior parte da literatura especializada pelo menos no que tange a dois sentidos: 1) a taxa geral de desemprego tem muito pouco a ver com o nível médio de educação da população, porque as repercussões desse incremento sobre o desemprego seriam, em qualquer caso, muito modestas; 2) se se pudesse conseguir um ajuste perfeito entre o sistema educativo e o produtivo (objeto fora do alcance da economia planificada mais eficiente que se possa imaginar), o máximo a que se chegaria seria a eliminação da demanda de trabalho insatisfeita que em relação ao excedente de oferta de trabalho seria irrelevante (SANCHIS, 1997, p. 197-198).

Neste sentido, Pochmann (2001) aponta que:

Nesse cenário de aprofundamento da globalização dificulta ainda mais a situação dos empregos para os brasileiros. Diante da Nova Divisão Internacional do Trabalho, o Brasil precisa rever urgentemente sua estratégia de integração passiva e subordinada à economia mundial, sob a pena de continuar regredindo ainda mais nas posições anteriormente conquistadas pelo trabalho (POCHMANN, 2001, p. 40).

Para ele, porém, os novos requisitos profissionais requeridos a fim de se propiciar o ingresso e a permanência no mercado de trabalho, em constante transformação, seriam alcançados apenas por intermédio de um maior nível educacional dos trabalhadores. Assim, formação e treinamento profissional se tornariam alternativas de ação do Estado, para conter o avanço do desemprego e da precarização do uso da força de trabalho.

Nesse âmbito a qualificação profissional consistiria em uma das formas de se possibilitar um aumento da empregabilidade do trabalhador e elevação de seu rendimento no contexto de uma economia globalizada que requer destes, a capacidade de adaptação às mudanças constantes e a aptidão para desenvolver novas funções. Tais requisitos são inerentes ao contexto da sociedade globalizada atual e exigidos pela nova organização das relações de trabalho e produção, nesta sociedade.

Diante disso, apesar de, como apontou Sanchis (1997), não ser possível um ajuste perfeito entre educação e trabalho, no sentido de se possibilitar a garantia do acesso ao emprego, pela elevação da educação, fica clara, conforme apontou Pochmann (2001), a relação existente entre os conceitos de educação e de trabalho. Observa-se no cotidiano da juventude, na atualidade, ao se verificar que a busca pela formação inicial e constante aperfeiçoamento em cursos de capacitação profissional, cursos técnicos e de nível superior, haver relação com a possibilidade de melhor inserção no mercado de trabalho e, por isto, de ascensão social.

Diante do que foi exposto pode-se compreender que,

Seja qual for o cenário que chegue finalmente a se materializar, a modernização do tecido produtivo – condição sine qua non para qualquer sociedade ocupe um lugar não excessivamente periférico na economia mundial – exige uma quota significativa (ainda que indeterminada) de recursos humanos responsáveis, motivados e qualificados. Portanto há que se dar mais formação, uma formação articulada tendo em conta os sinais contraditórios que lança o sistema produtivo, uma formação que deve ocupar uma posição mais relevante entre as estratégias de política econômica. [...] A formação continua sendo uma das melhores alternativas vitais para quem não cabe no mercado de trabalho, o que é particularmente correto no caso dos jovens [...] Um trabalho qualificado tem mais possibilidades de acabar modificando as condições de um emprego banal do que um trabalhador não qualificado [...] (SANCHIS, 1997 p. 34 e 35).

Fica então clara a conexão existente entre as necessidades advindas do sistema econômico e produtivo atual e a oferta formativa, que precisa ser oferecida com qualidade e compromisso a fim de propiciar melhores condições de desenvolvimento e formação.

Entretanto, a análise desta conexão entre educação e trabalho, no contexto da sociedade capitalista na qual estas relações se materializam, é importante para permitir compreender os pressupostos subjacentes à crença na educação enquanto garantia de melhores condições de vida e de colocação no mercado de trabalho, e a dicotomia entre formação integral e voltada às necessidades dos sujeitos *versus* propostas educativas alienadoras e estritamente relacionadas às demandas deste modelo de sociedade.

No âmbito destas discussões, Carnoy (1988) aponta que o processo de produção na sociedade capitalista organiza-se de modo a beneficiar basicamente os detentores do capital, executivos e seus aliados burocráticos.

Concomitante a este propósito, o sistema escolar foi desenvolvido, ao longo do processo histórico, para a grande massa da população ficar à margem dos benefícios do desenvolvimento econômico, já que o modelo econômico organizou-se de modo a permitir apenas uma participação mínima da grande massa populacional, nos frutos do desenvolvimento, deixando-a excluída e marginalizada. Desta maneira, a esta massa populacional se destina uma educação que privilegia o aspecto do adestramento para as necessidades de mão de obra do mercado capitalista, em detrimento de uma educação de cunho humanístico e centrada na formação integral do homem contemporâneo, como de fato seria importante acontecer.

Para Madeira (1984), que realiza um balanço sobre as relações entre educação e trabalho, as primeiras iniciativas de vinculação entre a educação e o trabalho vêm dos economistas em sua busca pela compreensão do crescimento econômico nos países mais desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos, deixando evidente que a relação entre ambos nasce do intuito de se atender às demandas do modelo econômico capitalista.

Ainda de acordo com esta autora, os teóricos desta área apontam que a educação, ao lado de outros fatores relacionados às questões de desenvolvimento tecnológico no campo da produção, seria um fator essencial que contribuiria para o crescimento e o avanço destes países.

A educação passou então a ser concebida como uma forma determinada de capital, cuja materialização aconteceria no ser humano e cujo resultado, ou seja, a produtividade, poderia ser observado nas atividades desenvolvidas por aqueles que a receberam, tornando-se um diferencial para os empregados, que poderiam, por meio de um processo contínuo de aprendizagem, se destacar no campo do mercado de trabalho e, para os empregadores, que começaram a considerar os investimentos em educação, como um diferencial que traria impactos diretamente na produtividade de seus colaboradores como aponta Aragão (1998).

Assim,

A educação passa a ser vista como uma forma específica de capital, tão específica que sua acumulação se materializa em seres humanos e cuja produtividade se expressa na atividade de trabalho de quem a recebeu (ARAGÃO, 1998, p.31).

Esse capital “adquirido” se tornaria um valor de troca por melhores condições de trabalho, empregabilidade e renda.

Sendo assim, conforme apontou Aragão (1998), a educação assumiria uma função garantidora da ordem social, pois por este meio se definiria para que educar e que tipo de intenções estariam implicadas na prática educativa a ser desenvolvida, tendo em vista os objetivos subjacentes a esta, tornando a escola uma espécie de fábrica de mão de obra a serviço do capital, e deslocando sua ação de uma formação geral, centrada nas potencialidades do ser humano, para uma prática restrita, alienadora e voltada para a educação dos futuros trabalhadores ao sistema produtivo.

O desemprego crescente, que vem acompanhando o processo de globalização e modernização da sociedade atual, passa então a ser concebido, tal como já colocado e conforme Nóvoa (2002), como um problema de aprendizagem a ser resolvido individualmente por cada sujeito, considerado, nesta perspectiva, responsável por seu sucesso ou fracasso. Deste modo, os sujeitos passam a buscar na educação a chave que poderá possibilitar o acesso ao mercado de trabalho.

Segundo essa visão, os cursos de formação profissional são práticas educativas determinadas pelas condições sociais concretas nas quais trabalhadores vendem sua força de trabalho e participam do processo produtivo organizado pelo capital. [...] A Educação não só promove e legitima uma diferenciação e discriminação global na sociedade, baseada em anos de estudos recebidos, como proporciona os valores, as atitudes e os esquemas de comportamento mais significativos para o desempenho nos postos de trabalho [...] Neste sentido, os cursos de formação profissional seriam instrumentos institucionais complementares na tarefa de dominação e subjugação da classe trabalhadora (MADEIRA, 1984 p. 7-8).

Entretanto, apesar da compreensão dos entraves aqui discutidos, a existência de um novo cenário para a educação se abre diante das novas perspectivas para o jovem que deseja se inserir no mercado de trabalho na sociedade atual. Explicando melhor, uma nova estruturação dos processos que envolvem o trabalho se firma na sociedade, exigindo profissionais cada vez mais qualificados e preparados para atuarem neste cenário competitivo conforme ficou claramente evidenciado.

As mudanças nos postos de trabalho, as dificuldades enfrentadas pelos jovens trabalhadores frente à inserção de novas e por ele desconhecidas tecnologias, e o desafio de aprender novas atividades colocam-se como obstáculos a serem ultrapassados e imperam numa sociedade onde cresce o desemprego,

impera a competitividade; por isto a luta pela empregabilidade requer dos trabalhadores muito mais do que a realização de uma tarefa específica.

Em conformidade com o discurso que impera no âmbito do mercado de trabalho atual, não basta mais o “saber fazer”, é preciso ser criativo, flexível e saber encarar os novos processos pelos quais a sociedade vem passando nos últimos anos, diante da exigência de formação continuada que os leva à busca, na educação dos subsídios que acreditam garantir o sucesso daqueles que pretendem ingressar no mundo do trabalho e sua empregabilidade, enquanto meio de se manter não apenas empregado, mas empregável, num mundo onde impera a competição e difunde-se a esperança de uma vida melhor pela educação.

Além das mudanças na sociedade, a entrada da juventude no mundo adulto muitas vezes é representada pelo ingresso no mundo do trabalho e a conquista de independência financeira.

Entretanto, há uma tendência observada por Pochmann (1998) de que esse ingresso na vida profissional seja adiado como forma de evitar o aumento dos índices crescentes de desemprego.

Assim, cada vez mais são exigidas experiência e qualificação desses jovens, antes de seu ingresso no mercado de trabalho, como uma promessa ou ilusão de que este preparo lhes garantirá um posto/emprego/atividade adequado o que nem sempre se efetiva e prolonga cada vez mais seu ingresso nesta “vida adulta”.

Nesse contexto, verifica-se que:

O conceito de padrão de inserção ocupacional do jovem compreende três componentes básicos: a saída da escola (sistema de ensino); o encontro de um emprego regular (mercado de trabalho) e a constituição de uma família (sociedade). A combinação desses três componentes marca as características próprias da situação de ingresso do jovem na vida ativa, permitindo a fundamentação de uma categoria analítica específica (POCHMANN, 1998 p. 24).

Conforme Pochmann (1998), segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1998, cerca de 2,6 bilhões de pessoas constitui a população economicamente ativa mundial e, desse total, cerca de 150 milhões de pessoas são jovens na faixa etária entre 10 e 24 anos e que representam também cerca de 40% do total de desempregados.

Verifica-se no quadro abaixo que aponta a taxa de matrículas e jovens fora da escola o grande contingente de jovens fora da escola:

**Quadro 1** – População de 15 a 17 anos, total, matriculada e fora da escola – Brasil

| Ano  | População de 15 a 17 anos | Total de Matrículas | %  | Fora da Escola | %  |
|------|---------------------------|---------------------|----|----------------|----|
| 2002 | 10.475.000                | 8.710.584           | 83 | 1.764.416      | 17 |
| 2004 | 10.730.000                | 9.169.357           | 85 | 1.560.643      | 15 |
| 2005 | 10.628.000                | 9.031.302           | 85 | 1.596.698      | 15 |
| 2007 | 10.178.000                | 8.119.637           | 80 | 2.058.363      | 20 |
| 2008 | 10.290.000                | 8.279.962           | 80 | 2.010.038      | 20 |

Fonte: População: IBGE/PNAD. Matrículas: MEC/INEP.

Corseuil, Santos e Foguel (2001) apontam ser a idade de 14 anos o período em que há maior incidência de evasão escolar, coincidindo com o início da adolescência e aumentando essa incidência até os 18 anos.

Com relação ao ingresso no mercado de trabalho os mesmos autores apontam ser a idade entre 12 e 19 anos o período de maior pico.

Assim, verificou-se que jovens oriundos de famílias de baixa renda, em grande medida, transitam entre ocupações de curta duração e remuneração baixa e ainda no mercado informal, o que prejudica o término da Educação Básica, e acaba por causar maior prejuízo aos jovens trabalhadores, reforçando situações de desigualdade.

Este panorama parece deixar claro que uma colocação profissional diante da atual configuração social não é de fato garantida e muitas vezes, se configura no estopim para que problemas relacionados à violência, ao uso de drogas e à marginalidade se tornem alarmantes entre a juventude.

A busca por respostas a estes problemas coloca-se como um desafio ao poder público responsável por gerir o sistema público que abrange a esfera educacional, de trabalho e renda, e de assistência social. Assim,

[...] nesse contexto, a escola, como espaço privilegiado da instrução formal (independente do nível de atuação), é chamada a dar

respostas criativas e coerentes com este novo tempo (OLIVEIRA, 2011, p. 20).

Diante disso, cabe retomar o que propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2000) apontando que o Ensino Médio, como parte da educação escolar, “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” conforme o Art.1º § 2º da Lei nº 9.394/96. Propõe ainda uma vinculação orgânica e que “deve contaminar toda a prática educativa escolar” levando-se em conta a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessários à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade, em que se situa; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a preparação e a orientação básica para a integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo; e o desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos.

Assim, as diretrizes que orientam a prática educativa no país, deixam clara a intenção de conexão entre trabalho e educação, entretanto, é pertinente questionar a natureza e os propósitos sobre os quais esta conexão se estabelece a fim de que não se torne uma prática embrutecedora e alienadora.

Diante disso percebe-se que,

[...] existe um acordo cada vez mais amplo sobre o fato de que, com as mudanças sociais, políticas, culturais e demográficas associadas à chamada sociedade da informação, estamos assistindo atualmente a uma transformação sem precedentes da educação escolar. Essa transformação já está afetando visivelmente o quando, o como, o onde e também o quê e o para quê as crianças e os jovens aprender nas escolas (COLL, 2006, p.1).

Kuenzer (1998) observa que as políticas de Educação Profissional formuladas a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, portanto, a partir de 1996, eram pautadas no discurso da inclusão dos trabalhadores no mundo do trabalho, por meio da qualificação profissional.

A autora aponta que além destas políticas não terem surtido este efeito as ofertas educativas foram ficando ainda mais precarizadas. Assim, para ela,

[...] a única alternativa que se coloca como válida para superar um tratamento apenas ideológico das questões é compreendê-las em sua situação histórica concreta; neste sentido, a constituição de um corpo teórico para o exame da relação trabalho e educação implica a reconstrução histórica como aspecto fundamental dessa reflexão (KUENZER, 1987).

Diante desta discussão não poderíamos deixar de contemplar a contribuição de Marx (1989) e Gramsci (1982), que afirmam não ser possível compreender a educação dissociada da sociedade na qual está inserida de modo que, para compreender as relações entre educação e o mundo do trabalho, é preciso levar em consideração o contexto histórico em que se desenvolveram.

Assim, a análise destes autores abarca uma visão política, bem como evidencia a busca de transformações das formas de exploração e de alienação do ser humano, geradas pela produção e pela sociabilidade do capital.

Neste sentido, a base marxista incita a realização de uma análise mais crítica referente à inserção dos pressupostos capitalistas, liberais e neoliberais permitindo a discussão de ideologias inerentes às propostas de projetos, programas e leis relacionados à temática da educação e do trabalho. Reforçam a necessidade de uma sociedade mais justa e democrática, e de processos que contemplem efetivamente uma formação integral e que não resida apenas na adequação dos sujeitos às necessidades do mercado capitalista.

O trabalho como princípio educativo e a politecnia discutidos por Gramsci (1982) e, de base teórico-marxista, permitem-nos compreensão do trabalho como resultado de um processo histórico de relações sociais concretas, como mediação que aliena, transformando em mercadoria a força de trabalho. Dessa forma,

[...] Esse processo de produção do ser humano, como sintetiza Gramsci (1978), resulta da unidade de três elementos fundamentais e diversos: natureza, indivíduo e relação social, sendo que o primeiro e o segundo estão subordinados concretamente ao terceiro, que é determinante, ou seja, a natureza e a individualidade são tecidas pela materialidade concreta do conjunto de relações sociais historicamente possíveis. Pensar um sujeito humano fora das relações sociais ou separar o mundo da necessidade do mundo da liberdade, do trabalho e do não trabalho, é inscrever-se numa compreensão idealista de sujeito humano. Por outro lado, a subjetividade produz-se dentro de processos históricos e não pode ser, portanto entendida como algo naturalmente emanado dos sujeitos (supra-históricos). A subjetividade que se materializa nas decisões históricas é ela própria um produto histórico-social (FRIGOTTO, 1998, p. 30).

Nesse sentido, a relação entre trabalho e educação e assim, a escola, a educação e as relações com as temáticas que envolvem o mundo do trabalho, precisam ser estudadas e compreendidas dentro das relações sociais das quais fazem parte. Portanto, ao considerar o trabalho como princípio educativo, fica evidente a necessidade de a formação humana ter um caráter crítico e reflexivo, e não resida somente na adequação de mão de obra para o Capital.

Fica claro, portanto, que o contexto da implantação de políticas públicas voltadas para a geração de emprego e de renda relaciona-se com a aproximação entre educação e trabalho e, desta maneira, torna-se relevante contemplar esta relação nas ações a serem propostas como políticas públicas para a população jovem, tendo em vista que não é possível romper de imediato com o contexto da sociedade capitalista que impõe a necessidade de rápida inserção no mundo do trabalho, para garantia da sobrevivência e busca por melhores condições de vida.

Assim, é evidente que a prática educativa não pode estar de todo desvinculada do contexto em que a juventude se insere e, portanto, do contexto do mundo do trabalho. Porém, fica claro que a prática educativa voltada à classe trabalhadora também não pode restringir-se à promoção de um adestramento desta ao setor produtivo, sendo necessário que esta se consolide enquanto prática emancipatória e crítica.

Para Brasil (2006), a concepção das políticas públicas voltadas à juventude e sua inserção no mercado de trabalho deve ser norteadas pela compreensão das singularidades e das peculiaridades dos jovens a fim de se garantir direitos para consolidar a democracia no Brasil, possibilitando o acesso à educação e desenvolvimento da cidadania, concebidas como necessárias para que a juventude disponha de condições para usufruir de seus direitos.

Entretanto, conforme Adorno (1995), a educação perdeu seu caráter emancipatório ao fixar e reproduzir internamente os pilares do capitalismo como a competição, o culto ao mérito e o desempenho. A escola se tornou um ambiente da exclusão e de preparação de futuros autoritários. O mesmo autor coloca que:

[...] Isto não significa emancipação mediante a escola para todos, mas emancipação pela demolição da estruturação vigente em três níveis e por intermédio de uma oferta formativa bastante diferenciada e múltipla em todos os níveis, da pré-escola até o aperfeiçoamento permanente, possibilitando, deste modo, o desenvolvimento da emancipação em cada indivíduo, o qual precisa assegurar sua

emancipação em um mundo que parece particularmente determinado a dirigi-lo heteronomamente, situação que confere uma importância ainda maior ao processo (ADORNO, 1995, p. 170 e 171).

Desse modo, pode-se concluir que, pela oferta formativa múltipla e diferenciada, é possível contribuir com a abertura de horizontes e perspectivas para a juventude participante, propiciando-lhe condições de ascensão efetiva e uma existência digna, mesmo no contexto social da atualidade.

Assim, apesar da compreensão de que uma relação linear e direta entre educação e trabalho não é possível, existe a possibilidade de um caminhar concreto no sentido da busca pela melhoria das condições de existência da população, realizada com a implantação de políticas públicas que priorizem o oferecimento de uma educação de qualidade, centrada nas reais necessidades de formação dos sujeitos; e ainda leve em conta a dinâmica das relações de trabalho na sociedade capitalista, a fim de contribuir para com os jovens, na conquista de condições menos desiguais e possam, assim, “[...] defenderem-se de maneira socialmente digerível da selva para a qual parece que nos aproximamos” (SANCHIS, 1997 p. 35).

Desse modo, tomando consciência dos determinantes que promovem uma ação excludente no contexto do modelo de sociedade capitalista e que impossibilitam, em grande parte, o acesso efetivo a uma vida digna, se caminhe para a busca de sua superação com práticas que contemplem além da formação profissional, no sentido de mera adequação e subordinação dos sujeitos aos interesses do capital, mas que contemplem em sua dimensão uma perspectiva transformadora e a preocupação com a formação do homem total/integral como postulado por Marx (1989).

Cabe considerar que, no Manifesto do Partido Comunista, Marx (1866) aponta como décima medida o oferecimento de ensino público e gratuito para todas as crianças, a abolição do trabalho destas nas fábricas e a unificação do ensino com a produção material. Nas instruções aos Delegados do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, evidencia como perspectiva para a prática pedagógica no ensino socialista, uma educação que contemple as dimensões intelectual, física e profissional, transmita os fundamentos científicos dos processos de produção e introduza os educandos na prática do contexto do trabalho, aliada à sua formação geral.

Nessa perspectiva podem ser consideradas como alternativas as propostas que contemplem ambos os aspectos indispensáveis a uma prática educativa emancipadora, aliando ensino intelectual e prático, distanciando-se de uma perspectiva politécnica burguesa de organização do ensino, e consolidando-se, como destaca Nogueira (1993), em uma proposta que una o ensino com o trabalho numa perspectiva da luta de classe operária, a fim de que pela apropriação dos conhecimentos do processo produtivo permita-se aos trabalhadores o rompimento com sua condição de submissão ao adquirir condições para controlar o processo. Assim:

A combinação dos estudos teóricos com a prática do trabalho na fábrica é condição para começo do solapamento da divisão do trabalho, que por sua vez leva à superespecialização e à unilateralidade do homem. Educação para Marx é a formação de indivíduos onilaterais, homens completos, *faber e sapiens*, e esse processo se dá no trabalho e na escola numa relação dialética [...] Marx propõe a partir das condições objetivas, ou seja, romper com a negatividade, a negação da essência humana a partir da compreensão completa dos processos de trabalho capitalista, melhor dizendo, romper com o trabalho fragmentado, alienado, onde produtor e produto se separam. Isso só é possível [...] a partir da união entre ensino e trabalho, mesmo o trabalho capitalista (ARAGÃO, 1998, p. 42).

Fica, portanto, evidente a necessidade de rompimento com um ensino voltado à adaptação dos sujeitos ao *status quo* e a proposição de que a relação entre trabalho e educação seja concebida pela reflexão constante e oferta formativa múltipla que contemple formação geral e os fundamentos do trabalho numa perspectiva crítica com vistas à emancipação dos sujeitos o que, por consequência, poderá contribuir para promover transformações no âmbito da sociedade em geral.

As propostas educacionais precisam, portanto, compreender uma oferta múltipla e variada para que se promova uma formação geral desses sujeitos a fim de que, estejam aptos à inserção na vida social e no mercado de trabalho, não apenas sujeitos alienados e “engrenagens”, para mover a dinâmica da sociedade capitalista, mas como protagonistas de uma ação social que os possa efetivamente conduzir para uma real existência, de maneira mais justa e, assim, materializar a relação entre educação e trabalho, como possibilidade de formação humana completa por aproximar formação pessoal e profissional, humana e social, ainda que no contexto do capitalismo, no qual se inserem, e tal como aqui consideramos ser possível.

### **3 PROPOSTAS GOVERNAMENTAIS CONTEMPORÂNEAS PARA A INSERÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS**

Diante do panorama apresentado no capítulo anterior, Castro & Aquino (2008) apontam três tipos principais de políticas públicas atuais voltadas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho: formação profissional, incentivo à contratação e políticas normativas.

No primeiro caso, visam propiciar a elevação de habilidades produtivas dos jovens e a aprendizagem de técnicas relacionadas a uma determinada profissão, além de visar desenvolver a socialização do jovem no mundo do trabalho, tal como visto no Projeto aqui em análise. Assim sendo, apontam os autores, que ações desta natureza não garantirão oportunidades maiores no mercado de trabalho e, caso as proporcionassem, seria à custa do desemprego dos trabalhadores adultos tendo em vista que a concorrência entre estas parcelas da população por empregos tenderia a se ampliar. Assim, possuem um caráter compensatório, mas são incapazes de afetar de efetivamente o desemprego juvenil.

A segunda categoria de políticas apresentada pelos autores visa, em linhas gerais, a redução do custo de contratação de mão de obra da população jovem, transferindo para o Estado uma parte do custo de contratação ou diminuindo-se os encargos que incidem sobre a contratação da juventude. Entretanto, sobre políticas desta natureza, apontam a ineficácia diante do fato de que, ao incentivar a contratação destes trabalhadores, há prejuízo em relação à população adulta como no caso anterior e, além disso, trata-se de uma redução de despesas com um tipo de trabalhador cujo custo já é mais baixo.

O terceiro tipo de políticas que apontam relaciona-se com as formas de regulação da contratação de jovens como pode ser visto com a criação de novas formas de contratos de trabalho como: temporário, por tempo determinado ou em tempo parcial semelhantes ao apontado na segunda categoria de políticas, evidenciando uma flexibilização ainda maior desta mão de obra, já evidentemente explorada pelas condições de trabalho a ela destinadas.

Diante do exposto, os autores apontam que o sentido destas ações depende do estado do mercado de trabalho, podendo favorecer ou não a melhoria das condições voltadas para esta parcela da população. Para eles, existem boas iniciativas voltadas para os jovens que relacionam formação profissional prévia,

encaminhamento para o trabalho, contratação incentivada e aprendizagem no local de trabalho, porém, políticas bem articuladas implicam em maiores gastos e, portanto, acabam por ter a abrangência limitada.

Assim, frente a esta discussão apresentada sobre as relações entre trabalho e educação no contexto da sociedade brasileira atual, e a fim de melhor compreender como políticas públicas que contemplam a relação entre educação/trabalho vêm sendo implantadas no país, serão apresentadas e discutidas, na sequência, propostas governamentais voltadas para a inserção profissional de jovens, desenvolvidas atualmente nas esferas: federal, estadual e municipal, bem como o marco legal das políticas públicas de educação que na atualidade direcionam as ações que vêm sendo propostas e desenvolvidas.

Desta maneira, a concepção de educação como um caminho a ser percorrido para se alcançar uma colocação no mercado de trabalho, conforme já apontado, reflete-se no discurso de jovens e de suas famílias que anseiam por encontrar na educação o preparo que lhes garantirá a empregabilidade e o acesso a uma vida melhor, no contexto da sociedade brasileira capitalista e “globalizada”.

Diante disso, o anseio pela inserção na vida produtiva como forma de manter as condições de existência torna-se um desafio à população jovem frente às condições de empregabilidade que esta sociedade lhes apresenta, resultando, muitas vezes, em processos de exclusão e de marginalização de quem não consegue se integrar às novas configurações da sociedade capitalista da atualidade.

A Constituição Federal de 1988 (Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto, Seção I – Da educação) aponta, no art. 214, a elaboração do Plano Nacional da Educação, que deve prever, com vistas ao enfrentamento dos desafios da realidade educacional no Brasil, ações que conduzam, dentre outras, à formação para o trabalho.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 1º, §2º).

A mesma lei aponta em seu artigo terceiro, que o ensino deverá ser ministrado em conformidade com vários princípios, dentre os quais, conforme seu inciso XI, a vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais.

Com relação à educação profissional, a mesma lei observa que esta deverá ser desenvolvida de forma que, “integrada às diferentes formas de educação, ao

trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 39).

Aponta ainda que:

[...] a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigo 40).

Assim, verifica-se na legislação brasileira que institui as diretrizes que orientam a prática educativa no país, a intenção de que a educação ofereça formação geral e profissional, concomitantemente, a fim de possibilitar aos jovens o preparo para a vida produtiva e a inclusão no mercado de trabalho.

Alguns exemplos deste tipo de ação que vêm sendo implantadas no país são o "ProJovem Urbano", o "Ação Jovem", o programa “Vence” e o Projeto de preparação para o mercado de trabalho aqui em análise, desenvolvidos em articulação entre os governos federal, estadual e/ou municipal.

O primeiro programa visa propiciar a elevação da escolaridade para jovens com idade entre 18 e 29 anos. Para participar os jovens precisam saber ler e escrever e não ter concluído o ensino fundamental, pois o programa possibilita a conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias, voltadas para o exercício da cidadania.

O segundo programa, oferecido a jovens estudantes de 15 a 24 anos, com renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa, pretende estimular a continuação da educação além do nível básico, a fim de promover a conclusão da Educação Básica e a oferta de atividades complementares; o foco é a preparação para o mercado de trabalho, e com transferência de renda, como apoio financeiro temporário.

O programa Vence, oferece cursos técnicos de forma concomitante ao Ensino Médio regular. É voltado aos concluintes do Ensino Fundamental, que cursam a 1ª série do Ensino Médio na rede estadual, o aluno cursa o Ensino Médio e o Técnico em um só período, oferecido em parceria com o Centro Paula Souza e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Já para os alunos da 2ª e 3ª séries do Ensino Médio e da EJA, o aluno frequenta o Ensino Médio na rede

estadual em um período e faz o curso técnico em uma instituição credenciada em outro.

Conforme divulgado na página do programa “Vence”, trata-se um programa: “que une ensino médio com ensino técnico, aquele que garante uma profissão e aumenta suas chances de entrar no mercado de trabalho”, deixando evidente a proposição do oferecimento de formação voltada para o mercado de trabalho no âmbito do Ensino Médio, da educação enquanto um caminho que possibilitará maior empregabilidade e a ideia de que através da formação básica e profissional aumentam-se as chances de ingresso no mercado de trabalho.

O quarto programa, oferecido para jovens de 14 a 15 anos considerados em situação de vulnerabilidade e risco social (privados de alguns de seus direitos, em situação de pobreza e expostos à exclusão social, dentre outras situações), trata-se de um projeto que propõe estimular o desenvolvimento pessoal dos jovens e sua preparação para a inserção no mundo do trabalho através da participação em atividades esportivas, discussões, debates, atividades artísticas, orientação profissional e formação básica relacionada a temáticas que envolvem o mundo do trabalho (comunicação, relacionamento interpessoal, preparação para entrevistas, confecção de currículo, etc.).

O jovem participante e sua família recebem acompanhamento social e os participantes devem estar ou serem inseridos na educação formal.

Estes programas/projetos têm em comum o foco na população jovem e o oferecimento de formação básica e de cunho geral associada à educação profissional, voltada para a inserção do jovem no mercado de trabalho e a articulação de políticas públicas desenvolvidas pelos governos Federal, Estadual e Municipal em colaboração.

É importante destacar que estes programas/projetos visam possibilitar que, por meio da educação, ou seja, da elevação da escolaridade e da capacitação para o trabalho/formação profissional, seja possível o ingresso dos jovens no setor produtivo, buscando contribuir com a redução do desemprego, minimizar situações de vulnerabilidade e risco social, marginalização e exclusão social e, assim, estas ações se propõem a vincular a educação para a juventude e o mundo do trabalho no contexto de políticas voltadas à educação, assistência social e geração de emprego e de renda.

Entretanto, diante do que visam programas e projetos desta natureza e o contexto da sociedade brasileira capitalista, pautada pela acumulação do capital, podemos questionar o interesse central dos mesmos reside, efetivamente, no desenvolvimento integral dos participantes e no oferecimento de um tipo de formação crítica e emancipatória.

Pode-se, portanto, indagar, se possibilitam aos participantes aspirar melhores condições vida e contemplam o desenvolvimento biopsicossocial dos participantes, ou relacionam-se mais incisivamente com a formação de mão de obra para suprimento das demandas do setor produtivo e reforçam processos de exclusão ao direcionar a formação desses jovens para funções com menor exigência de qualificação e piores condições de trabalho e remuneração, o que, desta maneira, aumenta a lacuna existente entre o tipo de formação destinada aos jovens das classes mais favorecidas e a formação oferecida às classes trabalhadoras.

Cabe, portanto, questionar: até que ponto são válidas e realmente preocupadas com a formação desses jovens as políticas públicas desta natureza, que se propõem a vincular a educação e o mundo do trabalho? Tratam-se de propostas favorecem o mero ajuste desta classe trabalhadora às necessidades do mercado e onde o acesso a uma educação realmente de qualidade, que possibilite o desenvolvimento integral, é negada? É possível que estas ações se configurem como mais uma mercadoria da sociedade capitalista, reforçando processos de exclusão ao “vender” a falsa ilusão de se garantir por meio deste tipo de educação o acesso a uma vida melhor?

Diante destes questionamentos cabe apontar que programas desta natureza podem ter, muitas vezes, um interesse maior relacionado ao fator econômico e produtivo e, assim, possuir uma intencionalidade implícita de aproximação entre suas proposições e os anseios da sociedade capitalista, pois, conforme Apple (1982), há uma íntima relação entre economia e cultura e entre economia e currículo, evidenciando que existe uma conexão clara entre o modo como se organiza a produção de mercadorias e o modo como se organiza o currículo escolar, entendido aqui, como as temáticas/cursos oferecidos com os quais se pretende trabalhar.

Assim pode-se concluir que há uma concepção presente de que dar assistência e segurança às classes menos favorecidas relaciona-se, em geral, em oferecer-lhes possibilidades de trabalho ou capacitação e não em propiciar

efetivamente seu desenvolvimento integral, com vistas a uma existência como homem completo e capaz de desenvolver-se pessoal e socialmente.

Sobre a temática aqui discutida, Marx (1989) concebe o trabalho como uma atividade vital da existência física e social. Segundo ele, o trabalho é "a vida criando vida". No entanto, na sociedade capitalista, o trabalho apresenta-se com outra conotação, sendo alienante e possuindo um aspecto embrutecedor. No processo de transformação do produto do trabalho, de valor de uso, para valor de troca, o trabalho torna-se uma mercadoria que não pode ser mais apropriada por todos, inclusive, por quem o produziu.

Diante disso, a classe trabalhadora não se apropria, em geral, dos benefícios das riquezas sociais e do conhecimento que ela própria produziu nas mesmas condições que a classe dominante.

Assim, é evidente que a vendada força de trabalho numa sociedade capitalista, não é um privilégio, a não ser para o próprio sistema cujos interesses são prioritariamente econômicos, e não voltados ao desenvolvimento humano.

Entretanto, o desemprego e a instabilidade no trabalho constituem dois grandes problemas que afligem a sociedade brasileira e são preocupações intrínsecas aos trabalhadores que precisam buscar, a cada dia, manter-se empregados para garantir sua sobrevivência, numa sociedade ancorada no consumo.

Diante da concorrência intensa, as condições de trabalho e de remuneração tornam-se cada vez mais precárias para aqueles que possuem menor qualificação ou qualificação para funções de menor prestígio, restando-lhes, em grande parte, apenas o acesso a subempregos. Assim, na realidade, têm acesso a postos de trabalho que exigem pouca formação profissional e oferecem baixas remunerações, o que resulta em baixa qualidade de vida, diante da instabilidade em relação ao salário obtido, pela venda de sua força de trabalho.

Hoffmann (1977) discute o conceito de emprego e subemprego e aponta que o subemprego é um conceito mais vago do que o de desemprego, porque há vários sinônimos ou variantes do mesmo que o distinguem de desemprego como uma espécie de "desemprego disfarçado, oculto ou invisível", ou com potencial latente. A autora explica que as definições de subemprego refletem, em termos de demanda, que parte da força de trabalho efetivamente envolvida em certos tipos de atividade

econômica é, na realidade, uma força de trabalho inativa numa grande parte do tempo ou quase improdutivo.

Este tipo de programa aqui apresentado, que oferece a possibilidade de conclusão da educação básica para jovens e formação técnica para o mercado de trabalho, envolve educar para ocupações que não exigem um elevado nível de formação. Assim, evidenciam a possibilidade de que as chances dessa parte da população de conseguir um emprego com boa remuneração e condições de trabalho não sejam expressivas e que muitos jovens não consigam, de fato, encontrar um trabalho que atenda suas expectativas e garanta-lhes a possibilidade de melhorar suas condições de vida, relação esta que se busca compreender com maior profundidade neste estudo.

Assim, estes programas que se definem como práticas que poderão possibilitar a realização profissional, contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade e o acesso a uma vida melhor para os jovens participantes, demonstram, na realidade, que seu maior impacto está na formação técnica e em possibilitar mais o trabalho em subempregos do que de fato contribuir para o desenvolvimento integral dos indivíduos e seu preparo para disputar, em condição de igualdade com a classe dominante, que dispõe de outras opções de formação, o acesso a um bom trabalho.

Assim, quando Adorno (1995) discute o processo de alienação presente na sociedade capitalista pela sujeição aos interesses do capital e perdem, intrinsecamente a este processo, a capacidade de ter uma visão crítica e emancipatória, aponta que o único poder efetivo contra este processo alienante é a conquista da autonomia e do poder reflexivo, sendo estes, para o autor, objetivos a serem perseguidos pela educação.

São também, assim, aspectos a serem considerados como norteadores de políticas públicas voltadas à prática educativa, a fim de possibilitar o desenvolvimento de projetos que possam de fato garantir possibilidades de emancipação social.

O autor sublinha ainda a possibilidade de transformar as relações em que o ensino tem se estabelecido, tornando-se uma arma de resistência contra as contradições do modelo capitalista de sociedade. Assim, conforme Adorno (1995), o ensino, na medida em que contribui com a formação da consciência crítica, permite

que o indivíduo desvende as contradições coletivas, efetivamente cumpra o papel de educação comprometida com a transformação social.

Para uma ação possível no sentido de vincular educação e o contexto do trabalho numa perspectiva crítica, Gramsci (1982) propõe uma escola única, inicial, de cultura geral, humanista e formativa na qual a formação técnica, ou seja, o preparo da mão de obra para o setor produtivo não deva ser o foco do contexto educacional.

O mercado de trabalho e as necessidades dos jovens de estarem preparados para encontrar emprego precisam ser considerados nas propostas educativas devido à necessidade de sobrevivência que não pode ser desconsiderada. Entretanto, o trabalho não pode ser considerando o foco da educação, formando os jovens apenas para atender as necessidades do mercado de trabalho. É preciso que o trabalho seja concebido como expressão de vida, como possibilidade de existência e realização e não como adestramento.

Nota-se, portanto, a rejeição de uma perspectiva educativa que busca um fim imediato e o adestramento de trabalhadores para o capital, sendo importante o oferecimento de uma formação que contemple disciplinas intelectuais e proporcione a formação de uma consciência cívica e histórica.

Assim, como discutido por Gramsci (1982), o trabalho pode ser considerado um princípio educativo, mas não o princípio único da educação. O trabalho é uma parte a ser contemplada por políticas públicas de cunho educativo, a serem formuladas, e precisa ser desenvolvido levando-se em conta todas as necessidades dos indivíduos e seu potencial de desenvolvimento para se consolidar como uma prática emancipatória, voltada para a busca de uma sociedade melhor.

Desta forma, podemos concluir que ao propor o desenvolvimento de programas de educação de jovens na sociedade contemporânea é necessário que tais formulações sejam orientadas por uma perspectiva crítica e contemplem não apenas aspectos que visem garantir o acesso ao mercado de trabalho, mas possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional, numa perspectiva de integração à vida social do jovem como cidadão autônomo, crítico, consciente e participativo.

Assim, consideramos importante que programas voltados à juventude sejam concebidos de forma a contemplar em sua proposta a possibilidade de desenvolvimento humano em suas diversas dimensões e ofereçam, além da

possibilidade de completar os níveis elementares de educação e a formação para o trabalho, uma educação que incentive a continuação dos estudos em níveis mais elevados, permitindo reunir melhores condições de vida e de formação para que seus participantes possam mais adiante, agir ativamente na vida em sociedade como protagonistas de mudanças.

Consideramos, então, que uma política pública que realmente se proponha a oferecer um projeto educativo comprometido com a transformação social, deva incluir o trabalho na perspectiva do desenvolvimento humano e não se concentrar apenas em aspectos técnicos.

Neste contexto, as políticas públicas no município propõem pelo desenvolvimento de um Projeto de preparação para o mercado de trabalho, complementar a formação geral oferecida no âmbito da educação básica com atividades relacionadas às áreas artísticas, culturais, esportivas, ambientais e pedagógicas, sendo estas últimas, relacionadas à aprendizagem de temas sobre o mercado do trabalho, visando preparar seus participantes para a realização de cursos profissionalizantes para os quais os encaminha ao seu término.

O Projeto oferece uma formação básica relacionada ao contexto do mercado de trabalho e aprendizagem de comportamentos e de competências que acreditam favorecer a inserção do jovem na vida produtiva, ao completar a idade mínima necessária para trabalhar no Brasil (dezesesseis anos), sendo oferecido, portanto, para jovens a partir de 14 anos.

Durante as atividades do projeto é propiciada aos jovens a possibilidade de escolha de um curso profissionalizante voltado para uma das seguintes áreas: administrativa, indústria e comércio, em instituições parceiras da autarquia, a ser realizado após o término do Projeto e durante o qual os jovens, em geral, participam de programas de aprendizagem profissional iniciando sua trajetória no mercado de trabalho.

Diante do que o projeto propõe, relacionando educação e preparação para o trabalho para o público jovem de baixa renda e das questões discutidas nesta pesquisa, no próximo capítulo será realizada uma análise da política pública desenvolvida em um município do interior do estado de São Paulo e da trajetória de jovens atendidos por ela.

#### **4 ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DESENVOLVIDA POR UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS PARA O TRABALHO**

A Prefeitura desenvolve a política pública aqui em análise por meio de uma autarquia municipal, gestora dos serviços de assistência social no município, cujo objetivo principal é desenvolver políticas assistenciais junto à população, voltadas ao fortalecimento de vínculos sociais e familiares; atua ainda na prevenção de situações de vulnerabilidade e riscos sociais, buscando possibilitar, dentre suas ações, maiores possibilidades de acesso ao mercado de trabalho como medida de prevenção de situações de marginalidade e melhoria das condições de vida da população atendida.

Para isto desenvolve ações que vinculam os temas Juventude, Educação e Trabalho tal como o projeto voltado à preparação de jovens para o mercado de trabalho aqui estudado.

Diante disso e do que propõe este estudo, considerou-se pertinente salientar que a percepção de que as políticas públicas são responsáveis pelo desenvolvimento social, envolve o questionamento das relações sociais e políticas existentes e a busca da compreensão dos pressupostos inerentes às ações governamentais que vêm sendo implantadas.

Como evidenciado, na análise aqui proposta, buscou-se compreender a implantação de uma política pública municipal, de cunho social, voltada para a formação de jovens de baixa renda e em situação de vulnerabilidade social, a partir da compreensão de como a problemática que originou o desenvolvimento do Projeto aqui em análise vem sendo contemplada pelo governo municipal da cidade em questão.

De acordo com Matus (1996) uma política pública é uma decisão ou grupo de decisões que estabelecem diretrizes para ação do governo e orienta decisões futuras e Easton (1953) coloca que uma política pública trata de uma teia de decisões que alocam valor, do mesmo modo Jenkins (1978) destaca que são estas um conjunto de decisões inter-relacionadas, sobre uma situação determinada, para seleção de metas e de meios com o objetivo de alcançá-las.

Ham e Hill (1993) mostram aspectos inerentes às políticas públicas, apontando serem estas uma rede de decisões complexas, referentes a uma série de decisões tomadas em conjunto.

Desta maneira, compreende-se que a análise de políticas públicas busca compreender o percurso empreendido pelo governo para o desenvolvimento de suas ações propostas, seus motivos e impacto da ação implantada buscando-se compreender e explicar as causas e consequências da ação governamental considerando o contexto social, econômico e político no qual se desenvolvem como apontado por Easton (1953).

Sendo assim, diante do que apontaram os autores acima foi apresentado, na sequência, o processo de formulação e de implantação da política pública aqui em análise a partir da legislação que originou a formulação, bem como o processo de implantação da mesma, a fim de compreender seu impacto e verificar se foi consolidada em conformidade com os objetivos propostos, por meio da análise dos indicadores obtidos nas entrevistas realizadas com jovens contemplados pela política, bem como de seus materiais e documentos.

Assim, para compreender e analisar a política municipal desenvolvida, propôs-se realizar a análise a partir da caracterização do município e do projeto desenvolvido e, na sequência, da análise dos resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas realizadas.

#### **4.1 Caracterização do município**

O município onde o projeto foi realizado está localizado na região leste do Estado de São Paulo e pertence à Região Administrativa de Campinas.

Conforme dados disponíveis na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE possui 291.748 habitantes (referente ao ano de 2013).

A cidade foi conhecida por Capital da Laranja devido à produção citrícola desenvolvida na cidade e recentemente tornou-se um polo produtor de joias e de folheados a ouro, características que culminam também com o desenvolvimento de trabalho infantil e domiciliar precarizados no município.

Vilela e Ferreira (2006) apontam que o município apresenta elevado índice de informalidade referente à contratação da força de trabalho e tem como característica o trabalho informal doméstico em atividades relacionadas à produção de joias e

bijuterias, tendo constatado, em uma pesquisa realizada em 22 Unidades Escolares pertencentes à Rede Estadual de Ensino, que 27% dos entrevistados, crianças e jovens, trabalhavam no setor, confirmando a incidência de trabalho infantil, informal e doméstico no município.

O município possui, conforme o Cadastro Central de Empresas 2001 do IBGE, empresas dos seguintes ramos de negócios: agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - 37 empresas, pesca 01 empresa, indústrias extrativas - 10 empresas, indústria de transformação - 1266 empresas, produção e distribuição de eletricidade, gás e água - 03 empresas, construção - 170 empresas, comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - 4.088 empresas, alojamento e alimentação - 605 empresas, transporte, armazenagem e comunicações - 238 empresas, intermediação financeira - 73 empresas, educação - 106 empresas, atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - 779 empresas, administração pública, defesa e seguridade social - 6 empresas, saúde e serviços sociais - 114 empresas, outros serviços coletivos, sociais e pessoais - 405 empresas.

A rede pública de ensino é composta por Escolas Estaduais de Ensino Fundamental (E. E.), Estaduais de Ensino Fundamental e Médio (E. E.), Escolas Técnicas Profissionalizantes (E. T. S. E. S. G.), Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (E. M. E. I. E. F.), Escolas Municipais de Educação Infantil (E. M. E. I.), Centro Infantil (C. I.) e Escola Municipal de Ensino Supletivo (E. M. E. S.).

No total há 109 escolas públicas e 46 particulares dentre escolas de ensino infantil, fundamental, médio e técnico conforme informado pela Secretaria Municipal de Educação do município.

Possui 06 instituições de ensino superior privadas e uma pública.

Possui PIB *per capita* a preços correntes de 26.836,34 reais e índice de incidência de pobreza de 15,75%. De acordo com o censo 2000 do IBGE.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,775 e pessoal ocupado no total de 95.562 pessoas, sendo, com relação à população jovem, 981 pessoas de 10 anos ou mais, de idade, com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas e idade de 15 anos, 3.464 pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas e idade de 16 ou 17 anos, 6.319 pessoas de 10 anos ou

mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas e idade de 18 ou 19 anos, 19.717 pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas e idade de 20 a 24 anos e 21.158 pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência de economicamente ativas e idade de 25 a 29 anos totalizando 40 658 pessoas atuando no mercado de trabalho com idade entre 15 e 29 anos, sendo portanto 43,92% do total.

Ocupa, conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013, realizado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) para o Desenvolvimento e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – (IPEA), 178ª posição no *ranking* IDHM 2010 (Índice de Desenvolvimento Humano Municípios) apresentando os índices IDHM 2010 de 0,775; IDHM renda 2010 de 0,761; IDHM longevidade 2010 de 0,852 e IDHM educação 2010 de 0,719.

Verifica-se, portanto, tratar-se de um município cuja qualidade de vida da população, renda e acesso a direitos tais como a educação, contemplados nos indicadores apresentados acima, carecem de melhorias e desenvolvimento.

Em relação à Assistência Social, esta é realizada por entidades públicas e privadas, sendo que, no âmbito do poder público municipal, é desenvolvida por uma autarquia municipal criada especificamente para este fim.

#### 4.1.1 Política Municipal

A política pública aqui em análise foi implantada durante a gestão de um prefeito pertencente ao PDT - Partido Democrático Trabalhista, eleito em 2004 e reeleito em 2008 com 81,3% dos votos, conforme dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Durante seu governo, conforme dados disponíveis no *site* da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo houve, por exemplo, queda na criminalidade a partir de 2005, comparando-se aos anos anteriores, conforme mostra o quadro abaixo relacionado às taxas de homicídio:

**Quadro 02** - Taxa de Homicídios por ano no município.

| <b>Ano</b>  | <b>Homicídio Doloso</b> |
|-------------|-------------------------|
| <b>2001</b> | <b>34</b>               |
| <b>2002</b> | <b>40</b>               |
| <b>2003</b> | <b>39</b>               |
| <b>2004</b> | <b>31</b>               |
| <b>2005</b> | <b>30</b>               |
| <b>2006</b> | <b>22</b>               |
| <b>2007</b> | <b>7</b>                |
| <b>2008</b> | <b>12</b>               |
| <b>2009</b> | <b>9</b>                |
| <b>2010</b> | <b>17</b>               |
| <b>2011</b> | <b>16</b>               |
| <b>2012</b> | <b>18</b>               |
| <b>2013</b> | <b>24</b>               |

Fonte: Secretaria de Segurança Pública/SP

Entretanto, o panorama do município e as condições de vida da população tal como já ilustrado através do IDHM do município, evidenciam que o mesmo carece de políticas públicas que contribuam efetivamente com a melhoria das condições de vida da população.

Conforme informado pela autarquia, onde o projeto aqui em análise é realizado, houve investimentos no período de sua gestão na área social, tendo sido construído um núcleo de Atendimento Integrado voltado às crianças e aos adolescentes envolvidos em casos criminalidade e em cumprimento de medidas socioeducativas; uma casa de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica; uma escola de trabalho com a finalidade de capacitar pessoas de baixa renda para atuar em profissões diversas inserindo-se no mercado trabalho, por meio do oferecimento de cursos de qualificação profissional, além do Projeto aqui em análise.

Entretanto, verificou-se uma precarização dos serviços ofertados tendo em vista que, através de visitas aos locais onde o Projeto aqui em análise é desenvolvido, foram observados problemas relacionados à estrutura física onde as

atividades são desenvolvidas, falta de recursos humanos e materiais, dentre outros aspectos que influenciam no desenvolvimento das ações propostas e implantadas.

No âmbito deste governo, em atendimento ao que aponta a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, foi proposto e implantado o Projeto preparação para o mercado de trabalho, amplamente abordado no item subsequente.

Observa-se que a análise aqui apresentada foi realizada em relação aos jovens que participarem do Projeto em 2011 e realizavam os cursos de qualificação encaminhados pelo referido projeto em 2012, contemplando, portanto, o período do governo citado.

A partir de novembro de 2011, observa-se que este prefeito foi afastado do cargo e, em 2012, teve o mandato cassado pela Câmara de Vereadores do município, tendo, seu vice, assumido a prefeitura.

Nas eleições de 2012 foi eleito um candidato do PSB que atualmente é o prefeito do município e que vem dando continuidade ao desenvolvimento do Projeto aqui apresentado, com algumas alterações que serão apontadas ao longo da análise do projeto.

Pela experiência da pesquisadora junto ao órgão, tendo em vista ter atuado na autarquia como Pedagoga, é possível afirmar que a nova gestão iniciou, durante o ano de 2013, um processo de reformulação dos projetos desenvolvidos no órgão. Até o momento em que a mesma atuou junto ao órgão (outubro de 2013), fora designada uma nova comissão para gestão do Projeto e a esta caberia propor adequações e melhorias para o mesmo, em conformidade com a atual perspectiva, e para ser implantado a partir das próximas edições do curso. Foram montados grupos de estudo com profissionais de áreas diversas pertencentes ao órgão, compostos inclusive por profissionais da coordenação anterior, e iniciada a busca por um novo delineamento do Projeto.

Entretanto, com relação às parcerias para oferecimento de cursos, ficou estabelecido que, para o ano de 2014, seriam renovadas as parcerias com a instituição que oferece cursos voltados à área do comércio, com a compra de novas turmas do programa voltado à educação para o trabalho, tendo em vista que com a parceria a instituição ofereceria outros cursos de capacitação profissional gratuitos, para atendimento da população adulta, o que foi ao encontro das necessidades do órgão; e com a instituição que oferece o curso de Técnicas Administrativas da

possibilidade de encaminhamento de jovens da autarquia para seus cursos por processo seletivo.

Não há cobrança pelos cursos por parte da instituição, entretanto, cabe salientar que o atual prefeito já presidiu-a e, além disso, conforme notícia veiculada no *site* da Prefeitura do município, em 27 de fevereiro de 2014, houve a assinatura de convênio em 25 de fevereiro de 2014, com 19 entidades cadastradas na autarquia, incluindo a que desenvolve o Projeto aqui estudado, para repasse de verbas e recebeu R\$ 257,3 mil, em quinto lugar como o maior repasse, conforme consta na referida reportagem.

Observa-se que, em relação aos jovens encaminhados que apresentam dificuldade para aprovação no processo seletivo, caso a autarquia municipal firme compromisso em acompanhá-los durante o curso, auxiliando-os em suas dificuldades através de acompanhamento realizado por seus Educadores Sociais, o encaminhamento é efetivado ainda que os jovens não tenham sido efetivamente aprovados no processo seletivo. Esta possibilidade constitui um atrativo para os participantes do Projeto que, optando por buscar uma vaga nesta instituição diretamente, poderiam não conseguí-la por reprovação.

A parceria com a instituição que oferecia cursos voltados à área industrial, conforme justificado pela autarquia, envolvia custos altos relacionados à compra dos cursos e interesse menor por parte dos jovens, resultando em sobra de vagas nas turmas adquiridas o que levou à não renovação da parceria com esta instituição para o ano de 2014.

Entretanto, conforme ficou evidente no relato dos jovens entrevistados é freqüente o interesse e procura por este curso por parte dos participantes do Projeto.

Diante disso, pode-se concluir que a continuidade do Projeto voltado à preparação de jovens para o mercado de trabalho, desenvolvida pela autarquia, e do encaminhamento dos seus participantes à realização de cursos, em instituições parceiras, manteve-se, porém com possíveis reformulações, já em andamento a serem implantadas nas próximas edições do Projeto.

## **4.2 O Projeto de preparação para o trabalho: formulação da política e implantação**

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 aponta que a vulnerabilidade social é constituída por situações ou ainda identidades que concorrem para a exclusão social dos sujeitos. É constituída por fatores biológicos, políticos, culturais, sociais, econômicos e dificuldade de acesso a direitos que concorrem para processos de desigualdade do social.

A PNAS norteia as ações a serem implantadas no âmbito social e, assim, a partir de 2004 o município, por intermédio da autarquia responsável pela gestão do Serviço Social vem buscando adequar ações e políticas ao que propõe a PNAS.

Nesse âmbito, verificou-se que as ações implantadas no pela autarquia tomam como fundamento o que é apontado na PNAS (2004) buscando implantar suas diretrizes, o que se considerou ser realizado acriticamente pela mesma e sem maiores considerações sobre seu conteúdo.

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é responsável por promover a assistência social no país organizando o atendimento em forma de rede por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desenvolvido de forma articulada entre as três esferas de governo, em dois eixos: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial em conformidade com a Política Nacional da Assistência Social desde 2004, que orienta a organização dos serviços socioassistenciais no país.

A Proteção Social Básica, em conformidade com o que aponta a PNAS (2004) busca prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É voltada à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

As ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Básica, conforme a PNAS (2004), possuem caráter preventivo e apontam como objetivo o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme a identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. É desenvolvido por diferentes unidades como os Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços direcionados para grupos específicos, como os Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos.

No município as ações implantadas voltadas a adolescentes e jovens são desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes e Jovens, no âmbito da Proteção Básica que aponta como objetivo contribuir para o desenvolvimento de potencialidades e para a formação de cidadãos autônomos, solidários e competentes, tornando-os protagonistas de sua própria história, como colocado no Plano Gestor da Autarquia.

As atividades acontecem em equipamentos sociais descentralizados, pertencentes aos poderes, público e privado, localizados em bairros periféricos onde há maior incidência do público alvo.

Desta maneira, o Projeto de preparação para o mercado de trabalho originou-se no âmbito da Proteção Social Básica do referido órgão, tendo sido formulado e proposto pela equipe gestora da Proteção Social Básica, a partir do ano de 2004, conforme consta na proposta do referido Projeto, a fim de se atender o que propõe a PNAS (2004) no que se refere ao desenvolvimento de centros de informação e de educação para o trabalho, para jovens e adultos. Objetiva promover a “segurança de desenvolvimento de autonomia” por meio de ações direcionadas para o desenvolvimento de habilidades voltadas para o exercício do protagonismo e da cidadania com projetos e iniciativas voltados para garantir a capacidade produtiva, melhoria das condições de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida e fortalecimento de vínculos sociais.

Entretanto, através da análise aqui apresentada verificou-se estar, o discurso apontado nos documentos relacionados à autarquia e Projeto aqui analisados, distante das práticas que efetivamente se concretizam no órgão, suscitando questionamentos acerca do efetivo foco e compromisso das ações implantadas, como apresentado neste estudo.

A proposta do projeto, formulada, aprovada e implantada no âmbito da própria autarquia, em concomitância com a PNAS (2004), evidencia a concepção de que, a formação para o trabalho e o desenvolvimento de habilidades, voltada para a promoção da cidadania e do protagonismo, no âmbito da juventude, são considerados essenciais e importantes para a promoção da melhoria das condições de vida, e fortalecimento dos vínculos sociais rompidos, tendo em vista tratar-se a população-alvo da política de pessoas em situação de vulnerabilidade social, conforme apontado no documento que contempla a proposta do referido Projeto.

Sendo assim, a formulação ocorreu diante da identificação, pela equipe gestora, de problemáticas advindas da fragilidade de vínculos sociais e comunitários decorrentes de pobreza, situações de violência, drogas, marginalização e precário acesso a direitos, pelo atendido na instituição, e a intenção de proporcionar a superação de tais situações por meio da inserção da população em projetos sociais a fim de atender, conforme o entendimento da equipe gestora do projeto, ao que propõe a PNAS (2004).

Diante disso, são desenvolvidos nos CRAS (Centros de Referência e Assistência Social) do município os projetos “ProJovem” e “Ação Jovem” em articulação com os governos estadual e federal e, em outros equipamentos municipais voltados ao atendimento da comunidade pertencentes à autarquia, são oferecidas atividades organizadas, planejadas e desenvolvidas especificamente pela equipe da autarquia, em conformidade a PNAS (2004).

Estas ações contemplam serviços de assistência social (cadastramento das famílias para recebimento de benefícios diversos, identificação e situações de vulnerabilidade e riscos sociais, visitas domiciliares, reunião com grupos de terceira idade, etc.), atividades esportivas (natação, futebol, *yoga* e outras modalidades conforme a estrutura de cada local) em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes e projetos socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens voltados a faixas etárias específicas (um projeto que recebe crianças de 05 a 11 anos e 11 meses, uma segunda etapa voltada para adolescentes de 12 a 13 anos e 11 meses e uma terceira etapa voltada a adolescentes, de 14 a 15 anos).

Estes projetos são desenvolvidos por uma equipe central composta, no momento da pesquisa, por 02 Pedagogas, 01 Assistente Social e 01 profissional da área artístico-cultural, vinculados à Direção da Proteção Social Básica da autarquia, que realizam a gestão dos projetos bem como seu monitoramento e, nos locais, implantados por Educadores de Projetos Social (profissionais de nível médio com no mínimo formação em magistério e/ou nível superior em Pedagogia) e estagiários de Pedagogia, Artes, Meio Ambiente e Educação Física.

As atividades são desenvolvidas em dois eixos: 1º Orientação para a Convivência Familiar e Comunitária – projeto voltado à aprendizagem com brincadeiras para crianças e um projeto voltado à educação para o protagonismo/ação dos pré-adolescentes e adolescentes; 2º Orientações para o Mundo do Trabalho no Projeto voltado à preparação para o mercado de trabalho.

As ações desenvolvidas nas duas primeiras etapas pautam-se em atividades lúdicas como forma integração das crianças e adolescentes atendidos à vida comunitária de seu território e município e, com relação ao projeto voltado para adolescentes de 14 a 15 anos, aqui em análise, trata-se de um Projeto para a preparação ao mercado de trabalho, cujas atividades são oferecidas a jovens que desejam receber uma formação básica, voltada à inserção profissional, concomitante ao primeiro ano do Ensino Médio, e encaminhamento para cursos de capacitação profissional específicos, em entidades/instituições parceiras da autarquia.

Este projeto é desenvolvido em um espaço/centro de convivência destinado a atividades com a comunidade de dois bairros da região periférica da cidade recebendo participantes provenientes de todas as regiões e/ou bairros do município.

Apresenta como objetivo geral oferecer subsídios para o conhecimento pessoal e o reconhecimento de potencialidades, o exercício da cidadania e a adoção de atitudes empreendedoras e apresenta ainda, como objetivos específicos, conforme sua proposta pedagógica:

1. Possibilitar espaço para convívio grupal, desenvolvendo o sentimento de pertença e identidade;
2. Estimular a participação cidadã;
3. Desenvolver competências para o mundo do trabalho/empreendedorismo;
4. Contribuir para o estabelecimento de contato com profissionais atuantes no mercado de trabalho, ampliando seu nível de conhecimento em relação às profissões e demandas do mercado.
5. Estimular o retorno/permanência do adolescente na rede formal de ensino;
6. Desenvolver ações integradas com a família do adolescente;
7. Oportunizar situações que colaborem para a ampliação do universo cultural e informacional;
8. Oferecer situações em que possam propor, recusar, concordar, modificar, reproduzir, tanto sozinhos como em grupo, resolvendo conflitos com iniciativa, criatividade, autonomia, considerando valores pessoais e para a vida em sociedade.

Diante dos objetivos expostos, pode-se colocar que é constante o uso de termos como empreendedorismo, desenvolvimento de potencialidades e protagonismo, comumente usados na proposta do Projeto, o que remete à intencionalidade implícita nas propostas educativas, conforme já discutido, de se relacionar educação com os ditames da sociedade capitalista.

Para Frigotto (1995), houve uma redefinição da teoria do capital humano, amplamente difundida até a década de 80 que atualmente pode ser verificada sobre novo rótulo como qualidade total ou sociedade do conhecimento para a qual todo aparato educacional deve se adequar pela adaptação a um cenário de flexibilização das relações de trabalho, implantação de mecanismos gerenciais na educação, mecanização dos postos de trabalho, facilidade de adaptação às mudanças rápidas e constantes, competição por postos de trabalho, exigências cada vez maiores de qualificação profissional, evolução tecnológica, desenvolvimento de atitudes empreendedoras, etc.

Desse modo, fica clara a intenção de preparar o indivíduo para este panorama de sociedade, o que supõe educação permanente e desenvolvimento de conhecimentos e habilidades, em conformidade com as exigências de empregabilidade imposta pelo mercado, conforme amplamente apregoado na atualidade.

É importante salientar que desenvolver as ações acima mencionadas não garantem a eliminação do exército de reserva, como apontado por Marx (1989), contribuindo para superação do desemprego, mas se constituem em estratégias fragmentadas de formação para postos de trabalho muitas vezes informais, como já apontado neste estudo, ou para subempregos, pouco contribuindo com a redução da desigualdade e melhoria das condições de vida da população, tendo em vista que as relações ocorrem no cenário das contradições sociais históricas legitimadas pelo pensamento neoliberal e pelos entraves inerentes à uma sociedade de cunho capitalista.

Ainda sobre a proposta do Projeto, as atividades ocorrem no contra turno escolar, sendo, no ano de 2011, 150 adolescentes atendidos no período matutino (das 8h30 às 10h30), e outros 150 adolescentes no período vespertino (14h às 16h), divididos em turmas de 30 adolescentes.

Observa-se que no município ainda não havia escolas públicas em período integral, realidade que hoje vem se modificando, de modo que o atendimento das

crianças e jovens fora do período escolar acontecia, anteriormente, por meio de projetos como este.

A equipe de profissionais responsável pelo desenvolvimento deste Projeto no local é formada por Assistente Social, estagiária de Serviço Social e Pedagogia, Educadora Social, Monitores de Esportes e Artes Plásticas. A equipe reúne-se semanalmente para discussão de casos e planejamento das atividades propostas. A equipe de estagiários que atua no Projeto é composta por:

Estagiários (as) de pedagogia: 02

Estagiário (a) de educação física: 01

Estagiário (a) de educação ambiental: 01

Estagiário (a) de artes: 01

Educador de projeto social: 01

A metodologia do trabalho é pautada nas quatro aprendizagens, consideradas fundamentais por Jacques Delors, no relatório sobre os desafios da educação no século XXI, elaborado por ele a pedido da UNESCO, em 1996, e chamados de “Pilares da Educação”.

Diante da metodologia proposta, cabe considerar que é clara a conexão existente entre esta e interesses relacionados ao modelo capitalista de sociedade, pois são propostos quatro pilares em conformidade com os quais a educação deve desenvolver-se, sendo: aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a fazer.

Tais pilares vinculam-se ao preparo do trabalhador em conformidade com as demandas da sociedade atual apregoando a necessidade da aprendizagem contínua e ao longo da vida, de relacionar-se com os outros e da prática. Apregoa a preparação dos indivíduos para a utilização de novos conhecimentos de maneira pragmática e apropriada à constituição da sociedade capitalista, relacionando o desenvolvimento humano às necessidades básicas de aprendizagem, para, como apresentado na proposta do projeto, realizar-se uma formação para a participação ativa na sociedade, para o protagonismo e o desenvolvimento do espírito empreendedor daquele que precisa aprender a aprender, e a conhecer continuamente, a fazer e a relacionar-se.

A dimensão prática, ou seja, a do “fazer”, relaciona-se diretamente com a intencionalidade de propiciar a formação profissional para as necessidades impostas pelo mercado de trabalho hoje, de maneira que a educação relaciona-se com o

atendimento dos fins impostos pelo mercado; assim, o conhecimento transforma-se em mercadoria e é produzido para ser vendido e consumido conforme as necessidades impostas pelo contexto social. Dessa maneira:

Tudo o que diz respeito à educação passa a ser considerado como uma esfera altamente lucrativa de aplicação do capital; o que passa a influenciar decisivamente os fins e os meios envolvidos; de tal modo que a instituição de ensino, não só a privada como também a pública, passa a ser organizada e administrada segundo a lógica da empresa, corporação ou conglomerado (IANNI, 2004, p. 112).

A educação torna-se um negócio e é adquirida por aqueles que desejam manterem-se “ativos”, “empregáveis” e “empreendedores”. Torna-se uma promessa de realização profissional e pessoal e, revela-se sob o discurso de ser algo promissor e comprometido com a valorização das competências e das habilidades individuais.

Diante disso, qualquer intenção de implantação de uma proposta crítica e emancipadora se desvelam sob os ditames do neoliberalismo, e sob a ótica de acumulação do capital, na contramão do que se concebe como objetivo real de qualquer proposta que tenha caráter educativo.

Porém, como já colocado neste estudo, não se pode pensar a educação contemporânea sem compreender os processos inerentes à sociedade que a realiza, buscando compreender os discursos, processos e intencionalidades que orientam o estabelecimento de tais propostas de modo que, ao tomar conhecimento da essência de tais propostas, compreenda-se que não reside nelas a possibilidade de emancipação e transformação social, nem tampouco de efetivas condições de superação de desigualdades e melhoria das condições de vida da população, apontados como objetivos de projetos da natureza do que aqui é analisado.

Dentro da temática do segundo eixo, o Projeto apresenta como objetivo oferecer condições para a formação e a profissionalização dos jovens de 14 a 18 anos preparando-os para o mundo do trabalho.

Participam do Projeto, jovens de ambos os sexos, sem exigência mínima de escolaridade e provenientes de todas as regiões e/ou bairros do município, tendo em vista que, no ano de 2012 o projeto funcionou em apenas dois bairros da cidade, conforme já colocado.

Prioritariamente são inseridos neste projeto adolescentes oriundos de outros projetos desenvolvidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da autarquia e as demais vagas disponibilizadas para a comunidade em geral.

Consiste em oferecer uma formação que priorize o desenvolvimento pessoal dos jovens e os prepare para o exercício da cidadania, o ingresso na vida social e possibilite sua futura inserção no mercado de trabalho. Esta capacitação profissional é desenvolvida de forma abrangente sem, contudo, tratar-se de formação para uma profissão específica.

A capacitação voltada à qualificação profissional diretamente relacionada ao exercício de uma determinada profissão é oferecida ao jovem, a partir dos 15 anos e após completar a primeira etapa de formação no Projeto, quando é encaminhado para uma das entidades parceiras da autarquia para realizar cursos de capacitação profissional.

Estas instituições localizadas no município, conforme já apontado, são duas instituições de interesse de categorias profissionais, sendo uma voltada para a área da indústria e a outra para o comércio e um centro voltado ao aprendizado metódico e prático. Esta última instituição foi fundada por empresários da cidade pertencentes à Associação Comercial e Industrial do Município e já esteve ligada à autarquia municipal. Posteriormente ligou-se também ao movimento do patrulheirismo brasileiro e, em 2007, adotou nova denominação voltada à aprendizagem metódica e prática e ao atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica propondo o oferecimento de cursos de capacitação profissional para este público.

#### 4.2.1 Material do Projeto de preparação para o mercado de trabalho

As atividades deste projeto relacionadas à área Pedagógica são desenvolvidas, em sua maior parte, por estagiários de Pedagogia sob o acompanhamento de um Educador de Projeto Social, com base em uma apostila desenvolvida pela equipe que atua no projeto (Assistente Social, Educadora e Profissional de Nível Médio que auxilia nas atividades).

Além destas atividades os adolescentes participam de atividades esportivas (Educação Física e Natação) duas vezes por semana, atividades sobre o Meio

Ambiente (com estagiário de Gestão Ambiental) e atividades de Artes Visuais variadas, (desenvolvidas por estagiário de Artes Visuais).

O desenvolvimento das atividades da apostila é distribuído durante o período de março a dezembro.

O material é dividido em 05 módulos com duração de aproximadamente 02 meses cada.

As atividades contempladas na apostila são voltadas para o público alvo que compreende adolescentes de 14 a 18 anos.

Para a realização da análise do material o conteúdo foi dividido em cinco eixos temáticos, sendo: objetivos, metodologia, profissionais envolvidos para o desenvolvimento do projeto, temas abordados/conteúdos, análise das temáticas abordadas e relação destas com a metodologia e objetivos propostos, no material analisado.

Primeiro, como pode ser conferido na sequência, foi realizada a descrição do conteúdo da apostila conforme cada um dos eixos temáticos, bem como dos demais cursos e projetos oferecidos pelas instituições parceiras da autarquia e, num segundo momento, realizada a análise dos materiais.

#### A Objetivos – geral e específicos

O material aponta como objetivo do Projeto a intenção de oferecer subsídios para o conhecimento pessoal e o reconhecimento de potencialidades, o exercício da cidadania e a adoção de atitudes empreendedoras.

Além disto, busca atingir os seguintes objetivos específicos com o desenvolvimento das atividades:

1. Instrumentar o adolescente para o aprendizado de tarefas comuns do cotidiano do mercado de trabalho;
2. Contribuir para o estabelecimento de contato com profissionais atuantes no mercado de trabalho, ampliando seu nível de conhecimento em relação às profissões e demandas do mercado a fim de que possa ser capaz de analisar as possibilidades e limitações em relação ao mundo do trabalho.
3. Preparar para os desafios decorrentes da globalização, das novas tecnologias e dos níveis de qualificações exigidos para o ingresso no mercado de trabalho.

4. Propor ações educativas para a melhoria do aprendizado do adolescente;
5. Desenvolver ações integradas com a família do adolescente;
6. Desenvolver ações voltadas à higiene, sexualidade, vestimenta, currículo, entrevista e comunicação;
7. Oportunizar situações que colaborem para a ampliação do universo cultural;
8. Auxiliar para que tenha melhor clareza na identificação dos interesses pessoais e profissionais;
9. Criar situações onde o adolescente possa refletir sobre a própria aprendizagem como a própria experiência, com os ensaios, acertos e erros cometidos, incorporando as lições aprendidas e construindo um método próprio de aprendizagem.
10. Oferecer situações em que possam propor, recusar, concordar, modificar, reproduzir, tanto sozinhos como em grupo, resolvendo conflitos com iniciativa, criatividade, autonomia, sem se perder de seus valores pessoais;
11. Desenvolver habilidades físicas através de esportes;
12. Criar hábitos que envolvam qualidade de vida;
13. Disseminar conhecimento sobre o ambiente e como ele influencia na vida das pessoas;
14. Conscientizar à preservação do meio ambiente, utilização sustentável e os benefícios que traz para a qualidade de vida das pessoas.

## B Metodologia

Conforme a apostila do Projeto consta que as atividades são propostas com base nos chamados “Pilares da Educação” apontados no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da UNESO, presidida por Jacques Delors, que apontam, conforme Delors (2003), como aprendizagens consideradas fundamentais: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender, propondo que o desenvolvimento das ações aconteça a partir de um método participativo e crítico, que leve o adolescente a pensar e propor, sendo sujeito de sua própria história.

Observa-se que a metodologia descrita acima está alinhada aos interesses imperativos do modelo capitalista de sociedade, tendo em vista que, conforme já apontado, relaciona-se com uma proposta de formação do trabalhador em conformidade com as demandas do mercado atual e promove o desenvolvimento de competências consideradas úteis ao que o sistema de produção capitalista.

#### C Profissionais envolvidos

A apostila menciona que as atividades devem ser realizadas por Educadores de Projeto Social, entretanto, na prática constatou-se que as atividades são realizadas por estagiários dos cursos Pedagogia, Artes Visuais, Gestão Ambiental e Educação Física, sob a supervisão de uma Educadora de Projeto Social, sendo este profissional efetivo da autarquia com formação mínima de nível médio – magistério. A Educadora que atua no local possui formação em Pedagogia. Há um profissional com formação em nível médio que auxilia a Educadora na Coordenação das atividades.

Há uma equipe de Coordenação Central composta por Assistente Social e Profissional que atua na Coordenação da área Artística/Cultural (com formação em Pedagogia e Geografia). Estes profissionais realizam a coordenação geral das atividades, propiciam suporte pedagógico aos profissionais, orientações técnicas, organizam capacitações e planejam, juntamente com a equipe local, as atividades a serem desenvolvidas. Cabe a esta equipe o estabelecimento das diretrizes gerais que norteiam as atividades nos locais onde o Projeto é implantado.

#### D Temas abordados/conteúdos

Conforme já apontado, a apostila é dividida em 05 módulos com duração de 02 meses cada. A maior parte das atividades é composta por dinâmicas de grupo que visam promover reflexões sobre as temáticas abordadas levando os participantes a discutirem e a refletirem sobre os conteúdos apresentados pelos educadores. Conforme consta no material, seguem os principais temas abordados dentro de cada módulo do Projeto:

##### Módulo 1 - Identidade

Neste módulo é apresentado o conceito de identidade de maneira bastante superficial compreendendo, conforme o material, o "conjunto de características biosóciopsicológicas de que cada um de nós indivíduos é portador, e que desta forma nos permite individualizar e diferenciar ou assemelhar uns dos outros. Em outras palavras a identidade pode ser entendida como o conjunto de dados pessoais, de itens biográficos, de sentimentos, de valores e de modos de agir e de pensar sobre nós mesmos, sobre os outros e sobre o mundo, que nos situa como membro dos diversos grupos aos quais pertencemos e por meio dos quais, sociedade mais ampla".

Com base no trecho apresentado, que não aponta referência teórica, é proposto que os jovens discutam o conceito de identidade o que é promovido pelos estagiários de Pedagogia que utilizam o mesmo material para preparo das atividades e acabam, assim, por desenvolver as temáticas com base em seu conhecimento pessoal sobre o tema.

As atividades deste módulo contemplam ainda uma proposta de atividades de reflexão sobre a história do nome dos adolescentes, atividades sobre documentação pessoal como Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), dentre outros e inserção no mercado de trabalho, *bullying*, preconceito, trabalho em grupo e autoestima.

O material apresenta de maneira bastante sucinta as temáticas cujo desenvolvimento depende das condições que os estagiários apresentam ou não para promover os debates e reflexões com o grupo.

## Módulo 2 – Comunicação

Neste módulo é apresentado o conceito de comunicação, conforme um dicionário de Sociologia, cuja referência não aparece na apostila. Assim, aponta o material que "o fato fundamental de toda a cultura é a linguagem: um sistema de símbolos verbais destinado à comunicação inter-humana. Sem comunicação verbal, nenhuma das formas de vida social tipicamente humana poderia ter se desenvolvido".

No material aponta-se ainda que "o homem só se constitui como ser social à medida que interage com seus semelhantes, criando um código comum que permite

a comunicação e a organização dos grupos sociais. Trabalhar com grupos é trabalhar diretamente com a comunicação”.

A partir da apresentação do conceito de comunicação descrita acima, conforme consta na apostila são propostas atividades relacionadas às temáticas: comunicação assertiva, *marketing*, formas de comunicação (visual e sonora) e meios de comunicação.

Em geral, as atividades apresentam um conceito genérico relacionado ao tema e propõe uma conversa sobre o tema, questionários, confecção de cartazes, dentre outras atividades semelhantes.

### Módulo 3 - Mercado de Trabalho

A primeira atividade deste módulo apresenta uma proposta de discussão do "Trabalho como técnica e sua finalidade" por meio de dinâmica de grupo, sendo inicialmente, estimulada uma conversa com os adolescentes sobre o que gostam de fazer; o que não gostam de fazer; sobre o que fazem hoje e sobre o que eles gostariam de fazer, mas ainda não tiveram oportunidade, sonhos e anseios dos jovens quanto ao trabalho que desejam desenvolver.

Aponta como importante a organização do tempo para realização das atividades cotidianas e salienta a importância de que se "desenvolva com os jovens um olhar mais crítico sobre a divisão de classes sociais" apresentando como exemplo, para trabalhar este tema, o fato do jovem de classe média e mais abastada ter "um tempo maior de dedicação à escola, uma vez que é menos impelido a buscar atividades remuneradas (formais ou não) para seu sustento e de sua família", e finalizando a atividade com a proposta de se refletir com os participantes sobre ações que possam aproximar a realidade em que vivem de seus sonhos.

Este módulo compreende orientações para elaboração de currículo, oficina de vestimenta e de expressão corporal onde são trabalhadas orientações sobre postura, maneira de vestir-se e comportamento no mercado de trabalho; sugestões para entrevistas; o jovem e as exigências do século XXI relacionadas às necessidades impostas pelo mercado de trabalho capitalista e as formas de corresponder ao que o "mercado" exige; organização de arquivos e localização de informações em listas telefônicas e mapas.

O módulo encerra-se com a seguinte observação: "quando conseguir um emprego, o cidadão não pode achar que o esforço já foi suficiente. Empenho e dedicação não devem ser deixados de lado nunca, nem valores como honestidade e simplicidade. São estes que garantirão a permanência da pessoa no mercado de trabalho" evidenciando o tipo de perspectiva ideológica fundamenta o trabalho proposto.

#### Módulo 4 - Projeto de Vida

O módulo foi iniciado discutindo o conceito de projeto de vida, reforçando a importância do estabelecimento de metas e planos do que se deseja realizar após "um plano colocado em papel para que possamos visualizar melhor os caminhos que devemos seguir para alcançar nossos objetivos".

Aponta ainda que o Projeto de Vida deve ser dividido em 08 áreas ou saúdes, sendo estas: física, espiritual, intelectual, familiar, social, financeira, profissional e ecológica.

Após a exposição e conversa sobre o que é este "Projeto de Vida" apresentado pelos educadores/estagiários, os participantes devem elaborar seu projeto de vida composto de objetivos e metas que pretende alcançar, relacionadas a estas áreas.

Sendo assim, verificou-se que os jovens são orientados a desenvolver seu Projeto de Vida pensando nestas oito áreas permeadas por pressupostos neoliberais onde o neoliberalismo:

[...] propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p. 12).

Para o mesmo autor, a implantação de políticas de cunho neoliberal é resultado de um projeto de classe voltado para a manutenção do poder das elites e

da acumulação do capital e seu ideário exerce, para isso, influência em áreas como a comunicação, setor financeiro, educação, dentre outros, evidenciando que sua ideologia, intrinsecamente ligada ao modo de acumulação capitalista, permeia por consequência as políticas públicas de cunho educativo tais como a que neste estudo é analisada.

Assim, analisando o material utilizado para o desenvolvimento das atividades, verificou-se o desenvolvimento de uma proposta comprometida em grande medida com a formação do trabalho para o capital e não o desenvolvimento dos sujeitos como seu foco principal.

Verificou-se, então, através da análise do material, que os jovens devem aprender a cuidar de sua saúde para manterem-se ativos e prontos para atender aos interesses do mercado, primar por sua saúde evitando faltas ou prejuízos ao trabalho, manter um relacionamento “saudável” no âmbito social e profissional, preservar o meio ambiente como parte de sua saúde ecológica e sustentar-se financeiramente para ser um cidadão consumidor. Enfim, devem direcionar seus sonhos, perspectivas e objetivos para se inserirem como cidadãos em conformidade com os princípios que permeiam a sociedade atual.

Desse modo, novamente viu-se delimitado o campo para o qual os jovens são orientados a direcionar suas perspectivas e expectativas construindo seu trajeto/plano de vida dentro de uma perspectiva impregnada pela lógica de mercado.

Diante do que foi proposto cabe considerar que a juventude é uma fase marcada por processos de transição relacionados às transformações advindas com a adolescência, passagem para a vida adulta e, como já colocado, de integração ao mercado de trabalho. Reflete um período de amadurecimento e de mudanças vivenciado pelos jovens que encontram hoje poucas expectativas de sucesso diante da acirrada competição no mercado de trabalho, violência e desigualdades impostas pelo contexto social contemporâneo.

Assim, diante de experiências e de expectativas vivenciadas pela juventude, o trabalho com a construção de um projeto de vida poderia se constituir em uma prática capaz de contribuir com a formação do jovem no sentido de possibilitar a ele perceber-se como agente de transformação.

Entretanto, verificou-se que a atividade é proposta sem considerar as reais possibilidades de os jovens de efetivamente concretizarem o elaborado no projeto de vida, tendo em vista os entraves que permeiam a sociedade atual bem como as

dificuldades e barreiras sociais que enfrentarão não são levadas em conta e, desse modo, a atividade acaba por se constituir na elaboração de um sonho distante e quase impossível de se concretizar. Diante disso, o trabalho com a construção de projeto de vida poderia promover discussões sobre identidade, história de vida, relações sociais, dentre outras, contribuindo para que o jovem compreenda possibilidades e expectativas, que podem ser construídas por ele, como protagonista de sua história, agente de mudanças, sujeito ativo e construtor de sua própria história, desenvolvendo o trabalho sobre outro viés, de caráter mais crítico e reflexivo

Entretanto, no Projeto, verificou-se que o trabalho com esta temática resume-se em uma atividade a ser elaborada pelos participantes sob a orientação de estagiários, jovens em processo de formação e construção de suas identidades. Assim, seria interessante que o trabalho com projeto de vida se desenvolvesse de forma mais ampla e não como uma simples atividade de construção do mesmo, sem discussões e compreensão das dimensões envolvidas na construção da própria trajetória do jovem.

O Projeto apresenta temáticas relevantes para a formação do jovem como identidade, projeto de vida, construção da cidadania, dentre outras. Porém, o trabalho com os temas parecem não explorar o potencial de discussões que poderiam ser promovidas, como pode ser constatado nos materiais analisados e do contato com os jovens nas entrevistas, diante do que ficou evidente que a maioria das atividades é desenvolvida reforçando a relação homem-trabalho, sob a perspectiva da adequação ao que o mercado exige, e como perspectiva de vida.

Na descrição das atividades percebeu-se que é constantemente reforçada a importância do estabelecimento de metas a curto, médio e longo prazo para serem atingidas e valores como o compromisso.

No módulo trabalha-se de maneira bastante preliminar com a questão da escolha profissional com uma dinâmica de grupo em que os participantes devem identificar as profissões em que têm interesse e conhecer um pouco mais sobre cada uma delas. Este aspecto poderia ser trabalhado no próprio processo de construção do projeto de vida, ampliando a gama de temas e possibilidades a serem pensadas e discutidas pelos jovens o que poderia contribuir para sua formação geral.

Dentre as atividades propostas no módulo são apresentadas as possibilidades de realização dos cursos nas instituições parceiras da autarquia compreendendo cursos profissionalizantes voltados para atuação na indústria, comércio e Técnicas administrativas, projetos estes que, no seu término, promovem a inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho como aprendizes.

Além das possibilidades oferecidas pelas instituições parceiras já apresentadas neste trabalho é oferecida a isenção de taxa de inscrição no processo seletivo em um Colégio Técnico pertencente à Universidade Estadual de Campinas / UNICAMP que oferece cursos gratuitos.

Os adolescentes costumam participar de uma feira de profissões anualmente realizada na cidade com exposições das faculdades e universidades do município e escolas técnicas/profissionalizantes, palestras, cadastramento de currículos por agências de empregos, etc.

A última atividade é uma dinâmica que propõe estimular uma reflexão sobre a satisfação e a insatisfação no trabalho e relacionar a satisfação no trabalho com aspectos pessoais, sociais e culturais. Entretanto, verifica-se que a temática, de acordo com os pontos de discussão elencados nas atividades, é abordada de forma superficial e sem embasamento teórico sólido, apresentando aspectos relacionados à compreensão particular dos profissionais que elaboraram o material e desenvolvem as atividades.

## Módulo 5 - Cidadania

Este módulo inicia-se com a apresentação do conceito de cidadania como "o conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão, o indivíduo está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive." Aponta que "a cidadania pressupõe direitos e deveres e a serem cumpridos pelo cidadão que serão responsáveis pela sua vivência em sociedade. A cidadania requer que o indivíduo, como habitante da cidade, como diz a raiz da palavra, cumpra seus deveres, e como um indivíduo de ação possa realizar tarefas para seu bem e para o maior desenvolvimento da comunidade onde vive, uma vez que os problemas da cidade dizem respeito a todos os cidadãos".

A partir do conceito apresentado são propostas dinâmicas de grupo relacionadas ao tema destacando-se a identificação de direitos e deveres e o dever

de votar como requisito para tornar-se um cidadão como um dos “principais deveres de um cidadão”.

O material apresenta ainda como deveres: votar, para escolher nossos governantes, cumprir as leis, respeitar os direitos sociais de outras pessoas, educar e proteger nossos semelhantes, proteger a natureza, proteger o patrimônio público e social do País, colaborar com as autoridades. E como direitos, a igualdade entre homens e mulheres no que se refere aos seus direitos e obrigações, saúde, educação, moradia, segurança, lazer, vestuário, alimentação e transporte são direitos dos cidadãos; ao fato de que “ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”; de que “ninguém deve ser submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”, “a manifestação do pensamento é livre, sendo vedado o anonimato” e a “liberdade de consciência e de crença é inviolável, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto”, sendo estes direitos constitucionais, embora o material não faça esta referência.

Neste módulo há uma atividade denominada “bom comportamento em sociedade” na qual se aponta a importância do desenvolvimento de valores como o respeito ao próximo, cultivo de bons hábitos de convivência como o respeito aos assentos preferenciais no transporte coletivo, excesso de barulho e descarte correto do lixo.

Observou-se que os aspectos considerados como “Bons comportamentos” foram elencados pela equipe de coordenação do Projeto que elaborou seu material e, desse modo, constituem a compreensão subjetiva destes profissionais em relação ao que consideram “bom” para a formação dos jovens.

É proposta uma atividade que apresenta o Estatuto da Criança e Adolescente destacando novamente os direitos e os deveres, reforçando-se a importância de cumprir os deveres para usufruir dos direitos que possuem.

O último tópico do módulo apresenta a temática das eleições ressaltando formas de eleição e governantes, funções dos prefeitos e vereadores, requisitos para ser eleitor e obrigatoriedade do voto, de modo informativo e propõe uma atividade em grupo cujo objetivo é “sensibilizar para o tema eleições” completando-se frases como “a qualidade que mais admiro num político é ... porque ...”; “O defeito que mais detesto num político é ... porque ...”; “Se fosse político, eu ...”; “Se fosse eleito presidente da República, eu ...”; Quando for votar, escolherei um candidato

que ..."; "Lá em casa se diz que “político...””; "Se pudesse pedir uma coisa ao prefeito da minha cidade, eu ..."; "Gosto/não gosto de política porque ..."; "Quando vejo a propaganda eleitoral na TV, eu ... "; "Para tirar o título eleitoral é preciso ...".

O facilitador da atividade deve promover discussões sobre as questões em grupo e, na finalização da atividade, o material propõe que se deve "ressaltar para o grupo que, no exercício da cidadania, é importante acompanhar de forma contínua e permanente os fatos e processo políticos, o comportamento ético dos governantes, o cumprimento ou não das suas promessas e suas reações diante das necessidades da população" e "ressaltar a participação como essencial numa sociedade democrática. O voto é importante, porém, é apenas uma das formas de atuação do cidadão."

Assim, as noções de cidadania e participação trabalhadas no Projeto relacionam-se com participação do cidadão como eleitor considerando, portanto, apenas um aspecto relacionado ao exercício da cidadania e deixando de contemplar outros aspectos que poderiam promover a ação do jovem como protagonista de mudanças em sociedade.

A apostila é finalizada com uma dinâmica que propõe refletir sobre os valores e qualidades dos eleitores e candidatos pela resposta e discussão de questões como: "Como você acha que os eleitores formam sua opinião no Brasil?"; "Em sua opinião, em que um eleitor deve se basear para fazer sua escolha?"; "Você se considera uma pessoa bem informada em relação aos fatos políticos do país? Justifique"; "O que você julga necessário para estar bem informado em relação aos fatos políticos do seu país?"; "Que fontes de informação contribuem positivamente para a sua formação política?" evidenciando, novamente, uma abordagem superficial das temáticas que se resume em discussões com pouca fundamentação teórica, acerca dos temas, e baseada no conhecimento pessoal e subjetivo dos estagiários e educadores, ao oferecer atividades para os participantes.

#### **4.3 Cursos oferecidos aos egressos do Projeto de preparação para o mercado de trabalho e a educação profissional no Brasil**

A Formação Profissional no Brasil começou a se desenvolver a partir de 1874, momento em que Henrique Pereira Lucena, presidente da província de Pernambuco, determinou o preparo dos funcionários das fábricas, o que culminou, posteriormente,

com a criação do SENAI – Serviço Nacional da Indústria voltado ao preparo de trabalhadores para este setor.

Antes disso, em 1934, foi criado por Armando Sales de Oliveira (interventor federal no estado de São Paulo) e Roberto Mange (engenheiro e professor da Escola Politécnica de São Paulo), o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP). Tais cursos, precursores do SENAI, este criado pelo decreto-lei 4.0482 de 22/01/1942, do então Presidente Getúlio Vargas, e por contribuições de empresas filiadas à Confederação Nacional da Indústria (CNI), e atualmente é subsidiado por contribuições das indústrias, sobre a folha de pagamento, e pela venda de cursos e serviços.

Trata-se de uma instituição privada de interesse público, sem fins lucrativos e, portanto, fora dos limites da Administração Pública direta, que atua na formação de recursos humanos para a indústria oferecendo/ofertando programas de capacitação profissional, em modalidades que compreendem até a pós-graduação.

Para Bryan (1983, p. 86) “O decreto-lei que cria o SENAI incorpora teses centrais do projeto SENAFI [...] harmonizando-se com os interesses da burguesia”. Para ele a criação do SENAI constituiu uma extensão da experiência obtida no âmbito do sistema ferroviário relativa à formação profissional.

Em São Paulo, a instituição teve início em 1942, dirigida por Roberto Mange, para quem, tal como apontado por Bryan (1983), a formação profissional, bem como outros aspectos da atividade social e política do trabalhador não deveriam se dar de maneira autônoma em relação ao capital.

Conforme Bryan (1983) foi para garantir a qualificação da força de trabalho, adequada ao projeto de desenvolvimento econômico do país, nos moldes capitalistas, é que esta instituição foi criada.

Para ele,

O objetivo real subjacente a essa retórica pode ser captado através da análise da metodologia utilizada pelo SENAI para a formação de duas categorias de trabalhadores consideradas estratégicas para a consecução do controle do capital sobre o processo de trabalho por Taylor e seus seguidores no Brasil: o oficial e o supervisor e de produção. As formas e a extensão da ação do SENAI para promover o setor industrial com uma força de trabalho talhada para satisfazer suas necessidades [...] (BRYAN, 1983, p. 89).

No âmbito da formação para o trabalho, outras instituições foram criadas, tal como o SENAC, criado pelo Decreto-Lei 8.621, em 1946, pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), para oferecer educação profissional, voltada para a formação de trabalhadores para o comércio, e que nasce no mesmo contexto do SENAI, voltada ao atendimento das demandas de mão de obra impostas pelo contexto do projeto de desenvolvimento econômico do país, alinhado aos interesses capitalistas.

Assim, os precursores da educação profissional no Brasil deixam clara a intencionalidade de sua criação e para quem é que sua ação se dirige, até os dias atuais. Desta maneira, verificou-se que:

O atendimento à demanda da economia por mão-de-obra qualificada só vai surgir como preocupação objetiva na década de 40, quando a Lei Orgânica do Ensino Industrial cria as bases para a organização de um “sistema de ensino profissional para a indústria”, articulando e organizando o funcionamento das escolas de aprendizagem de artífices (1942); é criado o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e o SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1946), resultantes do estímulo do Governo Federal à institucionalização de um sistema nacional de aprendizagem custeado pelas empresas para atender às suas próprias necessidades. Essas escolas se caracterizam por uma proposta curricular eminentemente prática, onde as preocupações com a formação teórica raramente apareciam (KUENZER, 1992, p. 13).

Assim:

Desde o momento em que surge, a educação diretamente articulada ao trabalho se estrutura como um sistema diferenciado e paralelo ao sistema de ensino regular marcado por finalidade bem específica: a preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional. Sem condições de acesso ao sistema regular de ensino, esses futuros trabalhadores seriam a clientela, por excelência, de cursos de qualificação profissional de duração e intensidade variáveis, que vão desde cursos de aprendizagem aos cursos técnicos. (KUENZER, 1992, p. 12)

Desta forma, cabe aqui salientar que, as instituições consideradas parceiras da autarquia para as quais o Projeto encaminha seus participantes nascem no âmbito das perspectivas de formação aqui apresentadas e, assim, para fins desta análise, as propostas e materiais serão descritos e analisados frente às

possibilidades de formação que oferecem aos jovens, e ao que se compreende como necessário à formação da juventude, conforme exposto neste estudo.

Primeiramente foi realizada uma descrição das propostas e, então, procedeu-se à análise dos projetos e dos cursos.

#### 4.3.1 Curso voltado para o setor do comércio

Conforme apontado na proposta de trabalho, diante dos resultados considerados satisfatórios pela equipe gestora do Projeto na autarquia, referentes ao desenvolvimento de um projeto de qualificação profissional para adolescentes realizado pela autarquia em parceria com o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente nos anos de 2003 e 2004, quando se verificou, como resultados considerados favoráveis pela equipe gestora, um maior interesse e sucesso escolar pelos participantes, melhora no comportamento e relacionamento familiar, ingresso de 49% dos adolescentes participantes no mercado de trabalho e a possibilidade de se assegurar, desta maneira, a efetivação do direito à profissionalização, contido no Estatuto de Criança e do Adolescente (art. 4º da Lei 8069/90 – ECA), conforme a concepção dos gestores, a autarquia passou a investir em projetos voltados para a educação para o mercado de trabalho.

A partir deste momento, propôs o desenvolvimento de um Projeto que estabelece a parceria entre o Projeto da autarquia e a instituição que oferece curso na área do comércio.

Desde então, este Projeto vem sendo desenvolvido e financiado pelo Órgão Gestor da Assistência Social do Município (autarquia), visando, conforme contido em sua proposta, atender adolescentes no que tange ao desenvolvimento de potencialidades pessoais e específicas do mundo do trabalho; a proposta aponta ainda como objetivo oportunizar aos adolescentes reconhecer a importância da capacitação contínua, diante das exigências do mundo de trabalho explicitando sua proposta de oferecer formação de âmbito geral e voltada para o trabalho.

O referido projeto é gerido pela autarquia municipal e executado nas dependências da escola que oferece o curso, sob a coordenação de uma Assistente Social, Coordenadora do Serviço de Proteção Social Básica da autarquia.

A qualificação do jovem é realizada por meio de atividades desenvolvidas pela equipe técnica do Órgão Gestor, em parceria com a equipe da escola

responsável pela execução do projeto. A equipe de profissionais da autarquia planeja as atividades mensalmente e realiza reuniões com a equipe técnica da escola, para o acompanhamento do processo de formação em que os adolescentes estão inseridos.

Para participação neste Projeto a escola exige idade mínima de 14 anos e conclusão do curso primário ou possuir conhecimentos mínimos essenciais à preparação profissional (o que não apresentou uma definição específica de quais seriam estes conhecimentos exigidos no material analisado).

Assim, o público participante é composto por adolescentes na faixa etária a partir de 15 anos e escolaridade mínima 7º ano completo do Ensino Fundamental. Tem prioridade na participação os jovens egressos do projeto de preparação para o mercado de trabalho da autarquia, entretanto, quando há vagas ainda disponíveis a participação é aberta aos demais interessados da comunidade.

Os jovens que, em geral, são egressos do Projeto de preparação para o trabalho devem estar matriculados em estabelecimentos de ensino, para realização da Educação Básica.

Este Projeto apontou como objetivo geral em sua proposta a intenção de contribuir com o desenvolvimento de potencialidades pessoais e profissionais para a inserção qualificada no mundo do trabalho, para o exercício da cidadania e do protagonismo juvenil.

Como objetivos específicos, conforme apontado em sua proposta, propõem:

- 1 Valorizar e estimular a participação da família do (a) adolescente em todas as ações propostas pelo projeto;
- 2 Estimular e facilitar o ingresso e a permanência do (a) adolescente na rede formal de ensino;
- 3 Incentivar a inserção e capacitação para o trabalho, de acordo com a Lei de Aprendizagem nº 10.097/00;
- 4 Estimular seu papel de protagonista jovem;
- 5 Auxiliar o jovem no planejamento e na construção de seu futuro;
- 6 Preparar o jovem para atuar de forma cooperativa, contribuindo para transformar a própria história e contribuir com a comunidade;
- 7 Promover o resgate de vínculos familiares e comunitários;

8 Promover o desenvolvimento de atitudes e valores cada vez mais exigidos na Sociedade e no mundo de trabalho.

O conteúdo específico de preparação para o mundo do trabalho, desenvolvido pela equipe técnica da escola, com um Programa voltado à educação para o trabalho, desta instituição, de maneira que, tal como foi observado, o projeto constitui num encaminhamento dos jovens para participação neste programa/curso, comprado pela autarquia.

Como o projeto se desenvolve no campo da assistência social do município, é realizado atendimento sócio assistencial com os jovens e suas famílias, reunião de pais, visitas domiciliares e trabalho em grupo com os adolescentes e seus familiares por profissionais da área de Serviço Social.

A equipe técnica da escola e da autarquia realiza o planejamento e monitoramento das ações, conjuntamente, com a realização de reuniões e acompanhamento local, das atividades desenvolvidas.

Entretanto, verificou-se junto aos docentes do curso que, em relação às atividades em si, o planejamento e a implantação, são desenvolvidos apenas pela equipe da escola, sem possibilidade de participação e de interferência da equipe da autarquia, tendo em vista tratar-se de um curso já estabelecido pela instituição.

#### *4.3.1.1 Material utilizado no Programa voltado à Educação para o Trabalho*

O material foi apresentado à pesquisadora por docentes que atuavam no curso no período em que manteve contato com a instituição a fim de conhecer o projeto e realizar as entrevistas com os participantes e também pela equipe da autarquia. O mesmo é composto por apostilas, conforme consta abaixo:

- A. Programa de Aprendizagem Comercial - Referenciais para a Ação Comercial
- B. Pessoas com deficiência: Educação e Trabalho
- C. Atitude empreendedora
- D. Vivência
- E. Comunicação
- F. Desenvolvimento Pessoal
- G. Integração
- H. Excelência no Atendimento e Relacionamento com o Cliente

## I. Desenvolvimento Humano

### J. Sistemas e processos organizacionais

Em relação ao material verificou-se que a primeira apostila apresenta as diretrizes em que a proposta deve ser desenvolvida, e os demais volumes são constituídos pelas atividades diretamente implantadas com os participantes.

Nesta apostila é apontada a missão institucional do grupo: “Educar para o trabalho, em atividades do comércio de bens, serviços e turismo” observando que, em cumprimento à esta missão, desenvolve nas Administrações regionais o Programa de Aprendizagem, voltado para o desenvolvimento de competências básicas necessárias, para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho.

Assim, a proposta é contribuir com o processo de transformação destes jovens por meio de uma ação proativa que abra oportunidades de trabalho e contribua para a construção de uma vida pessoal, social e profissional mais digna e produtiva para estes jovens.

Este material aponta o conceito de adolescente como pessoa entre 12 e 18 anos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13/07/1990 e que, com relação ao direito à profissionalização e à proteção ao trabalho, é proibido o trabalho de menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz.

É colocado que a aprendizagem e formação técnico-profissional a serem oferecidas, deverão ser ministradas segundo a Lei de Diretrizes e bases da Educação, em vigor, obedecendo aos princípios de: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular, execução de atividades profissionais compatíveis com o desenvolvimento do adolescente, e horário especial para o exercício destas atividades.

É apontado no material que o programa visa propiciar uma formação básica e pautada no desenvolvimento de habilidades que contribuam para a inserção do jovem no mercado de trabalho como aprendizes, no final do curso.

São eixos norteadores da proposta: a observância aos princípios da educação nacional, independência e articulação com os Ensinos Fundamental e Médio, respeito aos valores estéticos, políticos e éticos, estética da sensibilidade, política da igualdade, ética da identidade, desenvolvimento de competências profissionais para a laboralidade, flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização curricular, identidade dos perfis profissionais de conclusão dos cursos, atualização permanente dos cursos e currículos, organização dos cursos do Programa de Aprendizagem

segundo itinerários informativos, articulação com a educação básica, observância às diretrizes do Programa Deficiência & Competência, priorização de atendimento a alunos da Educação Básica e compromisso com a preservação do meio ambiente.

Diante dos eixos norteadores apontados observou-se que são apresentados temas bastante amplos, o que, aparentemente, sugeriria que o projeto contempla aspectos gerais inerentes à formação oferecida aos participantes.

Uma análise mais aprofundada de tais eixos permite considerar que a articulação com a Educação Básica, formal, ocorre apenas pelo fato dos jovens participantes estarem matriculados na rede formal de ensino. Verificou-se, desta maneira, que não existe uma articulação relacionada às atividades e aos projetos para contemplar a integração educação básica/profissional.

Transparece a preocupação em propiciar atividades relacionadas às exigências impostas pelo mercado de trabalho atual, pois ao sugerir como eixo norteador o desenvolvimento de competências profissionais para a “laboralidade, flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização curricular, identidade dos perfis profissionais de conclusão dos cursos, atualização permanente dos cursos e currículos” etc., verifica-se a relação com a necessidade de formação continuada requeridas dos trabalhadores. Surge assim, a consonância com o que apregoam os Pilares da Educação, já discutidos nesta análise, e com os pressupostos neoliberais evidentes, nas perspectivas apontadas nestes eixos temáticos, bem como no trabalho relacionado à preservação do meio ambiente.

Assim:

Existe uma profunda “tensão teórica” envolta sob o amálgama que representa o conceito de desenvolvimento, que alude à própria relação sociedade x natureza e a atual adequação de um novo modelo técnico-produtivo, que podemos asseverar como “acumulação flexível”, ou de maneira até mesmo conservadora, de reestruturação produtiva do capital. A “tensão teórica” que nos referimos prescreve as diferentes idealizações / materializações acerca do modelo de desenvolvimento em gestação (OLIVEIRA, 2007, p. 05)

Sendo assim, verificou-se que a própria noção de desenvolvimento sustentável e de preservação ambiental amplamente difundida nos dias atuais é cooptada pelos interesses do capital, e propagada sob a ideologia do desenvolvimento sustentável. Assim:

Há uma transmutação da “Ideologia do Desenvolvimento” para a “Ideologia do Desenvolvimento Sustentável”, sendo esta última uma forma impositiva e neoliberal de tratar o desenvolvimento. Trata-se de uma mediação para um novo paradigma, mas que mantém a natureza enquanto reserva de valor exclusiva de uma classe, com a prática de um Novo Colonialismo, ou mesmo, um Novo Imperialismo” (OLIVEIRA, 2007, p. 06)

Diante disso, vê-se que o trabalho com estas temáticas seria de grande relevância diante da importância da preservação da vida e do meio ambiente no planeta, em termos de busca genuína e desprovida de outros interesses implícitos, tal como aqui apresentado. Entretanto, novamente pode ser observada uma transgressão dos conceitos propagados de forma acrítica e transmissores da ideologia neoliberal, cujo compromisso não reside na formação das classes trabalhadoras, a não ser para atendimento de seus fins máximos, em consonância com o propósito do lucro e da acumulação.

Em relação à estrutura curricular a instituição propõe propiciar aos educandos a compreensão da realidade social e o desenvolvimento de aptidões, tanto técnicas quanto sociais, para que os participantes aprendam a posicionar-se como cidadãos e trabalhadores, historicamente situados.

No material explicita-se que a proposta contempla competências gerais relacionadas aos princípios éticos, políticos e estéticos, às questões do meio ambiente, da qualidade na prestação de serviços, da segurança no trabalho, do trabalho em equipe, dentre outras, consideradas básicas para a inserção dos trabalhadores em qualquer área do mundo do trabalho, e as competências específicas necessárias ao exercício profissional conforme os eixos norteadores da proposta.

Assim, destaca em sua proposta como competências gerais: apresentar comportamento social e ético nas relações humanas, compatíveis com o ambiente profissional; compreender os conceitos de cidadania, democracia e justiça baseados na equidade, a partir de conteúdos vinculados ao cotidiano, aplicando-os em situações profissionais e sociais; identificar e classificar os diferentes tipos de resíduos sólidos descartados no ambiente profissional, como recicláveis ou não, separando-os e acondicionando-os de forma adequada; adotar comportamento crítico, em relação ao consumismo, aplicando no seu cotidiano; procedimentos adequados de conservação e utilização dos recursos naturais; desenvolver hábitos de higiene como uma das formas de promover a saúde; demonstrar qualidade no

atendimento ao cliente, tratando-o com cortesia e respeito, e oferecendo-lhe os melhores produtos e serviços, administrar o próprio processo de trabalho, planejando atividades e distribuindo o tempo, de acordo com rotinas, materiais e equipamentos; comunicar-se e argumentar, com desenvoltura, junto àqueles com quem se relaciona, mostrando respeito pelas diferenças individuais; empregar o diálogo como forma de esclarecer conflitos e tomar decisões coletivas; estabelecer relações, baseadas na cooperação, que favoreçam o desenvolvimento de segurança no trabalho, a fim de evitar acidentes; identificar características, possibilidades e limites na área de atuação, assim como outras profissões relacionadas com aquela para a qual está sendo capacitado; posicionar-se quanto às perspectivas profissionais no seu campo de atuação, reconhecendo a importância do seu papel profissional.

Conforme consta na apostila, para propiciar o desenvolvimento destas competências, são desenvolvidas atividades acerca dos seguintes assuntos: apresentação pessoal: corpo, emoção e saúde (autoestima, comportamento, comunicação, sexualidade, drogas e perspectivas pessoais e profissionais); Cidadania: (família, comunidade, amizade e cooperação; violência, diversidade, discriminação e preconceito; direitos, deveres e cuidados com o meio ambiente e patrimônio público); Construção social e mundo do trabalho (mercado de trabalho e diferentes ambientes profissionais; noções de organização e hierarquia, ética profissional, trabalho em equipe, qualidade no atendimento e respeito ao cliente, segurança pessoal, empreendedorismo, importância do planejamento, da leitura, da informática da matemática e valores da cultura do trabalho).

Com relação à metodologia adotada, apresenta como pressuposto que a atividade do aprendiz, a vinculação do processo de aprender, com o mundo fora da escola, e a não fragmentação do conhecimento são variáveis indispensáveis ao desenvolvimento de competências profissionais, e ao respeito às características do público-alvo do programa.

Visa, para o desenvolvimento do curso, incluir como atividades: estratégias vivenciais e de natureza lúdico-analógica, nas quais o jogo reproduz as características das situações reais com as quais se propõe a trabalhar; situações de construção e reconstrução coletiva do conhecimento, da ação autônoma dos aprendizes, em detrimento de outras possibilidades centradas na transmissão e absorção do conhecimento; situações de aprendizagem centradas na ação, na

reflexão crítica e em sua revisão pelos participantes, com base em fundamentos por eles obtidos, graças às iniciativas estimuladas e referenciadas pelos coordenadores das atividades; situações contextualizadas, a partir de projetos individuais e coletivos em construção; aulas práticas realizadas no ambiente de trabalho ou em situação de simulação d ambiente real, especialmente, no caso de atividades insalubres, observada a obrigatoriedade de treinamento prático, nos procedimentos de segurança e de saúde, e participação em palestras e seminários.

Salienta-se no material que a escolha dos conteúdos corresponde à faixa etária dos participantes abordando os temas por meio da utilização de linguagem adequada ao tratamento dos temas, a fim de manter a motivação do aprendiz, sua adesão à proposta e ao crescimento pessoal e profissional.

Como instrumentos e técnicas para realização das atividades verificou-se no material, uma predominância de ações que contemplam a leitura e a socialização de textos, sobre as temáticas trabalhadas, atividades em grupo, debates e dinâmicas de grupo, utilizando ferramentas variadas como acesso à internet e atividades com filmes e músicas.

Com relação à avaliação aponta-se que esta constitui um processo de caráter diagnóstico e formativo, cujos resultados são utilizados para informar sobre progressos e dificuldades dos aprendizes, a fim de se possibilitar intervenções que possam contribuir com o pleno desenvolvimento dos participantes. Deve ocorrer de maneira contínua, realizada diariamente no decorrer das atividades desenvolvidas, e em paralelo, à medida que se trabalha a recuperação de aprendizes, ao mesmo tempo em que se dá a continuidade dos estudos com a turma. É realizada por meio de trabalhos individuais e em grupo, pesquisas, visitas técnicas, exposições, dentre outros que permitem, conforme aponta o material, julgar o desempenho do aprendiz com relação aos conhecimentos, habilidades e valores implicados nos componentes curriculares em foco.

Avaliação acompanha o período em que o adolescente é inserido na empresa como aprendiz pelo acompanhamento metódico e registro diário das ações, deve ser semanalmente assinado pelo aprendiz e pelo superior na empresa, evidenciando um controle rigoroso quanto ao atendimento do que o curso promoveu como comportamentos adequados ao “bom profissional”.

#### 4.3.2 Curso voltado para o setor industrial

O projeto que estabelece a parceria entre a autarquia e a instituição que oferece cursos na área industrial é gerido pela autarquia municipal e executado na instituição parceira sob a coordenação de uma Assistente Social Coordenadora do Serviço de Proteção Social Básica da autarquia, técnica responsável pelo projeto.

Conforme a proposta do projeto, a profissionalização de adolescentes é assunto em pauta no mercado de trabalho atualmente. Trata-se de, conforme a proposta do projeto, de uma faixa etária que está apta à produção, porém, não possui oportunidades para inserção no mundo do trabalho; isto é plenamente questionável tendo em vista tratar-se de jovens em processo de formação, e conforme já foi amplamente discutido, inseridos precocemente e, muitas vezes, em condições precárias, no mercado de trabalho.

A proposta aponta que a Lei nº 10.097/00 – Lei de Aprendizagem – vem regular o trabalho profissionalizante do adolescente, cumprindo as determinações pressupostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de que o adolescente é sujeito de direitos e necessita de qualificação profissional.

Busca-se, então, por meio da realização deste Projeto, propiciar o desenvolvimento de potencialidades pessoais e técnicas como um caminho para a participação cidadã e para o desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, apontando que a possibilidade de capacitação do adolescente para o mundo do trabalho torna-se necessária a fim de possam vislumbrar perspectivas de integração ao mercado de trabalho e que a instituição atenda, conforme seu entendimento, as diretrizes do Plano Municipal e da Política de Direitos da Criança e do Adolescente, visando assegurar a garantia da política de trabalho como aprendiz e a implantação de formas de iniciação profissional para adolescentes.

É nessa linha de capacitação e do desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais, que o projeto proposto pretende atuar, apresentando como objetivo geral proporcionar situações de aprendizagem que levem aos adolescentes a vivenciarem possibilidades de qualificação profissional, despertando-os para o exercício da cidadania.

O projeto apresenta os seguintes objetivos específicos:

1. Valorizar e estimular a participação da família do (a) adolescente em todas as ações propostas pelo projeto;

2. Promover o desenvolvimento de atitudes e valores cada vez mais exigidos na Sociedade e no mundo de trabalho;
3. Propiciar a valorização das diferenças pessoais e o estímulo ao exercício da cidadania e do protagonismo.
4. Desenvolver habilidade técnica do (a) adolescente para o mundo do trabalho, tendo como foco a qualificação profissional;
5. Estimular e facilitar o ingresso e a permanência do (a) adolescente na rede formal de ensino.

Atende adolescentes a partir de 15 anos de ambos os sexos, oriundos de diversas regiões do município, considerados em situação de vulnerabilidade social, como apontado na PNAS (2004).

Na instituição é oferecida a participação em um curso de capacitação profissional cujo conteúdo técnico/específico, bem como o material didático de cada curso, fica sob a responsabilidade da escola que oferece o curso.

No ano de 2011, os adolescentes que participaram desta pesquisa realizaram o curso de “Mecânica Automobilística”.

Paralelamente às atividades dos cursos profissionalizantes é proposto que os adolescentes participem de atividades grupais conduzidas pela equipe técnica da autarquia. Por se tratar de uma iniciativa vinculada ao serviço de assistência social do município a família do adolescente é atendida na realização de reuniões e, sempre que necessário, há intervenções individuais e grupais, visitas domiciliares e encaminhamentos à rede de serviços socioassistenciais.

A equipe de profissionais da autarquia planeja as atividades mensalmente, bem como, realizará reuniões com a equipe técnica da escola, para acompanhamento de todo processo em que os adolescentes estão inseridos.

Em edições anteriores os adolescentes participaram de atividades em grupo com a Assistente Social, Pedagoga e estagiários da área Pedagógica onde eram abordadas temáticas consideradas de cunho social e relevantes para o desenvolvimento dos adolescentes tais como a prevenção ao uso de drogas, sexualidade, fortalecimento de vínculos sociais e familiares, etc. Assim, a equipe da autarquia propunha o trabalho com outros temas considerados importantes para a formação dos jovens, e que não eram abordados no curso profissionalizante.

Entretanto, nesta edição do curso os adolescentes participaram apenas das atividades oferecidas pelo curso de “Mecânica Automobilística”, relacionadas à

formação técnica e acompanhamento social da Assistente Social da autarquia em parceria com a equipe a instituição escolar.

#### *4.3.2.1 Material utilizado para o desenvolvimento das atividades*

Verificou-se que os temas abordados neste curso referiam-se especificamente à capacitação profissional para o exercício da profissão de mecânico automobilístico, de maneira que todo material a que se teve acesso era relacionado com o desenvolvimento prático das atividades, e as aulas eram desenvolvidas contemplando atividades teóricas e práticas.

Conforme já colocado, a coordenadora da Proteção Social Básica da autarquia, no momento em que se estabeleceu um diálogo com a mesma sobre o desenvolvimento desta pesquisa e quando as dos projetos foram por ela apresentadas à pesquisadora, informou que houve, em edições anteriores do curso, o acompanhamento dos participantes dos jovens encaminhados para este projeto em atividades sobre temáticas consideradas de cunho geral, e necessárias para a formação dos jovens, conforme o entendimento da equipe da autarquia.

Entretanto, no ano em que ocorreu a análise, os jovens participaram exclusivamente de atividades do curso Mecânica Automobilística, ficando prejudicados quanto aos objetivos do projeto que integram atividades do curso, com a atuação da autarquia, tendo em vista que o objetivo do projeto não propõe apenas a formação técnico-profissional dos jovens.

#### **4.3.3 Curso voltado para o setor administrativo**

A instituição que oferece cursos da área administrativa aos egressos do Projeto de preparação para o mercado de trabalho é uma entidade de assistência social que atua desde 1968 na integração e jovens ao mercado de trabalho.

A instituição nasceu no contexto da implantação de ações relacionadas à Assistência Social, mas alinhada ao interesse de formação profissional da classe trabalhadora e à perspectiva de que promover a inclusão social dessa camada da população está intrinsecamente relacionada com a noção de dar-lhes trabalho o que fica evidente na “visão” proposta pela instituição onde propõe oferecer formação

para que o adolescente possa “ser agente de transformação social por meio da busca da excelência focada na formação humana e profissional do adolescente”. Para isso oferece cursos de capacitação profissional e inserção de jovens em programas de aprendizagem profissional, em parceria com 119 empresas e órgãos públicos do município, buscando viabilizar o acesso ao primeiro emprego para os adolescentes, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

É uma instituição considerada tradicional no município e bastante procurada pela população fruto das camadas populares justamente pela concepção que têm de que, pela qualidade e credibilidade, poderá garantir maiores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho.

A missão se constitui em promover o desenvolvimento global de adolescentes e suas famílias, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da educação, recreação, trabalho e saúde, contribuindo para sua proteção e socialização.

Na instituição são oferecidos cursos de capacitação profissional a adolescentes, que passam a participar de programas de aprendizagem profissional e integrados a empresas relacionadas à sua área.

Em relação à parceria firmada com a autarquia, os participantes que optaram por esta instituição, tiveram a opção de realizar o curso de Técnicas Administrativas, concomitante ao curso.

Em edições anteriores, já foi oferecido o curso de Recepcionista, porém, no período de realização desta análise foi apenas disponibilizado o curso de Técnicas Administrativas.

Verificou-se que, na prática, a equipe da autarquia acompanha os jovens somente até sua integração no curso, que é planejado e realizado independentemente da autarquia, pela equipe da instituição.

O curso é composto, além de atividades específicas da área, por atividades relacionadas à música, esportes, teatro e acompanhamento pelo Serviço Social da instituição buscando, com estas atividades propiciar uma educação de caráter mais generalista a fim de contribuir com a formação cultural dos jovens.

#### *4.3.3.1 Material utilizado para o desenvolvimento das atividades*

Não foi disponibilizado o acesso ao material do curso, entretanto, no momento em que a pesquisadora entrou em contato com a instituição a fim de realizar as entrevistas, as profissionais responsáveis que receberam a pesquisadora informaram que atividades desenvolvidas com os jovens referem-se ao curso “Técnicas Administrativas” e são especificamente relacionadas à prática profissional e desenvolvidas com atividades teóricas e práticas.

Além destas atividades, os jovens recebem acompanhamento da área social e participam de aulas de música e atividades esportivas.

A partir do encaminhamento para esta instituição, na prática os adolescentes não recebem mais nenhum tipo de acompanhamento da autarquia e desenvolvem o curso independentemente de outras atividades, tratando-se, portanto, apenas de um encaminhamento da autarquia, sem compartilhamento das ações.

#### **4.4 Considerações acerca do Projeto e cursos em análise**

Foi realizada uma análise documental preliminar das propostas do Projeto de preparação para o trabalho, e dos projetos que envolvem a parceria com as instituições, que oferecem cursos de formação profissional aos egressos do Projeto.

Assim, em relação ao material do projeto voltado para formação na área industrial, desenvolvido através do oferecimento do curso de Mecânica Automobilística, e do curso de Técnicas Administrativas, verificou-se que não havia um material específico que contemplasse as atividades propostas. Foram, então, aqui apresentadas as atividades comumente adotadas, conforme informado pelos docentes atuantes nos cursos, e coordenadores durante as visitas realizadas às instituições.

Em relação ao projeto de preparação para o mercado de trabalho, verificou-se que os objetivos do projeto compreendem: possibilitar espaço para convívio grupal, desenvolvendo o sentimento de pertença e identidade; estimular a participação cidadã; desenvolver competências para o mundo do trabalho/empreendedorismo; contribuir para o estabelecimento de contato com profissionais atuantes no mercado de trabalho, ampliando seu nível de conhecimento em relação às profissões e demandas do mercado, estimular o retorno/permanência do adolescente na rede formal de ensino; desenvolver ações integradas com a família do adolescente; oportunizar situações que colaborem para a ampliação do universo cultural e

informativa; oferecer situações em que possam propor, recusar, concordar, modificar, reproduzir, tanto sozinhos como em grupo, resolvendo conflitos com iniciativa, criatividade, autonomia, considerando valores pessoais e para a vida em sociedade.

Entretanto, analisando as atividades do material, verificou-se uma limitação das possibilidades de ampliação do universo informativo e cultural dos jovens e estímulo efetivo à participação.

As atividades contemplam propostas de desenvolvimento de habilidades como trabalho em grupo, melhoria da comunicação e interação entre os jovens e o estímulo à participação. Entretanto, diante dos materiais analisados, constatou-se que as atividades são desenvolvidas de forma restrita, pois, em geral, são realizadas por estagiários e profissionais com pouca formação na área, o que pode prejudicar o enriquecimento dos debates e das atividades em grupo, apresentadas em grande medida no material. Além disso, não foi encontrado no material embasamento teórico sobre as temáticas que propiciasse subsídios aos profissionais que conduzem as atividades, para desenvolvimento das mesmas.

O material propõe “instrumentar o adolescente para o aprendizado de tarefas comuns do cotidiano do mercado de trabalho” o que se verificou acontecer de maneira restrita, em oficinas que visam o desenvolvimento de habilidades e competências, para que o jovem se torne um “bom trabalhador” tais como obediência: vestimentas adequadas, comprometimento, respeito, etc., sendo assim, submisso e condizente com as necessidades do mercado de trabalho. Deixa assim evidente o tipo de profissional e trabalhador que se pretende formar, e para quais setores.

O projeto visa “contribuir para o estabelecimento de contato com profissionais atuantes no mercado de trabalho, ampliando seu nível de conhecimento em relação às profissões e demandas do mercado a fim de que possa ser capaz de analisar as possibilidades e limitações em relação ao mundo do trabalho”. Verificou-se ser realizado em uma única atividade em grupo, na qual são abordadas as profissões relacionadas às opções oferecidas aos participantes, ao término do Projeto, evidenciando que, para estes, as oportunidades de desenvolvimento profissional e inserção no mercado de trabalho já estão previamente determinadas, e reforçadas pelo contexto social, na medida em que há a necessidade do jovem, em conseguir uma rápida colocação no mercado de trabalho para garantia de sua subsistência.

É proposto ainda “preparar para os desafios decorrentes da globalização, das novas tecnologias e dos níveis de qualificações exigidos para o ingresso no mercado de trabalho” o que é realizado de maneira bastante restrita e contemplando pouco o contexto social em que os jovens se inserem, bem como suas dinâmicas e entraves, propiciando a aprendizagem apenas de comportamentos considerados “úteis”, para atuação no contexto do trabalho, como bom comportamento, docilidade, estabelecimento de metas, etc.

Verificou-se que a formação volta ao trabalho em postos que oferecem poucas condições de desenvolvimento profissional.

Algumas temáticas apontadas nos objetivos como higiene e sexualidade não foram contempladas no material, e nem encontradas atividades voltadas para uma efetiva ampliação do universo cultural dos participantes, apontado com o objetivo. As atividades consideradas como “culturais” relacionavam-se com as atividades da área artística, desenvolvidas pelo estagiário de Artes Visuais compostas por desenho, pintura, dentre outras, sem, contudo, propiciar movimentos de criação e experimentação, nas diversas linguagens que compõem o universo artístico e cultural.

Em relação ao objetivo de desenvolver habilidades físicas em esportes é possibilitada aos jovens a participação em atividades esportivas, desenvolvidas por estagiários sob a supervisão de Profissional de Educação Física que correspondem à prática de natação e de esportes como futebol e vôlei.

O material aponta como objetivo desenvolver a conscientização sobre a preservação do meio ambiente, a abordagem de temáticas relacionadas a esta área, entretanto não foram encontradas atividades sobre o tema. Verificou-se, junto à Educadora que atua no Projeto, que a estagiária de meio ambiente desenvolve apenas algumas atividades teóricas, em classe, com os participantes, com atividades escritas, filmes, confecção de cartazes, etc.

Desta maneira, conclui-se que há uma adequação parcial e restrita entre os objetivos do Projeto e os conteúdos no material.

Em relação aos módulos um e dois verificou-se que as temáticas foram apresentadas superficialmente durante a aprendizagem de conceitos e a reflexão superficial sobre os temas.

Não havia fundamentação teórica no material e o que se verificou foi que as atividades eram propostas em consonância com o que a equipe gestora julga ser

necessário e adequado aos jovens, fortemente influenciado pelo caráter de assistência de cunho social das ações.

Assim, constatou-se que a apostila é composta por “recortes” de materiais diversos encontrados, em geral, em pesquisas realizadas na internet e em livros didáticos, conforme apontado pela própria equipe.

As atividades, em geral, apresentaram discussões baseadas no conhecimento pessoal dos profissionais, que atuavam com os grupos, com formação de nível médio ou nível superior em realização, não muito diferente da formação dos próprios participantes.

Apenas uma Educadora de Projeto Social possui formação de nível superior (Pedagogia) formação esta que não é exigida para ocupação de seu cargo que prevê apenas a formação de nível médio no curso Magistério.

No módulo sobre o mercado de trabalho o material sugere que se promova o desenvolvimento de um “olhar crítico” sobre as classes sociais, porém, novamente constatou-se uma abrangência superficial reforçando diferenças sociais que já fazem parte da realidade vivenciada pelos jovens participantes, destacando explicitamente a diferença entre as oportunidades reservadas aos jovens que dispõem de melhores condições socioeconômicas, tal como a possibilidade de maior permanência na escola, e melhores condições de colocação profissional.

Discussões acerca de aspectos como o conceito de trabalho e das relações inerentes à consolidação do mercado de trabalho na sociedade capitalista, que poderiam enriquecer as discussões e auxiliar os jovens na compreensão dos entraves que reforçam processos de exclusão e de marginalização pelos quais passam, ajudando-os a refletir sobre formas de superação possíveis destes entraves, bem como contribuir com a elaboração de seu projeto de vida de forma crítica, não são abordados.

Ao contrário, viu-se reforçada a compreensão de que esta superação se dá na ideologia do esforço pessoal e na importância do desenvolvimento de habilidades como empenho, dedicação ao trabalho, honestidade e simplicidade, evidentemente impregnadas de pressupostos de base capitalista, visando à formação do cidadão “docilizado” e de uma força de trabalho submissa e pronta para se adequar aos ditames do mercado de trabalho.

Foi proposta, no material, a abordagem de temas como preconceito, *bullying*, trabalho, autoestima e trabalho em grupo, por meio da apresentação dos conceitos e

da realização de conversas em grupo/debates sobre as temáticas, sem aprofundamento teórico.

No módulo sobre cidadania houve uma apresentação do conceito, como o conjunto de direitos e deveres aos quais os cidadãos estão submetidos na vida em sociedade, destacando-se como características de ser cidadão, o cumprimento dos deveres e a realização de atividades que visem o bem comum.

Neste módulo destacou-se o ato de votar como um requisito para tornar-se cidadão. No final da atividade houve uma observação apontando que votar não é a única forma de participação do cidadão, porém, a maioria das outras atividades concentravam-se na organização das eleições, descrição das atividades, cargos políticos como prefeito e vereador, e a discussão sobre “política” que destacava, como direcionamento para o debate, a importância da participação dos cidadãos na política, porém, sem apresentar nenhuma referência para que os profissionais pudessem abordar o tema.

A atividade, na prática, foi realizada por meio de perguntas superficiais, para serem completadas e discutidas em grupo e, pelo conteúdo destas perguntas, verificou-se a pouca possibilidade de desenvolver a compreensão da temática e um pensar crítico, sobre a política na sociedade atual.

Em relação ao projeto desenvolvido através de um programa de educação para o trabalho, cujas atividades voltam-se para a área comercial, verificou-se, na prática, que se trata de um encaminhamento dos jovens pela autarquia para realização do curso de capacitação, especificamente voltado para a inserção do jovem no mercado de trabalho, como aprendiz na área comercial.

Trata-se de uma proposta que contempla temáticas variadas, elencadas a partir das necessidades impostas pelo contexto do mercado de trabalho capitalista, da atualidade, propiciando uma formação de âmbito geral do “trabalhador que o mercado quer”.

Observa-se que alguns temas abordados e a maneira de implantar as atividades por meio de discussões e dinâmicas de grupo, relaciona-se, em parte, com a proposta inicialmente desenvolvida no Projeto de Preparação para o mercado de trabalho, porém desenvolve-se de maneira mais abrangente.

Verificou-se, entretanto, que o encaminhamento dos participantes para o mercado de trabalho efetiva-se mediante a inserção no comércio local, em grande

parte, tendo em vista o curso abordar temas como atendimento ao cliente, *marketing*, dentre outras habilidades relacionadas à área comercial.

O material do Programa é mais abrangente do que a apostila do Projeto da autarquia, abordando as temáticas com maior profundidade e permitindo espaços para reflexão com maior embasamento teórico, pelo que se pôde verificar na leitura e análise do material. A instituição dispõe de melhores recursos para implantar as atividades como acesso aos computadores e internet, recursos audiovisuais, biblioteca para pesquisa, realiza visitas a empresas, onde os jovens possivelmente poderão atuar, etc.

Os docentes que atuam com os jovens possuem formação de nível superior e/ou pós-graduação. Uma das docentes é Mestre em educação, conforme relato da própria professora, durante as visitas realizadas à instituição. Desta maneira, verificou-se que o curso oferece melhores condições para a formação e a aprendizagem dos participantes em relação ao Projeto da autarquia. Considerando a relação entre o que propõe e o que é desenvolvido, ou seja, voltada para o mercado de trabalho e a inserção dos jovens como aprendizes, mas não especificamente, ao que se considera neste estudo como de fato e de direito, uma proposta crítica e reflexiva.

Entretanto, cabe considerar que a formação oferecida, da mesma maneira como ocorre com o projeto da autarquia, volta-se para postos de trabalho com menores exigências de qualificação e baixos salários ou, como apontado por Hoffeman (1977), para subempregos.

Em relação aos cursos de Mecânica Automobilística e Técnicas Administrativas, verificou-se tratar do oferecimento de capacitação profissional, estritamente voltada para a aprendizagem técnica da profissão.

O projeto que trata da parceria entre a autarquia e a instituição que oferece o curso de Mecânica Automobilística, na prática, cuida apenas do encaminhamento dos jovens para a realização do mesmo, sem contemplar, na prática, outras ações de caráter formativo propostas no Projeto.

Verificou-se que as instituições que oferecem os cursos são consideradas “tradicionais” na cidade e, conforme a concepção de seus profissionais e participantes, possuem prestígio social e, por isso, acreditam que possibilitam uma rápida inserção dos jovens no mercado de trabalho, encaminhando-os para empresas da cidade, para atuação como aprendizes o que, na prática, por meio das

entrevistas realizadas, como será ainda será discutido nesta pesquisa, o que se evidenciou não ser, de fato, uma garantia.

Diante disso percebeu-se que o interesse pela participação nos cursos tem estreita relação com a concepção de que haverá possibilidade de inserção, mais rápida destes jovens no mercado de trabalho, e assim, a opção de realizar o projeto de preparação para o mercado de trabalho vincula-se, em grande parte, com a necessidade de conseguir um primeiro emprego.

Observou-se que, embora não seja este o primeiro ano de implantação do Projeto, a autarquia não dispõe de um instrumento ou processo de avaliação permanente dessa política, de maneira que não há informações sobre aspectos que poderiam ilustrar o alcance de tal política, em termos de consecução dos objetivos propostos.

A avaliação é realizada apenas em reuniões com a equipe e pelos relatos da comunidade atendida em reuniões, no *feedback* que davam aos educadores, que desenvolviam as atividades, e da grande procura do curso pela população, tendo em vista que em alguns anos houve lista de espera para participação, o que fazia com que a equipe gestora considerasse que o projeto estava alcançando seus objetivos, e contribuindo com o cumprimento do que determina a PNAS (2004) a qual buscava se adequar.

Conforme apontou a Coordenadora do Projeto e da Proteção Social Básica da autarquia, quando apresentou o projeto à pesquisadora no contato inicial, estabelecido para a realização desta pesquisa, os jovens e suas famílias buscavam o projeto por possibilitar-lhes este preparo para o mercado de trabalho, e pelo encaminhamento para a realização dos cursos profissionalizantes em escolas conceituadas na cidade. Relatou que são instituições cujos alunos acabam tendo boas oportunidades de colocação no mercado de trabalho e, por isso há muita procura.

Reforçou que o Projeto não tem como foco apenas a preparação dos jovens para o mercado de trabalho (denominação do projeto), porém a procura por este aspecto é grande. Relatou, inclusive, que muitos pais de participantes acreditavam que todos os jovens seriam encaminhados para um emprego; tal não acontece de fato, tendo em vista que o encaminhamento da autarquia é para realização dos cursos profissionalizantes, e não para empregos, apesar das instituições que oferecem os cursos proporem realizar o encaminhamento do currículo dos jovens,

para empresas da cidade. Entretanto, para ela, consiste em um auxílio neste processo de busca por emprego, mas não há garantia de trabalho ao término dos cursos. Aponta ainda que este fato é muitas vezes questionado pela comunidade o que, inclusive, dificulta a ação dos gestores, tendo em vista não ser possível garantir empregos aos jovens.

Sobre este aspecto, a coordenação do Projeto apontou, durante o contato inicial com a pesquisadora quando apresentou o projeto, que vem buscando, junto com a equipe que desenvolve o mesmo, direcionar o foco deste, selecionando os conteúdos e as atividades, para a formação para o “mundo do trabalho”, de âmbito mais geral, buscando desenvolver habilidades e competências mais genéricas e que capacitem o jovem para o trabalho e para a cidadania, o empreendedorismo e o protagonismo.

Conforme a Coordenadora, a finalidade é mostrar para os jovens que o projeto é mais abrangente e visa desenvolver outras habilidades e competências de âmbito geral e não somente o preparo para o mercado de trabalho embora, conforme a mesma afirmou, o Projeto mantenha este objetivo.

Foi possível também concluir, por meio da análise do Projeto, que a formação voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades destacada pela Coordenadora é planejada e desenvolvida em conformidade com as imposições do mercado de trabalho capitalista.

Entretanto, ela relata que é comum que muitos participantes saiam com seu primeiro emprego constatado pelo relato dos jovens e de suas famílias, que continuam sendo atendidos por outros projetos da autarquia, após o término dos cursos (em geral são beneficiários de programas de transferência de renda e continuam a participar de outras ações desenvolvidas pela autarquia) e pela fala dos educadores que atuam na instituição, e nas escolas parceiras, sendo por estes relatos que avalia o projeto.

Assim, diante do que foi verificado da após análise das propostas destes projetos e cursos, e dos materiais que utilizam, é possível tecer algumas considerações preliminares acerca da análise documental realizada.

Inicialmente é importante salientar que a proposição de políticas públicas de cunho educacional, ainda que estabelecidas no âmbito da educação não formal, voltadas à formação para o mundo do trabalho, conforme as experiências aqui analisadas, abre espaço para o questionamento do papel da educação nesse

contexto permeado, muitas vezes, por pressupostos que promovem uma ação alienante e não emancipatória dos sujeitos, diante das formas como o trabalho se apresenta na sociedade atual.

Constatou-se, portanto, que a política pública de formação dos jovens para o mercado de trabalho, desenvolvida pelo Projeto e a proposta de encaminhamento para instituições que oferecem capacitação profissional aos mesmos jovens possui vínculo direto com o atendimento às demandas do mercado de trabalho. Portanto é questionável o tipo de formação proporcionada, tendo em vista que esta análise apontou que se trata do oferecimento de uma educação com um fim imediato, não contempla o desenvolvimento integral dos sujeitos e nem conteúdos, que promovam reflexões críticas e constantes, sobre a sociedade atual, para contribuir na formação dos jovens.

Nessa perspectiva, verificou-se que a política implantada contribui para reforçar processos de exclusão e de marginalização da juventude, ao se tornar um mecanismo de ajuste das classes trabalhadoras ao setor produtivo, constituindo-se em uma formação alienante desses sujeitos tendo em vista propagar a falsa ilusão de se garantir por meio deste tipo de educação o acesso a uma vida melhor para o público que busca este tipo de formação, constituído, em geral, por jovens pertencentes a famílias com baixa escolarização, precárias condições materiais e em situações diversas de vulnerabilidade social.

Verificou-se nas propostas, em especial do Projeto desenvolvido diretamente pela autarquia e no Programa de educação para o trabalho, o presente discurso do oferecimento de uma formação para a cidadania e o desenvolvimento do protagonismo juvenil visando sua participação na sociedade.

Consideramos que o direito à cidadania se consolida a partir do momento em que os sujeitos efetivamente ocupam seus espaços no âmbito social, legitimando uma intensa participação na vida política e social.

Conforme Covre (1991) verifica-se que o conceito de cidadania refere-se à transformação do indivíduo no sentido de sua constituição como sujeito, capaz de pensar criticamente e refletir sobre si mesmo, ou seja, como “[...] aquele que conseguiu produzir subjetividades, um sentimento de existir, que, então, é muito mais que um indivíduo” (COVRE, 1991, p. 162).

Conforme a mesma autora é aquele que “[...] pode ter uma identidade, mas não pode estar preso a ela, ou seja, ser essa identidade” (COVRE, 1991, p. 163).

Assim o exercício da cidadania, o “ser cidadão”, não se relaciona unicamente com a participação política, mas pela responsabilidade com o outro e sua relação com o meio social, no qual se insere e com o qual se relaciona.

Em relação ao conceito de cidadania, observa-se que, com o fim da ditadura militar, em 1985, o processo de construção da democracia no Brasil ganhou forças. Neste contexto, a palavra cidadania tornou-se parte do vocabulário de políticos, intelectuais, cidadãos comuns, etc.

Entretanto, problemas centrais como a violência urbana, o desemprego, a má qualidade da educação, a oferta precária dos serviços de saúde e de saneamento, as crescentes desigualdades sociais e econômicas ainda são muito presentes. As soluções para estes problemas, quando apresentadas, parecem estar longe de promover efeitos reais no cotidiano dos chamados “cidadãos” brasileiros.

Assim, os próprios mecanismos e os agentes do sistema democrático como as eleições, os partidos, o Congresso, os políticos apresentam uma imagem desgastada e parecem ter perdido a credibilidade perante os cidadãos.

Neste contexto, conforme verificado nos materiais analisados, o conceito de cidadania continua amplamente relacionado com a participação do cidadão enquanto, prioritariamente, cumpridor de deveres e participante enquanto eleitor.

As possibilidades efetivas de participação dos jovens com vistas ao desenvolvimento do protagonismo juvenil proposto restringem-se, em geral, ao incentivo para participação nas eleições e no cumprimento de deveres.

Entretanto, a participação pode ocorrer em outros espaços, conforme apontado no material do projeto de preparação para o mercado de trabalho, porém, os conteúdos trabalhados na apostila contemplam pouco, outras possibilidades, para incentivar a ação do jovem em sociedade.

Assim consideramos, tal como aponta Pateman (1992), que:

[...] a participação é bem mais que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas (PATEMAN, 1992, p. 35).

Segundo Pateman (1992), nossa recente democracia, a partir do fim da ditadura militar em 1985 e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, traz

a crença e o ideal da consolidação de processos mais participativos, transparentes e comprometidos com a justiça social. Desse modo, instituir uma cultura democrática, que contemple a participação como um de seus pilares, implica promover e garantir o exercício democrático em todos os âmbitos da sociedade, propiciando, no âmbito da educação para a juventude, experienciar processos que os permita compreender de fato o tal significado.

A democracia e o exercício da cidadania, nesta concepção, transcendem os processos eleitorais e passam a determinar todas as relações que envolvem os indivíduos, a sociedade civil e o Estado no que diz respeito ao bem comum.

Assim, a participação é mais do que uma estratégia, é uma atitude que expressa compromisso e mobilização, contribuindo para se construir a democracia por meio da vivência democrática. Desse modo, pensar uma formação para a cidadania e o protagonismo juvenil, sem levar-se em consideração a importância da implantação de mecanismos, que possam promover uma efetiva participação em seus processos é negar à sua efetivação algo que lhe é intrínseco, peculiar e essencial.

Neste viés, as ações voltadas à cidadania e à participação propostas pareceram relacionar-se com o que aponta Pateman (1992). Ela fez uma reflexão sobre o lugar que a participação ocupa dentro das diversas formas de conceber o significado de uma democracia, e observou que nas teorias da democracia mais atuais, esta tem um papel menor e resume-se em garantir o funcionamento da máquina eleitoral; contudo, sem ser considerada como um dos pilares de uma sociedade democrática tal como era concebida na perspectiva de teóricos clássicos da democracia, como Rousseau (1980), o qual, por exemplo, considerava a máxima participação dos cidadãos necessária para a existência de uma efetiva democracia.

A autora, em relação à democracia, destaca a preocupação de teóricos da democracia em relação à ampla participação popular, tendo em vista que uma efetiva participação da população poderia ameaçar o sistema político e conduzir a sociedade a sistemas de governos autoritários e, portanto, um ideal de participação máxima como requisito para uma democracia deveria ser combatido.

Diante disso fica claro que algumas formas de se conceber a democracia e a dimensão da participação dos cidadãos nem sempre levam em consideração o ideal de participação máxima, para consolidação. Da mesma maneira, embora seja comum ouvir na atualidade, sobre a importância da abordagem das temáticas

cidadania e participação, no âmbito da formação dos jovens, isto não significa, em grande medida, abordar as temáticas em uma perspectiva crítica e direcionada para a busca de transformações na sociedade, na qual os jovens se inserem. Promover a participação destes, como protagonistas de mudanças e de melhorias no cenário social, mas como parte da máquina eleitoral, tal como parece interessar aos dirigentes responsáveis pelas ações e políticas públicas desenvolvidas.

Do contrário, caberia a promoção de processos mais participativos e a tomada de consciência dos entraves, que permeiam o modelo capitalista de sociedade, na qual se inserem, como aspectos relevantes a serem considerados na composição dos materiais dos projetos e dos cursos, que propõem oferecer uma formação voltada para a cidadania e participação juvenil. A fim de promover um movimento consciente e comprometido com uma perspectiva crítica, de formação dos jovens, que lhes propiciasse condições de vivência de sua cidadania e o exercício dos direitos garantidos pela legislação, pois, para Carvalho (2002), a cidadania diz respeito à posse de Direitos Cívicos, Políticos e Sociais.

Entretanto, conforme o autor, no Brasil, foram implantados os direitos sociais, no período da ditadura em que houve uma supressão dos direitos civis e, somente depois, vieram os direitos políticos e a participação pelo voto. Isto se tornou sinônimo do exercício da cidadania, relacionando-se mais com a manutenção do andamento da máquina eleitoral do que com o objetivo de promover uma participação ativa e a busca da superação dos embates trazidos pela sociedade capitalista moderna. Esta perspectiva contraria a concepção de formação para a cidadania em sua essência e como um processo genuíno de interação sujeito-sociedade.

Em relação à possibilidade de formação propiciada aos jovens, cabe salientar a perspectiva foucaultiana, da qual se depreende a concepção constante de reforçar a importância do desenvolvimento de determinadas práticas, valorizadas pelo mercado capitalista, ao se abordar conteúdos, vestimentas, comunicação, comportamento no trabalho, hierarquia, dentre outros, que, reforçam a intenção de formação do trabalhador docilizado e pronto para submeter-se aos interesses do patrão, e desenvolver um trabalho submisso e alienado.

Conforme Foucault observa-se a intenção de se:

Exercer sobre eles uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina. Para que, todos, se pareçam (FOUCAULT, 1987, p.163).

O reforço à disciplina, ao cumprimento de deveres constantemente trabalhado nas propostas evidencia uma perspectiva de que, como aponta Foucault:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 1987, p.119).

Assim, a política pública implantada nestes projetos e cursos pouco contempla, em termos de possibilidades de transformação e de superação das condições subalternizadas em que os jovens se inserem, e se constitui, em termos gerais, em uma política de caráter alienante e pouco crítico.

Ainda na mesma esteira, conforme aponta Adorno (1995) percebe-se uma crise na formação cultural da sociedade, pois a educação se afasta de seus objetivos principais, de promover o domínio do conhecimento e a capacidade de reflexão, transformando-se em um instrumento a serviço da indústria cultural, tratando o ensino como uma mercadoria pedagógica, em prol de uma “semiformação”.

Propostas educativas como as apresentadas neste estudo, se tornam, muitas vezes, excludentes e alienantes para jovens, a quem perspectivas de futuro são apresentadas exclusivamente voltadas para a garantia de sua sobrevivência, por meio do trabalho.

De tal maneira, participar de projetos como estes garante ao público participante o mínimo necessário, para garantir sua sobrevivência, e a possibilidade de ingressar num mercado de trabalho fragilizado e corrompido pelas perspectivas que o capitalismo trouxe no bojo.

Adorno (1995) aponta que, na sociedade há um processo capaz de alienar o homem e suas condições de vida, por meio de mecanismos de construção da

heteronomia, ou seja, da sujeição do indivíduo à vontade de terceiros, fazendo o homem igual ao coletivo, e assim, perder sua individualidade, e a capacidade de pensar e agir por si mesmo. O homem aliena-se de si mesmo ao “vender-se”, enquanto força produtiva, em prol de sua sobrevivência. Por isto, pouco lhe resta em termos de tempo e de oportunidades para que uma existência emancipatória e um existir crítico dentro desta sociedade, possam se configurar como condição possível tal como se viu acontecer, das propostas aqui apresentadas. Assim,

Em nossa sociedade, marcada por processos planejados e controlados de trabalho e de organização da vida social, identificamos nas formas de organização do trabalho pedagógico escolar essa mesma lógica onde a organização do trabalho tem se pautado fortemente pela reprodução de uma lógica instrumental que institui, na escolarização, o privilégio de sua dimensão técnica e conservadora, que se sobrepõe àquela dimensão emancipatória própria do fenômeno educativo; tal dimensão seria capaz de realizar no indivíduo seu potencial de diferenciação. Dito de outro modo, a escola tem privilegiado o aspecto da adaptação dos indivíduos à sociedade, deixando de lado processos que poderiam ir além dessa adaptação [...](SILVA, 2011, p. 15).

A origem dessa concepção de educação, conforme Dale (1988) se encontra nas transformações que deram início à formação social burguesa. Coube à educação zelar pela inserção de todos os indivíduos nas relações sociais, então em construção; e competiu, ainda, o papel de produzir “consumidores”, por meio da disseminação de hábitos, valores e ideias próprios dessa sociedade.

Por fim, foi atribuída à educação a promoção de um contexto social favorável ao acúmulo do capital.

Desse modo, percebeu-se nas ações aqui analisadas o que apontou Adorno (1995) ao apontar essa forma de organização da educação efetiva, uma proposta que não realiza plenamente o indivíduo, mas realiza-se como uma semiformação, ou seja, como uma educação que prioriza o aspecto da adaptação; isto possibilita o controle, negando o aspecto da emancipação capaz de conduzir à reflexão e à crítica que deveriam ser os efetivos objetivos da educação.

Para ele “[...] a adaptação não ultrapassa a sociedade, que se mantém cegamente restrita” (ADORNO, 1996, p.390-391).

Dessa forma, na perspectiva de Adorno (1995), o único poder efetivo contra isso seria possibilitar a conquista da autonomia por parte do educando e o poder para a autorreflexão, objetivos estes que deveriam permear as políticas públicas

voltadas para a juventude, a fim de transformar as relações, em que o ensino vem se efetivando. Assim, uma prática orientada por pressupostos de cunho crítico e reflexivo se tornaria uma arma de resistência à indústria cultural, pois o ensino, na medida em que contribuísse para a formação da consciência crítica e permitisse que o indivíduo desvendasse as contradições da coletividade, efetivamente cumpriria seu papel educacional.

Assim, conforme Adorno (1995) caberia à educação promover uma “desbarbarização” individual dos sujeitos, necessária para se efetivar transformações na sociedade, sendo a “barbárie” considerada como o oposto da formação cultural. Para ele, uma educação meramente pautada nos objetivos do “Capital” contribuiria para que se repetissem barbáries e não favoreceria a formação de sujeitos críticos, autônomos e emancipados, capazes superar as mazelas impostas pelo contexto capitalista de sociedade.

Diante disso, propõe Adorno (1995) tal como concebemos ser uma nação possível:

[...] isto não significa emancipação mediante a escola para todos, mas emancipação pela demolição da estruturação vigente em três níveis e por intermédio de uma oferta formativa bastante diferenciada e múltipla em todos os níveis, da pré-escola até o aperfeiçoamento permanente, possibilitando, deste modo, o desenvolvimento da emancipação em cada indivíduo, o qual precisa assegurar sua emancipação em um mundo que parece particularmente determinado a dirigi-lo heteronomamente, situação que confere uma importância ainda maior ao processo (ADORNO, 1995, p. 170-171).

Para o mesmo autor a organização social em que vivemos é heterônoma, isto é, nenhuma pessoa existe na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações. A sociedade forma pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de tal modo que tudo absorvem e aceitam nos tempos desta configuração heterônoma, que se desviou de si mesma em sua consciência. Entretanto, para o autor,

[...] a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia pra que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência (ADORNO, 1995, p. 182).

Caberia, assim, aos que efetivamente almejam uma educação para a emancipação, romper com as limitações impostas e buscar formas de se promover uma formação que, mais do que preparar para o mercado de trabalho no sentido de um ajustamento das classes trabalhadoras ao setor produtivo de forma alienada, propiciasse um pensar constante sobre os ditames do capitalismo e formas possíveis de superação das mazelas que limitam e excluem a juventude.

Assim, um constante repensar de propostas que, como estas aqui analisadas, propõem auxiliar o jovem em seu processo de formação no âmbito educativo e social, é urgente e é uma maneira possível de se conduzir a educação como um campo de possibilidades e de emancipação dos sujeitos que delinearão os contornos e o futuro da sociedade.

Como destacou Apple (1982) sobre a relação entre economia, cultura, economia e currículo, evidenciando a existência de uma conexão entre o modo como se organiza a produção de mercadorias e o modo como se organiza o currículo, verificou-se esta aproximação nas propostas analisadas.

Nota-se, portanto, que as políticas possuem vínculo direto para atender as demandas do mercado de trabalho, sendo assim, é questionável o tipo formação proporcionada, pois se trata de uma educação, com um fim imediato e não uma formação que contempla o desenvolvimento integral dos sujeitos, de conteúdos curriculares que promovem uma educação para reflexão crítica e constante, sobre a sociedade em que se inserem.

Assim, pelo que foi observado, as ações aqui analisadas tratam-se, portanto, de propostas que carregam a dualidade em sua ação: cumprem parcialmente seu papel enquanto formam para o trabalho tal como propõem e inserem uma parcela dos jovens participantes no mercado de trabalho contribuindo para a conquista de seu primeiro emprego, mas restringem o universo de formação destinado a uma juventude fragilizada e marcada por vínculos rompidos devido à situação de marginalização e vulnerabilidade, em que se encontram. Reforçam, portanto, a exclusão social de seus participantes ao permitir-lhes obter, pela participação nestes projetos, a realização de uma escolha profissional relativamente determinada, e o acesso a funções elementares e com pouco prestígio e condições de desenvolvimento.

São propostas relacionadas mais à vida e às condições de existência possíveis apenas pelo trabalho e não o trabalho como consequência de sua ação

prática no mundo. Voltam-se ao existir pelo e para o trabalho mais do que à formação humanizadora e comprometida com a transformação das condições destes jovens como se verificou neste estudo que poderia ser útil no sentido da ampliação das possibilidades oferecidas aos jovens.

Sendo assim, ficou evidente que tanto o processo como os fins propiciados pela política pública implantada, se distanciaram de uma ação crítica e que pudesse contribuir com a transformação das condições de vida dos participantes, para o oferecimento de uma possibilidade incerta de ocupar o papel de trabalhador resignado, no mercado de trabalho, de uma sociedade excludente, na qual poderão ou não se inserir.

O projeto não dispõe de dados efetivos quanto ao destino posterior dos jovens após a participação no projeto o que, inclusive, dificulta uma possível reprogramação das ações propostas.

O processo de avaliação ocorre apenas com base na experiência e relato dos participantes e equipe, e a reprogramação das ações ocorre de maneira fragmentada.

Assim, observou-se que a ação implantada contribui mais efetivamente para reforçar os processos de exclusão e de marginalização da juventude participante, constituindo-se em um mecanismo de ajuste das classes trabalhadoras, ao setor produtivo e configurando-se como uma mercadoria da sociedade capitalista, ao “vender” a falsa ilusão de se garantir, por meio deste tipo de educação o acesso a uma vida melhor. Este aspecto precisaria ser revisto diante do estabelecimento das temáticas, objetivos e princípios propostos, sendo, dessa forma, possível conceber a melhoria da política municipal, desenvolvida com o questionamento do papel da educação nesse contexto.

Na sequência será apresentada a análise das entrevistas realizadas, com os jovens participantes destes projetos e cursos, que apontaram elementos para reforçar o aspecto da adaptação dos jovens ao *status quo*, em detrimento de uma proposta crítica e comprometida com a formação da juventude, conforme será analisado e discutido no próximo capítulo, desta pesquisa.

#### **4.5 Entrevistas realizadas com os participantes do Projeto de preparação para o trabalho e cursos de formação profissional**

Conforme já apontado foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os jovens que participaram do Projeto de preparação para trabalho em 2011 e durante o ano de 2012 de cursos de capacitação oferecidos em instituições parceiras da autarquia.

Foram entrevistados 30 jovens que realizaram o Projeto em 2011, sendo que, deste total, 14 cursavam o Programa de educação para o trabalho, 10 o curso de Técnicas Administrativas e 06 o curso de Mecânica Automobilística.

Nesta primeira etapa de entrevistas objetivou-se identificar as expectativas e as perspectivas dos participantes, ao terminar o projeto na autarquia, e iniciar os cursos de capacitação profissional, realizar uma caracterização do histórico pessoal e familiar dos entrevistados com vistas à compreensão da forma como a rede social em que estão inseridos poderia contribuir ou não para o alcance de suas expectativas individuais, dos objetivos do projeto, e a contribuição da formação recebida, no que concerne aos objetivos de preparo para o mundo do trabalho e uma possível possibilidade de inserção, na vida profissional.

Para isso a composição das entrevistas, cujas questões seguem no apêndice A deste estudo, foi dividida em sete eixos temáticos de análise subdivididos em subeixos, conforme apresentado na sequência.

1. Caracterização dos entrevistados: sexo, idade e escolaridade.
2. Percurso e Perspectivas dos participantes, caracterização familiar e da rede social em que se inserem: pessoas com quem convive diariamente, caracterização familiar: pessoal e profissional, atividades desenvolvidas, perspectivas/objetivos e percurso do jovem anterior ao ingresso no projeto e perspectivas da família com relação ao jovem.
3. Formação recebida versus preparo para o mercado de trabalho: atividades do Projeto de preparação para o trabalho, importância atribuída pelo jovem às atividades e relação atividades/objetivos do jovem.
4. Perspectivas ao final Projeto de preparação para o trabalho e possibilidades de inserção no mercado de trabalho: procura de trabalho, relação da conquista de emprego/participação no projeto,

condições propiciadas pelo projeto para inserção no mercado de trabalho.

5. Segunda etapa de formação: perspectiva do jovem ao ingressar nos cursos de formação profissional, possibilidade de escolha, curso escolhido, influências na escolha, aspectos positivos e negativos do curso na concepção do jovem, participação em outros projetos.

6. Perspectivas dos jovens ao terminar a segunda etapa de formação: importância de ter realizado o segundo curso – aspectos pessoais e profissionais, indicação do curso para outras pessoas – satisfação com o curso, propostas de trabalho recebidas.

7. Concepção do jovem: importância de participar de capacitação profissional.

#### 4.5.1 Análise das entrevistas conforme os eixos temáticos estruturados

Observe-se que a análise das entrevistas foi inspirada em Bardin (1977) dividindo-a, portanto, em categorias temáticas que possibilitaram, à luz dos relatos dos jovens e do referencial teórico, no qual este estudo se baseia, interpretar as perspectivas e as expectativas dos participantes, bem como o alcance da política pública proposta, em termos de eficácia.

Inicialmente foram apresentados os dados coletados por meio das entrevistas em relação às categorias de análise propostas/eixos temáticos, descrevendo, primeiramente, as informações obtidas e, num segundo momento, procedendo-se à análise dos dados obtidos, conforme a perspectiva teórica interdisciplinar que compõe este estudo.

#### A Caracterização dos entrevistados

Em relação ao primeiro eixo de análise foi possível identificar algumas características relacionadas aos jovens tais como idade, sexo, estudo e curso que realizam.

Assim, das entrevistas verificou-se que, no total de jovens entrevistados, havia 18 mulheres e 12 homens e que todos realizavam o curso de capacitação profissional no período da tarde.

Do total de jovens entrevistados, 03 cursavam o 8º ano do ensino fundamental; 01 cursava o 9º ano; 06 cursavam o 1º ano do ensino médio; e 20 cursavam o 2º ano, sendo 06 no período matutino e 24 no período noturno.

Em relação à idade dos entrevistados, verificou-se que a maioria dos jovens (23) tinha 16 anos, entretanto, 04 jovens tinham 15 anos e 03 jovens 17 anos.

Observou-se que no curso de Técnicas Administrativas todos os jovens possuíam 16 anos, tendo em vista a exigência de ingresso com esta idade. Nesta instituição houve uma prevalência mulheres (08 do total de 10 entrevistados) diferentemente do curso de Mecânica Automobilística onde todos os entrevistados eram homens.

No Programa de Educação para o trabalho houve predominância de mulheres, sendo 10 e 04 homens dentre os entrevistados.

Pelo contato realizado com os participantes e a coordenação dos cursos verificou-se que, esta prevalência se estende ao restante dos participantes, demonstrando que houve um maior interesse do público feminino nos cursos de Técnicas Administrativas e no Programa de educação para o trabalho, e maior interesse do público masculino pelo curso de Mecânica Automobilística.

**B Percurso e Perspectivas dos participantes, caracterização familiar e da rede social em que se inserem**

Em relação ao segundo eixo de análise foram contemplados aspectos relacionados à rede social, em que os participantes se inserem, ou seja, pessoas com quem convivem e relacionados à família dos entrevistados, como atividades desenvolvidas, perspectivas/objetivos e percurso do jovem, anterior ao ingresso no Projeto, e perspectivas da família em relação à formação do jovem.

Assim, 05 adolescentes disseram morar com os pais; 13 com os pais e irmãos (ã) (ão); 01 com pais irmãos e sobrinho; 01 com os avós; 01 com a mãe; 01 com o pai; avô tios e irmãos; 03 com a mãe e irmãos (ã) (ão); 01 com a mãe, tio e primos; 01 com a mãe, irmãos, cunhado e sobrinho; 01 com a mãe e padrasto; 01 com a mãe, padrasto, irmãos e avó; e 01 com a mãe, padrasto e irmãos.

Desta maneira verificou-se que todos os entrevistados residem com familiares e a prevalência é de jovens que residem com os pais ou pelo menos um deles.

Sobre a formação dos familiares com os quais os jovens residem, considerou-se a maior formação informada referente a estas pessoas de maneira que 11 jovens apontaram como formação o ensino fundamental incompleto, como maior formação de seus familiares, 05 jovens apontaram o ensino fundamental completo, 05 jovens o ensino médio incompleto, e 09 jovens o ensino médio completo.

Nenhum entrevistado mencionou a formação de nível superior, como realizada por algum membro da família com quem reside.

A profissão dos familiares dos jovens, conforme apontado nas entrevistas, são: vigilante (01), soldador (a) (02), auxiliar de almoxarifado (01), mecânico (02), faxineira (02), auxiliar de produção (02), auxiliar de produção em empresas variadas (04), manutenção de máquinas em empresas (01), técnico (a) em gesso (01), pintor (01), azulejista (01), comerciante (01), vendedora em loja de salgados (01), representante comercial (01), cozinheiro(a) (01), auxiliar de manutenção (01), produção e instalação de portões de ferro (01), aposentado (01), auxiliar de serviços gerais/ajudante geral (01), auxiliar de construção (01), coordenador/funcionário público (01), autônomo (03), metalúrgico (01), caixa (01), pedreiro (01) e recepcionista (01).

Todos os jovens que mencionaram residir com irmãos crianças e/ou adolescentes relataram, que estes são estudantes e, portanto, encontram-se matriculados na rede formal de ensino.

Os jovens apontaram nas entrevistas os locais que costumam frequentar e as atividades que realizam habitualmente, além da educação formal, e da participação no curso profissionalizante. Sobre este aspecto foram apontadas as seguintes atividades (conforme o número de vezes em que foi mencionada pelos jovens): passear na cidade (05), viajar a cidades próximas (05), ir à casa de parentes e amigos ou realizar reuniões familiares (09), praticar esportes como jogar bolas, fazer caminhada, correr, andar de bicicleta ou academia (07), ficar em casa (04), ir à igreja e/ou participar de grupos de jovens na igreja (09), passear em chácaras (2), assistir jogos de futebol no estádio municipal (01), ir a festas da cidade (01), ir à parques municipais como o Horto Florestal e Parque da Cidade (06), ir ao clube/SESI (01), cinema (01), praça (01), shopping (06), centro da cidade (01) e fazer aula de teatro (01).

Assim verificou-se que a maior parte dos jovens tem como atividades ir à casa de parentes e amigos, participar de grupos de jovens/frequentar atividades religiosas, praticar esportes, ir à parques municipais e ao shopping constituindo-se em atividades gratuitas.

Os jovens percorreram sobre seu percurso até o ingresso no Projeto de educação para o trabalho em 2011. Assim, 13 pessoas relataram que participaram de outros projetos da autarquia antes de ingressar neste projeto e foram encaminhados do projeto que realizavam para participar deste; 01 pessoa relatou que um parente funcionário da autarquia indicou o curso e conseguiu seu encaminhamento para o projeto; 03 pessoas relataram que procuraram o projeto devido à indicação de amigos; 03 pessoas procuraram o projeto por indicação de parentes; 02 pessoas por incentivo dos pais; 01 pessoa foi encaminhada pela escola; 05 pessoas receberam indicação da autarquia, mesmo sem estarem em outros projetos, devido ao fato de serem beneficiárias de programas de transferência de renda; 01 jovem relatou ter sido encaminhada pelo Conselho Tutelar para participação em projetos da autarquia; e 01 jovem relatou que procurou o projeto por ter intenção de fazer cursos profissionalizantes após o ingresso.

Durante as entrevistas foram relatadas as atividades profissionais que os jovens já haviam desenvolvido ou a opção por não trabalhar. Desse modo, 15 jovens relataram que nunca haviam trabalhado e 15 jovens apontaram já terem trabalhado nas seguintes condições: com o pai em oficina mecânica (01); montador de joias em casa (03); ajudando o avô na instalação de portões eletrônicos (01); como monitora em vã escolar (01); como vendedora em lojas de roupas (02); como vendedora no comércio em finais de ano (01); com telefonista da Câmara Municipal de Vereadores/estagiária de Ensino Médio (01); ajudando o pai na colocação de pisos (01); em fábrica de joias, na produção (01); numa pastelaria ajudando parentes (01); com animações (01); em loja de pisos (01).

Observa-se que são funções que não exigem formação específica, em escola formal, pois o aprendizado destas funções não requer grandes exigências de formação e consolidam-se, na maioria das vezes, como trabalho informal, sem registro, e poucas condições de trabalho e de remuneração.

Apenas nos casos em que os jovens desenvolviam atividades como: vendedores no comércio ou estagiário em órgão público é que foi verificada a

existência de contrato de trabalho e/ou estágio sendo, portanto, apenas 03 situações do total dos 15 jovens que já trabalhavam.

Os entrevistados falaram também acerca de seu objetivo ao procurar e iniciar o Projeto de educação para o trabalho em 2011. Assim: 02 jovens relataram não possuir objetivo nenhum; 15 jovens relataram o interesse em estudar, adquirir conhecimentos e preparação para o mercado de trabalho/carreira com consequente possibilidade de conseguir emprego; 01 jovem relatou que era “terrível”, ou seja, apresentava um comportamento que não era considerado adequado pelo pais e professores e que na concepção dos mesmos o projeto poderia ajudá-lo; 04 jovens disseram que seu objetivo era ser encaminhado para a instituição que oferece o curso de Técnicas Administrativas após o projeto; 01 jovem relatou que seu objetivo era ser encaminhado para a instituição que oferece o programa de educação para o trabalho após a realização deste projeto; 01 jovem relatou que tinha o objetivo de fazer amigos e se preparar para o mercado de trabalho; 01 jovem relatou que seu objetivo era ser encaminhado para o curso de Mecânica Automobilística após a participação no projeto; 01 jovem relatou que seu objetivo era aprender como era numa empresa para ter conhecimento quando entrar no mercado de trabalho; 01 jovem relatou que seu objetivo era aprender,mas já que não fazia mais nada além de estudar; 01 jovem relatou que seu objetivo era se preparar para conseguir emprego no comércio após o curso; 01 jovem apontou que seu objetivo era ter algo para colocar no currículo; 01 jovem relatou que seu interesse era o de conhecer mais pessoas e se desenvolver mais.

Pelo relato dos jovens ficou evidente o interesse e procura dos cursos com o objetivo de obter preparo para a conquista de um emprego, sendo que, para muitos deles (15), a participação no Projeto e encaminhamento para o curso profissionalizante consistiria em sua única perspectiva de conseguir o primeiro emprego.

Houve 06 jovens que relataram o interesse em procurar o Projeto, especificamente pela possibilidade de encaminhamento para as instituições parceiras, verificou-se isto ter relação com o prestígio das instituições e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho,por meio de programas de aprendizagem que desenvolvem, demonstrando que muitos jovens optam pela realização do projeto da autarquia, pela possibilidade de encaminhamento para instituições de forma gratuita, e com processo de seleção diferenciado.

Quando os jovens abordaram os interesses que seus familiares mencionavam na ocasião da procura e ingresso no Projeto da autarquia, verificou-se que 10 jovens mencionaram a possibilidade de preparação para o mercado de trabalho e para conseguir emprego: 01 jovem relatou que o projeto poderia ajudá-lo de maneira geral; 01 jovem mencionou que o interesse residia na aprendizagem, tendo em vista que o jovem não fazia outra coisa além de estudar; 07 pessoas mencionaram que a família apenas os incentivava a estudar de maneira geral e por isso resolveram participar do Projeto; 01 jovem relatou que a família o incentivava pela possibilidade de ingressar posteriormente na instituição que oferece o curso de Mecânica Automobilística, oferecido por uma boa escola; 01 jovem relatou que, para sua família, constituía uma possibilidade de “vida nova” para o jovem; 02 jovens relataram que a família dizia que seria uma oportunidade de ter mais conhecimento sobre o mercado de trabalho; 02 jovens relataram que o objetivo era “ter estudo e ser alguém na vida” ou “ter futuro e conseguir trabalho”; 01 jovem relatou a possibilidade de conseguir um emprego melhor; 02 jovens disseram que a família não opinou nem falou nada a respeito de seu ingresso no projeto; e 02 jovens relataram, por fim, que a família falava muito sobre o fato de que, com o curso no currículo, seria mais fácil conseguir trabalho.

Assim, verificou-se de forma bastante clara a relação feita pelos participantes e suas famílias com a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, como apontaram os seguintes entrevistados:

*[...] eles me incentivavam a fazer porque seria melhor para mim. Diziam que eu ia arrumar um emprego melhor (R. P. Curso: Mecânica Automobilística).*

*[...] minha mãe falava que era bom para poder fazer o outro curso depois e conseguir um bom emprego e meu cunhado indicou que o curso era bom (J. C. B. Curso: Mecânica Automobilística).*

*[...] eles me incentivavam sempre a fazer cursos porque daí, no final, eu estaria empregada, eles falavam (E. C. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

Os jovens apontaram a sugestão de amigos e familiares para realizar o curso sendo que, dos entrevistados, 14 pessoas responderam que possuíam amigos ou parentes, que já haviam participado do Projeto; 04 pessoas responderam que possuíam amigos em outros projetos da autarquia; e 12 pessoas responderam que não. Desse modo, a influência de pessoas que já conheciam o projeto e a indicação,

para outras pessoas, evidenciou que o projeto é considerado uma oportunidade relevante, para as comunidades atendidas; pareceu corresponder às expectativas dos mesmos, tendo em vista demonstrarem satisfação com curso, inclusive, indicando-o para outras pessoas, como apontado pelos entrevistados:

*[...] meus colegas que falaram que era bom dai eu fiz. Meus pais concordaram (G. M. C. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

*[...] eu fiz o 'Qualidade' antes de fazer o projeto de preparação para o trabalho e de lá eles me encaminharam pro projeto. Eu não queria fazer, não gostava, mas minha mãe e minha irmã me aconselharam a fazer para ter um futuro melhor porque o curso ajuda muito. Eu era muito tímida não falava assim, em público e o curso me ajudou a 'se' soltar mais (A. C. C. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

*[...] uma amiga me indicou o projeto dizendo que era interessante porque aprendia várias coisas do cotidiano e que eu teria oportunidade de entrar no mercado de trabalho. Daí eu escolhi fazer (J. L. de A. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

#### C Formação recebida versus preparo e inserção no mercado de trabalho

Em relação ao projeto de preparação para o mercado de trabalho, os adolescentes destacaram as atividades desenvolvidas, apontando serem estas boas e variadas, oferecendo palestras e visitas, libras e tinham Educação Física, Artes, Educação Ambiental, Informática e Pedagogia; ademais que falava muito/com temas sobre o mercado de trabalho, convivência, respeito, preconceito, boas maneiras, como era dentro de uma empresa e havia muitas dinâmicas e atividades em grupo (25 pessoas); aula de Informática e temas sobre o mercado de trabalho com o curso totalmente voltado para o mercado de trabalho (01) e que o curso era interessante porque tudo era sobre emprego e mercado de trabalho (01).

Assim, verificou-se que todos os jovens apontaram, a relação direta do curso com temáticas relacionadas ao contexto do mercado de trabalho, e a maioria apontou as atividades variadas, propiciadas pelo curso, com destaque para as aulas de Pedagogia nas quais, os temas específicos do mercado de trabalho eram desenvolvidos, em sua maioria:

*[...] tinha informática que me ajudou porque eu era 'lerdo' nisso e me ajudou a desenvolver, vencer a fobia de informática que eu tinha. Também os professores*

*davam muito conselho sobre o mercado de trabalho, falando que a gente precisava fazer cursos pra se preparar. O curso era totalmente voltado para o mercado de trabalho (P. H. A. M. Curso: Programa de educação para o trabalho);*

*[...] tinha Pedagogia, Educação Ambiental, Educação Física e Artes. Em Pedagogia falavam muito de bullying, drogas, consciência negra (preconceito), mercado de trabalho e ensinavam boas maneiras no trabalho. Pedagogia era o que mais tinha (N. C. S. Curso: Programa de educação para o trabalho);*

*[...] as aulas de Pedagogia eram mais voltadas para o trabalho (R. P. Mecânica Automobilística);*

*[...] tinha aula de Pedagogia, Artes, Educação Ambiental, Educação Física, Artes. Falava sobre tudo um pouco. O que mais tinha era Pedagogia. Falava sobre o mercado de trabalho. Falavam muito também de meio ambiente (L. C. S. Técnicas Administrativas).*

O quadro abaixo ilustra as atividades que os jovens consideraram mais relevantes no projeto:

**Quadro 03** - Relevância das atividades realizadas no Projeto de preparação para o mercado de trabalho

| Atividade considerada mais importante                                                                    | Frequência de relatos |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| Contribuição das atividades para “perder a vergonha”/timidez.                                            | 01                    |
| A aula Educação Ambiental por desenvolver muitas atividades em grupo ajudar na conquista do emprego.     | 01                    |
| Tudo o que era realizado no Projeto.                                                                     | 05                    |
| As aulas de Pedagogia por serem voltadas para o mercado de trabalho.                                     | 05                    |
| As atividades, em geral, voltadas para a preparação para o mercado de trabalho.                          | 03                    |
| As atividades que abordavam conhecimentos que poderiam ajudar futuramente no trabalho.                   | 01                    |
| A atividade de treinamento para entrevistas e maneiras de se vestir.                                     | 03                    |
| Poder “usar” hoje o que aprendeu na prática.                                                             | 01                    |
| A aula de Educação Física que possibilitou ao jovem conhecer a profissão e definir a carreira que deseja | 01                    |

|                                                                                                                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| seguir.                                                                                                                                                                                |    |
| O aprendizado de aspectos como convivência, boas maneiras e temas referentes ao mercado de trabalho.                                                                                   | 02 |
| As Aulas de Pedagogia e Educação Ambiental por serem as mais relacionadas com o mercado trabalho.                                                                                      | 01 |
| O incentivo ao estudo.                                                                                                                                                                 | 01 |
| O desenvolvimento pessoal e possibilidade de fazer amigos.                                                                                                                             | 02 |
| A possibilidade de encaminhamento para outros cursos.                                                                                                                                  | 04 |
| A ajuda dos professores para o jovem compreender como será no mercado de trabalho e, assim, aprender a se comportar no mercado de trabalho, a lidar com pessoas e colegas de trabalho. | 02 |

Fonte: entrevistas realizadas com os participantes do Projeto de preparação para o mercado de trabalho.

Novamente a relação entre o projeto e mercado de trabalho foi apresentada, como ilustram as falas dos seguintes entrevistados sobre o que consideraram mais importante no projeto:

*[...] que apesar de ter feito amizades tive conhecimentos sobre o mercado de trabalho (L. C. S. Técnicas Administrativas);*

*[...] que eu sai com muito aprendizado e tudo o que eu ensino lá eu uso hoje no trabalho (L. D. S. Técnicas Administrativas);*

*[...] achei as aulas de Pedagogia porque ensinava a falar certo, a se comportar e era voltado para o que seria no trabalho mesmo (M. de S. Curso: Programa de educação para o trabalho);*

*[...] Educação Ambiental porque tinha muito trabalho em grupo, como se cada grupo fosse dono de uma empresa e cada grupo tinha que vender o produto da empresa e com isso a gente aprendia a trabalhar em grupo, a se soltar (K. J. F. Mecânica Automobilística).*

Diante disso ficou evidente a valorização dos jovens ao fato de que o curso aborda conhecimentos que, em sua concepção, podem contribuir para seu ingresso no mercado de trabalho e serem usados em seu cotidiano profissional.

A relação entre o interesse pelo projeto e a valorização dos conteúdos, por serem ao cotidiano, no mercado de trabalho, e a possibilidade de usá-los “na

prática” ficou bastante explícita nas falas, bem como a possibilidade de encaminhamento para realização de outros cursos profissionalizantes, pelo aspecto da contribuição com a conquista de um emprego.

Os jovens falaram sobre as atividades do projeto de preparação para o mercado de trabalho que mais contribuíram para que eles atingissem o objetivo que mencionaram no item anterior e, assim, relataram ser: a possibilidade de que os conteúdos que aprenderam contribuíssem com o curso de capacitação que escolheram realizar (01); o fato de que as aulas de Informática e Pedagogia ajudaram a melhorar a leitura e comunicação o que ajudaria quando estivessem no mercado de trabalho (01); as aulas de Pedagogia, pois eram as que tinham mais relação com o mercado de trabalho (10); as dinâmicas sobre o mundo do trabalho (02); tudo (03); o fato de que tudo o que aprendeu pode usar hoje (02); aprender a se comportar no trabalho (05); não pensava em objetivo (01); o aprendizado sobre trabalho e boas maneiras (01); Pedagogia, Artes e Educação Ambiental (01); a possibilidade de encaminhamento para outros cursos (02); Pedagogia e Artes por ajudarem a superar a timidez (01); atividades em grupo que ajudaram a superar a timidez, a aprender como se vestir e se comportar em entrevistas (01); e aprender a se conhecer melhor (01).

O relato dos jovens novamente aponta para seu interesse na relação entre os conteúdos aprendidos no projeto e a realidade no contexto do mercado de trabalho e o fato de que estas “aprendizagens” poderão contribuir com o ingresso no mercado de trabalho, termo este constantemente usado pelos jovens entrevistados:

*[...] as matérias que dava em Pedagogia ajudou muito porque eram voltadas para o Trabalho e me ajudou a me desenvolver mais(M. de S. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

*[...] aprender a se comportar no trabalho (R. M. P. Técnicas Administrativas).*

*[...] aprender a como se comportar uma entrevista, a conviver dentro de uma empresa, a respeitar e saber conversar com o chefe e amigos de trabalho (J. C. B. S. Mecânica Automobilística).*

D Perspectivas ao final do Projeto de preparação para o mercado de trabalho e possibilidades de inserção profissional

Os jovens relataram as possibilidades de inserção profissional possibilitadas após sua participação no Projeto. Assim, 16 jovens afirmaram que já haviam procurado trabalho e 14 pessoas que não. Perguntou-se aos jovens se eles haviam conseguido trabalho e dos 16 jovens que procuraram trabalho, 15 disseram que sim (os mesmos jovens que já haviam relatado que já trabalharam). Os que não procuraram trabalho relataram que foi devido à necessidade de se dedicar aos estudos, primeiramente, porém afirmaram que desejariam trabalhar se não fosse por isso.

Dos jovens que procuraram trabalho, mas não conseguiram emprego, houve relatos sobre a dificuldade para ingresso no mercado de trabalho e incompatibilidade do horário de trabalho com horário de estudos.

Dentre os jovens que já trabalharam foram mencionados os seguintes locais de trabalho: oficina mecânica, animação de festas, lojas de roupas, barraca de pastel, montagem de joias em casa, escola de informática e idiomas, Câmara Municipal de Vereadores, loja de cópias - "Xerox", comércio em geral, monitora de crianças em transporte escolar, loja de pisos e fábrica de joias.

Os jovens que procuraram e conseguiram emprego foram indagados se atribuíam à participação no Projeto o sucesso na conquista do emprego. Em relação a esta questão, 01 jovem relatou que sim, porque o diploma ajudou a conseguir o emprego; 07 pessoas informaram que não, pois o emprego foi conseguido devido à indicação de amigos e parentes; 04 jovens disseram que não; 03 jovens disseram que sim, mas sem especificar o motivo.

Sendo assim, dos 15 jovens que já trabalharam, apenas 04 jovens atribuíram a esta participação o sucesso na conquista do emprego, ainda que, nos itens anteriores tenham, em sua maioria, reforçado a relação entre o curso e mercado de trabalho como relevante para conquista de trabalho.

Verificou-se, desta maneira ter sido relevante o impacto do capital social e cultural dos jovens, na conquista de uma oportunidade de trabalho, maior até que o impacto da realização do curso tendo em vista que, dos jovens empregados, apenas 04 atribuíram o fato à realização do curso, e 07 deles afirmaram que a conquista do emprego ocorreu em decorrência da influência de amigos e familiares, tendo esta, portanto, demonstrado ser mais influente e significativa neste âmbito.

Assim, apesar do capital cultural e da rede social em que se inserem os jovens ser constituída, em geral, por pessoas de mesma origem e participantes do

mesmo contexto social como grupo familiar, amigos das escolas e do bairro onde residem e grupo religioso, evidentemente contribuiu para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, mais efetivamente, do que a própria participação nos cursos, o que será, posteriormente, amplamente discutido neste estudo.

Diante destes dados apresentados pode-se concluir que o imaginário de que por meio da participação no Projeto e cursos profissionalizantes a entrada no mercado de trabalho seria facilitada não se realiza na prática e a maioria dos jovens que conseguiu emprego o fez devido à rede social na qual estavam inseridos, ou seja, pela influência de amigos, familiares, etc.

Quando os jovens foram indagados se consideram que o Projeto deu ou dará condições que contribuirão para seu ingresso no mercado de trabalho 01 pessoa mencionou que até agora não, devido ao fato de que algumas aulas não tinham relação direta com o contexto do trabalho, como Educação Física e Meio Ambiente; 16 pessoas disseram que sim, pois preparou para o mercado de trabalho, ajudou-os a aprender a interagir, a trabalhar em equipe, a ter responsabilidade, a não reclamar no trabalho e deu dicas sobre o mercado de trabalho. Oito pessoas disseram apenas que consideram que irá ajudar quando procurarem trabalho, quatro pessoas disseram que o projeto ajudou a conseguir entrar na instituição que oferece o curso de Técnicas Administrativas e que este segundo curso é que de fato os ajudará a ingressar num emprego, e uma pessoa informou que o projeto ajudou apenas um pouco e que sua participação no Programa de educação para o trabalho, mais voltado para a prática profissional no comércio, é que poderá contribuir futuramente com a conquista do emprego.

Diante disso ficou novamente muito clara a intencionalidade implícita destes cursos na busca pelo “adestramento” dos trabalhadores para as imposições do mercado de trabalho. Na fala de um dos jovens é apontado claramente que o curso prepara para o mercado de trabalho ensinando a interagir, a trabalhar em equipe, a ter responsabilidade, a não reclamar no trabalho, etc. Assim é evidenciada a busca de uma formação voltada para o “assujeitamento” destes jovens às imposições do mercado de trabalho e cujo compromisso principal relaciona-se mais com a formação desse tipo de “competência” do que na formação para uma profissão específica.

Como apontado por Foucault (1987), é peremptoriamente a formação de sujeitos “docilizados” e disciplinados, flexíveis e prontos para atender a quaisquer

ordens, adaptar-se a quaisquer mudanças impostas e a vender alienadamente sua força de trabalho o que, certamente, será em grande medida explorado no âmbito do mercado de trabalho.

Os jovens foram indagados sobre suas perspectivas ao terminar o Projeto de preparação para o mercado de trabalho sobre o que responderam: fazer o curso de Mecânica Automobilística e conseguir um trabalho (05 pessoas); conseguir trabalho (04 pessoas); se preparar mais para o mercado de trabalho fazendo um curso de Técnicas Administrativas (07 pessoas); fazer mais cursos e conseguir um trabalho para melhorar de vida cada vez mais (01 pessoa); fazer mais cursos (03 pessoas); fazer mais cursos para conseguir emprego (02 pessoas); fazer um curso na instituição que oferece o Programa de educação para o trabalho, para conseguir trabalho (03 pessoas); fazer um curso na instituição que oferece o Programa de educação para o trabalho (02 pessoas); e fazer um curso na instituição que oferece o Programa de Educação para o trabalho ou o curso de Técnicas Administrativas (01 pessoa).

Pela análise das entrevistas ficou evidente o interesse e o anseio dos jovens para seu ingresso no mercado de trabalho, e a relação que fazem entre a realização de cursos/aumento da escolaridade, e maiores chances de colocação no mercado de trabalho, como podemos ver nos relatos abaixo:

*[...] o projeto foi bom pelo trabalho com comportamento, comunicação, aprender a trabalhar em equipe. É o que eles mais ensinam lá e que vai acontecer no trabalho também [...] Minha perspectiva é de fazer mais cursos assim, voltados para o trabalho (A. C. C. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

*[...] o curso me ajudou porque eles preparam a gente para trabalhar (J. J. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

*[...] o Projeto ajudou bem, porque foi pelo Projeto que eu estou aqui no "Patrulheiros" para conseguir meu emprego (T. P. F. Curso: Técnicas Administrativas).*

*[...] o projeto foi muito bom porque ele me trouxe mais coragem para entrar no mercado de trabalho, deu mais experiência, pude conseguir mais conhecimento e tenho mais chance de entrar no mercado de trabalho (A. F. B. Curso: Mecânica Automobilística).*

E Segunda etapa de formação: perspectiva do jovem ao ingressar nos cursos de formação profissional: possibilidade de escolha, curso escolhido, influências na

escolha, aspectos positivos e negativos do curso na concepção do jovem e participação em outros projetos.

Os jovens entrevistados discorreram durante a entrevista sobre suas perspectivas ao ingressar na segunda etapa de formação propiciada pelo Projeto, sobre suas possibilidades de escolha quanto às opções de cursos oferecidas no projeto da autarquia, aspectos positivos e negativos do curso escolhido e participação do jovem em outros projetos e cursos.

Em relação às perspectivas dos jovens ao terminar o Projeto da autarquia e possibilidade de escolha de um curso de capacitação mais específico e voltado para uma determinada profissão, oferecida pelo Projeto, foram apontadas como expectativas: o interesse no curso (01); interesse por ver na mídia que o mercado de trabalho para o curso era promissor (01); acreditar que a participação em cursos profissionalizantes era boa para o desenvolvimento profissional (01); escolheu fazer curso por exclusão, tendo em vista não se interessar pelos outros cursos oferecidos (01); pode fazer a escolha e optou pelo Programa de educação para o trabalho (01), optou pelo curso de Técnicas Administrativas, pois já era seu objetivo desde que ingressou no projeto (01); optou pelo curso que tinha vaga, pois não tinha nenhum objetivo específico (03); escolheu por gostar do curso (05); escolheu pela perspectiva de ser encaminhado para o mercado de trabalho após o curso, pois ouvia que o curso era bom (02); desejava aprender logo a profissão do curso para começar a trabalhar (02); escolheu uma segunda opção de curso devido à idade ou outro requisito que sua primeira opção exigia e que o jovem não dispunha (07); visava conseguir trabalho (01); desejava procurar emprego para poder fazer uma faculdade depois (01); queria adquirir conhecimento para conseguir emprego depois (01); desejava entrar no mercado de trabalho (01); queria ser encaminhado para um emprego e crescer na vida (01); desejava ter um emprego para poder ajudar em casa (01); buscava ter um futuro melhor (01); preparar-se para o mercado de trabalho (01).

Sobre a influência na escolha do curso apenas um jovem observou que a família sugeriu um determinado curso, porém teve liberdade para fazer outra opção, um jovem relatou ter feito a opção do curso por influência da família, e 08 jovens por exclusão, ou seja, dentre os cursos ofertados era o que mais lhe interessava, ou o que dispunha de vagas para sua idade.

Diante destes dados ficou bastante claro que o fato relaciona-se com o apontado por Bourdieu (1980), para quem:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis[...] o volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado (BOURDIEU, 1980, p.2).

Conforme o mesmo autor:

A existência de uma rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um “dado social” constituído de uma vez por todos e para sempre por um ato social de instituição (representado, no caso do grupo familiar, pela definição genealógica das relações de parentesco que é característica de uma formação social), mas o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos. Em outras palavras, a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos) (BOURDIEU, 1980, p.02).

Assim verificou-se a rede social na qual os adolescentes se inserem e o capital social de que dispõem se consolidam de forma restrita e propiciam poucas oportunidades de desenvolvimento além da encontradas, de fato, na educação. Entretanto, conforme já apontado, para a conquista de um emprego estes fatores foram mais determinantes para os jovens, do que a própria participação no Projeto e cursos, tendo em vista, conforme já apontado, que dos jovens que já haviam ingressado no mercado de trabalho 07 apontaram a influência direta de familiares e amigos; e apenas 04 a relação entre realização do Projeto/cursos e conquista do emprego.

As escolhas e as perspectivas vislumbradas pelos jovens são, em geral, determinadas pelas condições sociais nas quais se inserem e de seu capital social restrito.

Para Bourdieu, conforme Bardanachvili (2011) o sistema educacional seria o único capaz de assegurar à ciência oficial sua permanência e consagração capaz de inculcar o *habitus* científico ao conjunto dos destinatários da ação pedagógica.

Entretanto, como visto neste estudo, a oferta educativa da qual dispõe não lhes garante mais do que um adestramento às imposições do mercado de trabalho capitalista atual reforçando sua marginalização ao reservar-lhes uma educação pautada em sua alienação.

Em relação aos aspectos positivos os jovens apontaram: tudo (01), aprender a mexer nos carros (01), ter bons professores (03), a estrutura física da escola com ventiladores, biblioteca, internet, limpeza, etc. (03), as atividades práticas e relacionadas com o mundo do trabalho / rotinas das profissões (03), a possibilidade de aproveitar o que aprendeu no trabalho (02), aulas/temas interessantes (02), o ótimo aprendizado propiciado (02), a possibilidade de fazer novas amizades (02), possibilidade de obter conhecimentos sobre processos de trabalho (01), desenvolvimento social (01), desenvolvimento profissional (01), ajudar a perder a timidez (02), aulas de informática (01), preparar para o futuro (01), ajudar a conseguir o primeiro emprego/trabalho (04), preparar para o trabalho que possibilitará conseguir fazer um faculdade (02) e ensinar a se comportar em entrevistas de emprego e em situações do cotidiano do mundo do trabalho (01).

Sobre os pontos negativos, uma jovem mencionou não gostar do uniforme devido ao modelo da gola; um jovem mencionou que uma parte das atividades desenvolvidas no Programa de educação para o trabalho, apesar de focarem na área comercial, eram muito semelhantes às atividades propostas no projeto de preparação para o mercado de trabalho, tornando o curso um pouco repetitivo. Os demais entrevistados disseram apenas terem encontrados pontos positivos, nos cursos realizados.

Referente à participação em outros cursos e projetos um jovem relatou que realiza concomitantemente um curso Técnico em Mecânica em outra instituição, uma jovem falou que realizava curso de maquiagem, uma jovem realizava curso de inglês e uma jovem cursava *web designer* e curso de hardware (em instituições particulares). Todos mencionaram que buscaram realizar mais cursos para que os

ajudassem na busca por empregos melhores. Os demais jovens mencionaram que realizavam o curso e frequentavam o ensino regular (todos os jovens estavam regularmente matriculados na Educação Básica).

Ficou bastante evidente, um discurso semelhante entre os jovens, referente à relação entre a importância de estudar e realizar cursos, e o ingresso no mercado de trabalho. Isto pode ser atribuído à própria participação no Projeto e nos cursos, evidenciando a crença no fato de a educação/realização de cursos contribuírem para conseguir um trabalho, e o discurso das famílias de que, estudar e trabalhar pode garantir aos jovens um futuro melhor.

F Perspectivas dos jovens ao terminar a segunda etapa de formação: importância de ter realizado o segundo curso – aspectos pessoais e profissionais, indicação do curso para outras pessoas – satisfação com o curso, propostas de trabalho recebidas.

Quando as entrevistas foram realizadas os jovens estavam terminando o curso de capacitação escolhido. Deste modo relataram na entrevista suas perspectivas naquele momento de término do curso.

Assim, dos 30 jovens entrevistados 28 apontaram em suas respostas o interesse em conseguir um emprego, seja imediatamente ao terminar o curso ou ao terminar o ensino médio que cursam concomitantemente. Apenas 02 jovens mencionaram que pretendiam apenas continuar estudando.

Alguns jovens disseram entender que a busca por um emprego seria um processo facilitado pela credibilidade da instituição onde realizaram o curso colocando que:

*[...] arrumar um emprego porque com o curso de Mecânica desta escola qualquer empresa contrata a maioria né. Quero fazer faculdade de Engenharia Mecânica (K. J. F. Curso: Mecânica Automobilística).*

Embora a maioria dos jovens pretendesse ingressar no mercado de trabalho ou continuar trabalhando, 19 jovens mencionaram a intenção de continuar estudando concomitante ao trabalho, terminar o Ensino Médio, realizar outros cursos profissionalizantes e técnicos ou ingressar em uma faculdade; evidenciaram que a formação recebida neste curso foi para eles uma “ponte”, para alcançarem suas

perspectivas de ingresso em um emprego, que lhes permita financiar seus objetivos de estudo futuros, para poderem atuar em melhores condições de trabalho, e em outras áreas, após cursarem uma faculdade ou realizarem um curso, que lhes permita ingressar na carreira desejada.

Assim, demonstraram pretender arrumar um trabalho agora e estudar em outros cursos profissionalizantes como mostram os excertos abaixo:

*[...] quero fazer “Autocad” e mais pra frente quero abrir minha própria oficina (R. P. Curso: Mecânica Automobilística).*

*[...] arrumar um emprego para poder me manter e investir na carreira de ator (P. H. A. M. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

*[...] quero trabalhar no comércio e mais pra frente, quem sabe trabalhar com maquiagem que é o que quero. Quem sabe um dia (E. C. Curso: Programa de educação para o trabalho); [...] fazer mais cursos profissionalizantes e conseguir um trabalho melhor (A. C. C. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

É interessante ressaltar que, muitos jovens (21) apontaram a realização do curso profissionalizante, com a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, como um caminho, que possibilitará ao jovem seguir estudos em níveis superiores. Poderão, assim, com o dinheiro de seu trabalho, cursar uma faculdade para conseguir, futuramente, trabalhar na área que verdadeiramente tem interesse, como ficou evidente nas falas dos jovens sobre suas perspectivas, ao terminar o curso:

*[...] é de arrumar um emprego e fazer Engenharia Mecânica (A. F. B. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

*[...] pretendo arrumar um emprego e com o dinheiro fazer cursos para entrar na faculdade. Pretendo estudar também. Pretendo terminar a escola, fazer faculdade, trabalhar em uma área que eu me identifique (L. D. S. Curso: Técnicas Administrativas).*

*[...] fazer faculdade na USP ou outras, trabalhar num trabalho em que me ofereça boas condições e que eu possa me manter, tirar meu carro, ou moto ou os dois, financiar coisas e comprar uma casa, casar e talvez, ter filhos. Pretendo estudar porque estudar é sempre bom, ainda mais se estiver trabalhando. Quero algo no ramo do Teatro ou Design (web design) (A. V. R. Curso: Técnicas Administrativas).*

*[...] conseguir um emprego, obter experiências e buscar sempre mais (estudo, emprego melhor se preciso...). Quero estudar e trabalhar em uma empresa boa. Quero terminar meu estudo, me qualificar, fazer Inglês e Espanhol e fazer faculdade de Administração (J. K. de S. S. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

*[...] estudar a noite para terminar o Ensino Médio e trabalhar de dia e depois parar de trabalhar no terceiro ano para fazer o ENEM porque quero fazer faculdade de Enfermagem. Quero trabalhar no comércio para ter experiência, ganhar uma grana e ter registro na carteira, mas não quero ficar ganhando um salário de fome pra sempre, então quero fazer faculdade. A professora mesmo fala isso (S. R. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

*[...] pretendo terminar meu estágio, procurar outro emprego e estudar Design de Interiores (P. M. R. da S. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

Dessa maneira ficou claro que a maioria dos jovens pretende trabalhar na área do curso apenas transitoriamente, a fim de manter sua subsistência e financiar, se possível, outros cursos que lhe possibilitem formação na área almejada, devido à necessidade imposta por sua condição social, a qual requer essa inserção precoce no mercado de trabalho.

Dos jovens entrevistados, apenas 03 apontaram a possibilidade de terminalidade dos estudos, após o fim do curso, evidenciando a perspectiva de trabalhar na área, e relatando que não pretendem dar continuidade aos estudos no momento. Visavam apenas acabar o curso e o Ensino Médio, conforme o excerto:

*[...] quero somente arrumar um serviço numa oficina, temporário, até conseguir um emprego registrado na carteira nessa área (J. C. B. S. Curso: Mecânica Automobilística).*

Durante as entrevistas os jovens relataram sobre a importância que atribuíam à realização do curso escolhido para sua vida pessoal e profissional, demonstrando, na maioria das vezes, a relação entre a realização do curso e a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho; a relação entre fazer o projeto na autarquia para ser encaminhado ao curso profissionalizante, e então ao mercado de trabalho; relataram ainda, de o curso ter possibilitado o desenvolvimento de habilidades que, em sua perspectiva, contribuirão para conseguir um emprego ou para o seu desenvolvimento pessoal e profissional relacionado ao cotidiano no ambiente de trabalho. Sendo assim, 22 jovens apontaram diretamente esta relação colocando que a importância de participação no curso, conforme os excertos abaixo:

*[...] foi grande porque vai ser importante na minha vida, pois vai me ajudar muito no mercado de trabalho (R. H. S. Curso: Técnicas Administrativas).*

*[...] ele me trouxe mais coragem para entrar no mercado de trabalho, ter mais experiência, conseguir mais conhecimento e ter mais chance de entrar no mercado de trabalho (A. F. B. Curso: Mecânica Automobilística).*

*[...] saber algumas coisas sobre o serviço, o que é bom ou não e me preparar para o mercado de trabalho (J. C. B. S. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

*[...] Aqui no curso eles têm tudo o que eu preciso aprender para o meu primeiro emprego (L. C. S. Curso: Técnicas Administrativas).*

*[...] foi a aprendizagem porque agora vão surgir oportunidades de empregos que aceitam menor aprendiz (N. C. da S. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

*[...] obtive conhecimento, pois se não tivesse feito eu não saberia atender bem os clientes, dar entrevistas. É bem diferente quem fez de quem não fez os cursos (S. R. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

Os demais jovens (08) relataram a aquisição de experiência (01), conhecimento (02), o aprendizado da profissão em si (01), a possibilidade da participação no curso contribuir para que o jovem “tenha um futuro melhor” (02) e o fato de ter possibilitado a alguns jovens, ao ter o contato com o curso terem “confirmado” ou “descoberto” ser uma profissão que lhes agrada, e pretende e seguir (02), assim, apontaram a importância de participar do curso escolhido, conforme os excertos abaixo:

*[...] foi ganhar experiência (M. S. Curso: Mecânica Automobilística).*

*[...] foi aprender uma coisa nova que eu gostava, mas não sabia ainda se seria isso mesmo que queria e que agora vai me ajudar no meu futuro (R. P. Curso: Mecânica Automobilística).*

*[...] me fez esclarecer o que eu quero mesmo, ver que gosto do comércio e de ser ator que são as coisas que quero fazer. Me fez pensar no que eu quero seguir. Isso foi importante. (P. H. A. M. Curso: Programa de Educação para o Trabalho).*

*[...] me ajudou a adquirir mais conhecimento (R. R. B. Curso: Técnicas Administrativas).*

A maior parte dos jovens entrevistados demonstrou satisfação com o curso no momento da entrevista relatando que indicariam o curso para amigos e para familiares sendo que, alguns, até já o fizeram, divulgando o curso para colegas e familiares. Dentre os motivos que os levam a apresentar esta satisfação e indicar o curso apontam: a aprendizagem de coisas novas (10); o fato de ser um bom curso/ de qualidade e possibilitar um bom aprendizado em sua perspectiva (03); o fato de conceberem que após realizar o curso será mais fácil conseguir emprego; que o

curso possibilita maior possibilidade de encaminhamento (08); ajuda a ter oportunidades melhores/será bom para o futuro (02); por este tipo de curso ser tudo que o jovem precisa (01); pela relação do curso com o cotidiano no trabalho (05); e possibilidade de fazer amigos (01); apontando, assim, que desejam indicar o curso, conforme os excertos abaixo:

*[...] porque ele é bom e é um curso profissionalizante. É tudo o que a gente precisa. Também indicaria o Projeto porque é por causa do Projeto que eu estou cursando Técnicas Administrativas (L. C. C. Curso: Técnicas Administrativas).*

*[...] porque é muito bom e ajuda a conseguir trabalho (J. C. B. S. Curso: Mecânica Automobilística).*

*[...] porque ele mostra várias situações que normalmente vamos passar e como resolvê-las (relacionado a trabalho). Ele ensina a se comunicar, a se relacionar com pessoas que não conhecemos (J. C. C. de A. Curso: Técnicas Administrativas).*

*[...] porque com o curso a pessoa vai ter mais oportunidade (M. de S. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

Assim, ficou bastante evidente a relação que os jovens fazem com a realização do curso / escolha de ingresso no Projeto de preparação para o mercado de trabalho e a possibilidade de conseguir emprego conforme foi apontado nas falas.

Diante disso coube questionar a efetividade da política pública neste aspecto, verificando se, já no final do curso, foi possível conseguir este objetivo. Verificou-se, desta maneira, que, dos jovens entrevistados, a maior parte apontou ainda não haver conseguido trabalho, sendo que se observou que alguns haviam distribuído currículo e outros aguardavam serem chamados por estabelecimentos da cidade, para os quais as escolas em que realizaram os cursos costumavam encaminhar os nomes dos jovens formados, como possíveis candidatos.

Entretanto, 07 jovens apontaram estar atuando no mercado de trabalho neste momento da entrevista, sendo que, destes, um jovem (proveniente do curso de Mecânica Automobilística) apontou trabalhar com o pai na área de seu curso (oficina mecânica), uma jovem apontou que conseguiu trabalho, numa loja onde já atua um amigo de seu pai (proveniente do Programa de educação para o trabalho). Uma jovem (proveniente do Programa de educação para o trabalho) relatou ter sido recentemente chamada para entrevistas em duas lojas da cidade. Quatro jovens (03 jovens provenientes do Programa de educação para o trabalho e 01 do curso de

Técnicas Administrativas) relataram ter recebido proposta de trabalho na área do curso (lojas, escolas de informática e mercado), porém, como ainda não haviam terminado o curso, preferiram não aceitar o emprego, por incompatibilidade de horário. Um jovem (proveniente do Programa de educação para o trabalho) informou que conseguiu trabalho antes de iniciar o curso, porém, atualmente não estava trabalhando devido ao fato de estudar.

Sendo assim verificou-se que três pessoas relataram ter conseguido trabalho, possivelmente em decorrência do curso, e uma jovem passará por entrevistas de emprego, tendo recebido duas propostas em sua área. Dois jovens conseguiram trabalho, por influência de parentes (um com o pai diretamente, e outra num estabelecimento onde trabalhava um amigo de seu pai), de maneira que, efetivamente, apenas uma parcela pequena dos jovens havia ingressado no mercado de trabalho, ou recebido alguma proposta neste sentido, no momento desta segunda etapa de entrevistas. Assim, a maioria dos jovens, embora já estivesse procurando emprego, distribuindo currículo ou aguardando serem chamados para entrevista por considerarem que a escola onde realizavam o curso havia enviado seus nomes/currículo para possíveis vagas de emprego, ainda aguardavam uma oportunidade de trabalho.

G Concepção do jovem: importância de participar do curso de capacitação profissional.

O último eixo de análise relacionou-se à percepção dos jovens participantes quanto à importância por eles atribuída à formação recebida.

Sobre este aspecto todos os jovens mencionaram considerar importante a realização de cursos e estudar. Três jovens apontaram que a importância maior de participação no curso foi adquirir experiência, aprendizagem e conhecimento. Todos os demais entrevistados apontaram que, a importância maior relacionava-se com o preparo para o trabalho, e os conhecimentos aprendidos permitiam conhecer como será no ambiente de trabalho, ou num processo de seleção/entrevistas quando procurarem emprego, e realizar cursos ajudaria a conseguir empregos melhores, conforme apontam as falas transcritas na sequência:

*[...] se numa empresa precisarem de meu trabalho na área eu estarei preparado, não terei tanta dificuldade. Fazer cursos ajuda a entrar no mercado de trabalho. É uma concorrência, então se eu tiver mais cursos será mais fácil me contratar. Tenho experiência, pois fiz o curso que é bem prático e é mais fácil contratar do que quem não fez curso (K. J. F. Curso: Mecânica Automobilística).*

*[...] se um dia eu conseguir um bom emprego é porque eu me preparei (F. H. S. F. de S. Curso: Mecânica Automobilística).*

*[...] se com estudo a gente não tem um bom emprego, quanto mais conhecimento melhor para a gente mesmo (L. C. S. Curso: Técnicas Administrativas).*

*[...] com cursos a gente aprende a se comportar no mercado de trabalho (R. M. P. Curso: Técnicas Administrativas).*

*[...] é bom estudar, pois não conhecemos bem o que é o mercado de trabalho e estudando ficamos mais capazes de trabalhar. (R. R. B. Curso: Técnicas Administrativas).*

*[...] Estudar é um caminho para conseguir um serviço porque a se a gente for lá de qualquer jeito a gente nunca vai conseguir serviço (L. J. dos S. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

#### **4.6 Segunda etapa de entrevistas**

Em dezembro do ano de 2013 iniciou-se o processo de realização da segunda etapa de entrevistas a fim de identificar o impacto da formação recebida e o retorno desta com relação à formação geral e a contribuição para o ingresso no mercado de trabalho. Após um intervalo de tempo razoável que permitisse analisar o impacto da formação recebida com relação ao efetivo retorno relacionado ao ingresso no mercado de trabalho, identificado como principal anseio dos jovens na busca por estes cursos.

Assim, no início de dezembro a pesquisadora entrou em contato com os mesmos participantes, via telefone, tendo em vista que, ao concordarem com a participação nas entrevistas com anuência dos pais, forneceram os dados para contato, estando cientes da realização desta segunda etapa de entrevistas.

Inicialmente obteve-se uma dificuldade razoável para localizar os jovens, porém, após ligações realizadas em horários diversos, foi possível manter contato com a maioria dos participantes, sendo: 06 jovens oriundos do curso de Mecânica Automobilística, 08 jovens oriundos do curso de Técnicas Administrativas e 14

jovens oriundos do Programa de educação para o trabalho totalizando 28 participantes.

Durante a formulação desta pesquisa foi previsto que haveria a possibilidade de, um ano após o contato inicial com os participantes alguns não poderem ser localizados. Desta maneira dois jovens não participaram desta segunda etapa de entrevistas o que se considerou razoável, em termos de manutenção de uma amostra representativa.

Para a realização desta segunda etapa de entrevistas, a pesquisadora agendou um encontro com os jovens, em uma instituição de ensino privada, localizada na região central da cidade, tendo em vista que neste período a pesquisadora não atuava mais na autarquia, nas dependências da qual a primeira etapa de entrevistas foi realizada. Procurou-se um local de fácil acesso para os participantes, que compareceram no dia e hora marcados, com exceção de três pessoas cuja entrevista necessitou ser remarcada, e realizada em data posterior, devido ao não comparecimento das mesmas.

Estas entrevistas tiveram duração aproximada de uma hora, e os jovens discorreram sobre seu percurso durante este ano, retomaram aspectos considerados positivos e negativos no curso realizado, suas expectativas um ano após terem feito o curso, relataram se estavam empregados ou não, apontando se atribuem o emprego conseguido à realização do curso de qualificação, ou à participação no Projeto de preparação para o mercado de trabalho ou não, bem como, o fato de alguns não terem ainda conseguido trabalho, falaram da atividade que desenvolvem (os que trabalham), forma de contratação, relação do curso com o emprego e a maneira como conseguiram o trabalho (indicação, entrega de currículo, encaminhamento da escola, etc.).

Como resultados da segunda etapa de entrevistas foram obtidos os seguintes dados:

Dos 06 jovens entrevistados que realizaram o curso de Mecânica Automobilística, apenas um jovem apontou ter conseguido trabalho na área do curso, e que faria outro curso na mesma instituição. Para ele, conforme o excerto que segue:

*[...] o curso ajudou muito a conseguir um bom trabalho na área que eu queria. Fiquei lá oito meses e agora vou fazer outro curso [...], por isso parei de trabalhar (J. C. B. S. Curso: Mecânica Automobilística).*

Outro jovem relatou que, como não conseguiu emprego na área de seu curso após um período de procura, passou a trabalhar na oficina mecânica de seu pai.

Um jovem conseguiu estágio de Ensino Médio, porém não relacionado ao curso profissionalizante, como era sua expectativa. Relatou que:

*[...] ainda estou terminando a escola (Ensino Médio), pois quero terminar de estudar. Eu consegui um estágio de Ensino Médio, mas não é na área do curso que eu fiz que é o que eu queria mesmo, na área de automóveis que gosto, porque eu gostei do curso e quero até fazer mais um curso lá (K. J. F. Curso: Mecânica Automobilística).*

Um jovem relatou a intenção de primeiro concluir o Ensino Médio, continuar seus estudos e somente posteriormente, ingressar no mercado de trabalho. Aponta-se, portanto que ficaram satisfeitos com a formação recebida, porém não pretendem trabalhar ainda.

Dois jovens relataram que, mesmo procurando durante um ano por emprego na área não conseguiram “nada”. Um deles apontou que:

*[...] acho até que o curso foi bom, me ajudou, mas não consegui arrumar emprego ainda, então optei por continuar só estudando e terminar o Ensino Médio este ano. Dai farei um curso de AutoCAD que talvez me ajude mais (F. H. S. F. de S. Curso: Mecânica Automobilística).*

Todos os jovens reforçaram em suas falas, a satisfação com o curso, e o desejo de um dia conseguir atuar na área. Destacam que consideram a escola muito boa e que ter sido uma oportunidade poder participar do Projeto de preparação para o mercado de trabalho, e ainda realizar o curso profissionalizante com o encaminhamento da escola.

Destacaram como aspectos positivos a qualidade da escola, os professores, o ambiente (limpeza, recursos, organização) e que o curso era bem específico e relacionado com a profissão na prática.

Não apresentaram pontos negativos apenas observando, os dois jovens que não estão conseguiram trabalho, ser este fato o único ponto a deixá-los insatisfeitos, porém mencionaram acreditar conseguir emprego e trabalhar na área do curso, como apontou o jovem estagiário, relatando imaginar que, ao terminar o Ensino Médio teria mais disponibilidade para conseguir um emprego fixo.

Em relação aos jovens participantes do curso de Técnicas Administrativas verificou-se que, dos oito jovens entrevistados, apenas uma jovem relatou ter se

decepcionado. Embora ela tenha relatado que o curso é bom, e as aulas bem relacionadas a temas sobre trabalho, e à profissão que aprendeu lá, a instituição, segundo ela, dizia que encaminharia os jovens para um emprego depois do curso, mas ela não conseguiu nada. Relata que não sabe se a escola não encaminhou seu currículo ou se encaminhou, e mesmo assim não conseguiu nada. Afirma, porém, que no ano de 2013 não procurou emprego, apenas aguardou para ver se alguma empresa a chamaria (pelo encaminhamento da escola) e terminou o Ensino Médio. Assim relatou:

*[...] o Projeto de preparação para o mercado de trabalho foi “legal” e me encaminhou ‘pra’ o curso que eu queria, achava que ia me ajudar porque quem fez fala que encaminham ‘pra’ um trabalho, mas eu sai de lá sem nada. Não fui atrás de emprego, porque achava que já iam me chamar pela escola. Foi um bom curso, tinha bastante coisa, música, e a parte bem voltada pra coisa de trabalho, mas emprego até agora nada. Vamos ver esse ano que terminei a escola, quero procurar mais, alguma coisa. (M. C. de S. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

Quatro jovens relataram ter terminado o Ensino Médio durante o ano de 2013, ou seja, após a conclusão do curso, e ter conseguido emprego fixo relacionado ao curso, em empresas variadas. Para três foi a oportunidade de ingresso no primeiro emprego. Uma jovem já havia sido estagiária de Ensino Médio, atuando como na própria instituição onde realizou o curso de Técnicas Administrativas, e depois conseguiu se efetivar em outra empresa de sua área.

Essas jovens relatam satisfação com o curso e com o fato de terem terminado o mesmo e já conseguido um emprego, conforme os excertos que seguem:

*[...] para mim o curso foi ótimo. Ele me ajudou muito, porque eu fui estagiária (de Ensino Médio) na própria escola como recepcionista e depois logo já consegui me efetivar numa empresa na minha área. Terminar os estudos este ano (Ensino Médio) e agora vou fazer outro curso (J. R. S. Curso: Técnicas Administrativas).*

Outra jovem colocou que:

*O curso me ajudou muito por eu ser nova, perdi a vergonha que eu tinha, me soltei mais porque eu era fechada. Daí já consegui meu primeiro emprego de recepcionista (J. C. C. de A. Curso: Técnicas Administrativas).*

Uma jovem ficou satisfeita com fato de o curso ter sido uma referência na hora de procurar um emprego. Conseguiu um emprego como doméstica, diferente da área de formação recebida, porém ficou satisfeita. Relata que pretende continuar

trabalhando e como já terminou o Ensino Médio, não pretende estudar mais, apenas casar e cuidar da família

Duas pessoas colocaram que em 2013 optaram por apenas estudar, concluindo o Ensino Médio e que agora é que procurarão trabalho, conforme o excerto que segue:

*[...] neste ano só estudei e agora é que vou pensar em emprego. Acho que o curso que fiz vai me ajudar a ter algo no currículo e vai ser mais fácil para arrumar alguma coisa. Pra mim vale a pena mesmo eu não tendo trabalhado em nada ainda (R. R. B. Curso: Técnicas Administrativas).*

Os jovens, em geral, apontaram aspectos positivos relacionados à participação no curso, conforme o excerto que segue:

*[...] o projeto foi bom, pois encaminhou 'pro' curso e por ele que consegui meu primeiro emprego. Era bom, o curso (Técnicas Administrativas) era melhor que o projeto, mas o projeto também ajudou. No curso de era tudo mais novo, tinha mais coisa, mais aulas. Tudo foi bom e me ajudou (L. D. S. Curso: Técnicas Administrativas).*

Para outro jovem:

*[...] fazer o projeto e depois ser encaminhado 'pra' uma boa escola foi muito bom, porque senão eu não teria como pagar um curso. Agora fiz o Ensino Médio e um curso onde já tenho uma profissão. Já estou trabalhando e agora vou poder fazer uma faculdade que eu quero. A escola é de nome na cidade, todo mundo pega quem faz. Não escolhi do que ainda, mas estou vendo. Foi muito bom, não teve nada negativo (C. F. G. F. Curso Técnicas Administrativas).*

Dos jovens entrevistados que participaram do Programa de educação para o trabalho, 08 apontaram muita satisfação por terem sido encaminhados para este curso pelo Projeto e do encaminhamento desta segunda escola, que enviava os nomes e o currículo dos alunos, para comércios e empresas da cidade, terem conseguido seu primeiro emprego, conforme o excerto abaixo:

*[...] 'pra' mim não deu uma semana e eu já estava empregado. Consegui 'na' Casas Bahia e com certeza foi o curso que ajudou. Já terminei a escola e agora no que vem vou poder começar o curso de Comissário de Bordo que é meu sonho. "To"super contente (G. M. C. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

Outra jovem relata ainda que:

*[...] agora que consegui emprego vou poder fazer uma faculdade. Foi muito bom, o curso falava muito de trabalho, o lugar era bom, a professora ótima. O projeto deu oportunidade de fazer esse curso e agora posso fazer o que eu quero, porque já estou trabalhando, 'né'? (M. C. S. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

Entretanto a frustração com o fato de não terem conseguido trabalho foi evidente nas falas de quatro jovens. Em geral atribuíram a uma falha da escola, o fato de não terem sido encaminhados para empresas, e não à qualidade do curso em si, como é possível verificar no excerto abaixo:

*[...] para mim não ajudou em nada. O curso foi legal, mas não deu em nada. O curso não deve ter me encaminhado 'pra' nenhum lugar, porque nunca fui chamada pra nenhuma entrevista (P. F. R. da S. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

Duas jovens disseram que, ao terminar o curso, apenas desejavam terminar o Ensino Médio e, portanto, não procuraram trabalho. Para elas o curso atendeu suas expectativas e apresentou apenas aspectos positivos, apontando, como os demais jovens, os recursos da escola como estrutura, limpeza, bons professores e a relação das “matérias” com o mundo do trabalho. Ambas disseram acreditar que quando forem procurar o emprego, o fato de terem feito o curso irá ajudar, pois estarão melhor preparadas para realizar entrevistas e, conforme uma delas, será possível colocar no currículo o nome de uma boa escola, o que acredita-lhe abrirá portas para o emprego. Não destacaram aspectos negativos.

Dos entrevistados, 05 mencionam que o curso possibilitou fazer amigos, ampliando sua rede social e, para 04 jovens, auxiliou muito em seu desenvolvimento contribuindo para melhoria da autoestima, superação da timidez, desinibição e maior facilidade para se comunicar.

Sendo assim, verificou-se que, dos vinte e oito jovens entrevistados nesta segunda etapa, dezesseis jovens conseguiram uma oportunidade de trabalho, a qual atribuem influência direta da participação nos cursos profissionalizantes. Evidenciam o Projeto de preparação para o mercado de trabalho, como possibilidade de preparo e encaminhamento para o curso específico, realizado nas outras instituições. Destes jovens, treze relataram que o emprego relaciona-se com a formação recebida e trata-se de trabalho “fixo” e com carteira assinada, conforme apontado por eles. Um jovem realiza estágio em área diversa de sua formação e uma jovem conseguiu

emprego em área diversa, porém atribui ao curso o fato de ter podido demonstrar “referência” no momento da busca por trabalho.

Cinco jovens optaram por dar continuidade aos seus estudos após o término do curso, terminando o Ensino Médio e somente em 2014 começaram a buscar trabalho. Todos demonstraram satisfação com a formação recebida.

Sete pessoas apontaram decepção por não terem conseguido um emprego até o momento, mesmo tendo procurado.

Pela fala dos jovens as instituições informavam aos participantes dos cursos que o currículo e os nomes seriam encaminhados a empresas, porém, para estes jovens, este processo foi falho ou não aconteceu, tendo em vista não terem recebido nenhum contato, nem para agendamento de entrevistas.

Aspectos negativos referidos aos cursos foram apontados unicamente, por estes jovens, que apresentaram dificuldade para evidenciar outras possíveis contribuições do curso, para sua vida pessoal e profissional, além da questão do emprego, que não aconteceu.

Diante dos relatos ficou bastante evidente a expectativa dos jovens em relação à conquista de um emprego. A minoria apontou que sua intenção era de apenas continuar estudando e, para muitos, a conquista do emprego seria possibilidade de financiar estudos futuros, em uma faculdade.

A maioria aponta satisfação com o curso e relatam apenas pontos positivos como a variedade de atividades, bons professores, boa estrutura da escola (organização, limpeza, recursos didáticos, etc.), a credibilidade e o “nome” da escola na cidade o que, para eles contribui para a conquista de um emprego.

Os jovens relataram, em geral, a importância de o projeto ter possibilitado o encaminhamento para uma das escolas profissionalizantes. Eles apontaram poucas contribuições relacionadas às aulas e atividades deste Projeto, além do encaminhamento para os cursos profissionalizantes, e destacaram que o curso precisava melhorar, pois faltavam estagiários (que davam as aulas) e que estes demonstravam, às vezes, não ter domínio sobre os temas abordados. Além disso, apontaram que o local onde as atividades eram desenvolvidas carecia de melhorias como: limpeza, manutenção do espaço físico, recursos para aulas, que em geral, resumiam-se em giz, lousa e poucos materiais, conforme relatado pelos jovens.

Em relação aos aspectos negativos apenas foi apontado, no caso dos cursos profissionalizantes, o fato de não terem conseguido ainda emprego e a decepção

relacionada a isto. Quando os jovens falaram sobre os aspectos positivos e negativos da participação no Projeto de Preparação para o Mercado de Trabalho e curso de capacitação, as respostas, em todos os casos, iniciavam-se com a relação entre a possibilidade de encaminhamento para uma das três escolas no caso do projeto e, no caso das escolas profissionalizantes, com a crença de que haveria encaminhamento para um emprego o que, para os que conseguiram tal encaminhamento ou emprego, tornou-se motivo de satisfação com o curso e demonstrando em suas falas outros aspectos positivos, como auxílio a superar timidez, melhoria nos relacionamentos, etc. Entretanto, para os jovens que não conseguiram o emprego, em geral, o fato demonstrou ser motivo de frustração com a escola. Para estes ficou evidente ser difícil atribuir ao curso outras contribuições positivas para sua formação e desenvolvimento pessoal, pois a grande expectativa era o ingresso no mercado de trabalho que os ajudaria na subsistência e na possibilidade de financiar outros desejos de consumo relacionados ou não à educação, conforme o excerto que segue:

*[...] ‘pra’ mim tudo isso não serviu de nada. Emprego que é bom até agora não tive, então não adiantou tudo o que fiz lá. Preciso de trabalho pra viver, comprar as coisas e até se quiser estudar mais vou precisar (M. C de S. Curso: Programa de educação para o trabalho).*

Para 21 deles, que desejavam realizar uma faculdade ou outro curso de formação profissional, o curso propiciou condições para conseguir um emprego, que financiasse seu “sonho”.

A oportunidade propiciada pela autarquia com o Projeto de preparação para o mercado de trabalho demonstrou ser, para muitos deles, uma possibilidade de conquista do sonho, uma ponte para o rompimento de suas condições sociais de exclusão, e a conquista de melhores condições de vida, pelo trabalho conseguido após os cursos.

Por fim, cabe destacar que a análise aqui apresentada relacionou-se aos trechos das entrevistas realizadas com os jovens, sem, no entanto, a preocupação de, obrigatoriamente, contemplar todas as falas. Tais trechos ilustram e demonstram aspectos aqui analisados e discutidos, diante da temática deste estudo, a fim de ressaltar uma ideia ou tendência apresentada, de acordo com o relato da maioria

dos entrevistados, levando-se portanto, em conta, a totalidade dos relatos apresentados pelos jovens, no contexto de suas falas.

#### 4.6.1 Considerações acerca das entrevistas: resultados apontados após a análise

Conforme a análise das entrevistas foi possível constatar o amplo interesse e anseio dos jovens, em relação ao seu ingresso no mercado de trabalho, de maneira que sua procura por cursos, tal como os apresentados neste estudo, está relacionada com a necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho.

Conforme já apontado, os jovens participantes entrevistados são oriundos de famílias participantes de programas de transferência de renda, do governo brasileiro, e de famílias em situação de vulnerabilidade social, portanto, pertencentes a famílias de baixa renda e pouca escolaridade, o que foi comprovado nas entrevistas, tendo em vista que os familiares dos jovens possuem, no máximo o Ensino Médio completo e são, em geral, empregados, em sua maioria, em funções que oferecem poucas oportunidade de desenvolvimento, e baixas remunerações (vendedores, azulejistas, soldadores, metalúrgicos, dentre outras ocupações).

Sendo assim, verificou-se que as condições materiais em que se inserem, bem como a alta competitividade no mercado de trabalho, colocam-se como desafios a serem superados, cuja única esperança que se lhes apresenta é o encontro, na educação, de possibilidades de superação, pela formação voltada para as necessidades que o mercado de trabalho impõe, crença esta que lhes é “vendida” com a oferta de cursos de capacitação profissional, tais como os aqui analisados, que, em seu discurso dizem propiciar um acesso facilitado ao mercado de trabalho nos programas de aprendizagem profissional.

Desta maneira, a relação que fazem entre a realização de cursos/aumento da escolaridade relaciona-se, com a crença na possibilidade de maiores oportunidades de colocação no mercado de trabalho, o que, tal como já discutido, é fruto dos limites e das possibilidades restritas dos jovens, dado o capital social precário de que dispõe.

A contribuição da família neste processo verificou-se ser realizada, por meio da transmissão da ideologia do esforço e do investimento na educação, como superação de sua situação atual. Assim, no âmbito em que essas relações são

vivenciadas, a decisão da família expressou o resultado das dificuldades encontradas em seu cotidiano, diante do valor socialmente atribuído ao trabalho.

Assim, para o jovem, ingressar no mercado de trabalho pareceu significar uma possibilidade da conquista de sua “liberdade”, no sentido da possibilidade de consumo, diante de sua precária situação econômica e, conforme aponta Madeira (1993), da imposição de símbolos juvenis como tênis, equipamentos eletrônicos, dentre outros, fruto do desejo de consumo da juventude.

Por isto:

Do lado do empregador, a preferência pelo jovem decorre, sobretudo, da sua qualificação específica [...] que rege esta mão-de-obra peculiar – menor pressão reivindicatória, pouca resistência à rotatividade, etc.[...] Mas o que se tem, de fato, é um jovem para o qual, não raro, a crise da adolescência, a necessidade de contestação intensa dos valores em geral e familiares em particular, estão, de forma certa, aguçadas pela pobreza associada à manipulação da imposição de um vasto consumo de símbolos da juventude. Aliás, é este consumo o principal móvel propulsor da fácil adesão dos adolescentes ao mercado de trabalho. E será no mercado de trabalho que o jovem certamente vai preferir ficar, se as instituições escolares continuarem absolutamente despreparadas para recebê-lo (MADEIRA, 1993 p. 12-13).

Desse modo, viu-se reforçada, pelo modelo de sociedade capitalista vigente, ancorada nas relações de consumo, a inserção precoce do jovem, no mercado de trabalho, que vai na contramão de políticas públicas que deveriam fomentar o contrário, ou seja, a permanência do jovem no âmbito escolar, para que, saindo mais tardiamente da escola e, de uma escola comprometida efetivamente com sua formação, pudesse disputar “seu lugar ao sol” em situação de igualdade, com as demais classes sociais. Ingressando mais tardiamente no âmbito do mercado de trabalho, seria possibilitado, por consequência, um “desafogamento” da problemática do desemprego geral, ampliando as possibilidades de ocupação para adultos já inseridos, ou que pretendam inserir-se no mercado de trabalho.

Em relação à rede social observou-se que, para alguns jovens o contato com amigos ou familiares propiciou o acesso a um emprego, em estabelecimentos de conhecidos, familiares ou locais onde um amigo ou parente já trabalhava.

Entretanto, de maneira geral, percebeu-se por meio da análise das entrevistas um restrito capital social dos jovens, tendo em vista que a rede de relações na qual estão inseridos restringe-se, em grande medida, aos familiares e amigos mais

próximos ou pertencentes ao mesmo grupo escolar e/ou religioso dispondo, assim, do acesso a poucas oportunidades, além daquelas propiciadas pela participação no Projeto e nos cursos.

Assim, diante do que foi verificado na análise dos projetos e dos cursos, bem como das entrevistas realizadas com os participantes, coube questionar o real compromisso da política pública, de formação para mercado de trabalho, implantada nas ações aqui analisadas. Sendo esta formação a depositária das expectativas destes sujeitos, que evidenciaram buscar ali, perspectivas de desenvolvimento pessoal e profissional.

Para Gentili (2004) romper com a ideia de educação como um direito corresponde a uma despolitização desta, dando-lhe um significado/papel, tal como uma mercadoria. Assim, para o autor, a estratégia do neoliberalismo corresponde à transferência da educação, da esfera política para a esfera do mercado, reduzindo a mesma à condição de mercadoria e de propriedade.

Diante disso, aponta o autor para uma reconceituação da noção de cidadania, pela valorização do indivíduo enquanto proprietário, passando este a ser o cidadão, que luta para adquirir mercadorias, em conformidade com o ideário neoliberal e, dessa maneira, deslocando toda compreensão de formação do cidadão de uma perspectiva crítica, para uma formação cooptada pelos interesses neoliberais.

Conforme Faleiros (1991), em conformidade com o ideário neoliberal o indivíduo realiza suas necessidades no mercado, sendo considerado livre para vender sua força de trabalho, sem estar diretamente ligado ao seu senhor como ocorria no feudalismo, porém em conformidade com os ditames impostos pelo mercado, o que ocorre pela exploração da força de trabalho. Assim, coloca que, por uma compreensão marxista, as necessidades são produzidas pelo próprio sistema de produção, para o qual o sujeito é meramente um produto deste sistema e à serviço deste. Diante disso observou-se que:

A força de trabalho do homem é uma mercadoria, mas uma mercadoria especial. Ela produz valor e as necessidades a serem mantidas e sustentadas pelos meios de subsistência. Esses meios de subsistência provêm do salário, que é o pagamento da força de trabalho, a qual produz mais do que o salário pago: a mais valia. Hoje em dia as desigualdades sociais mostram que não é a natureza do homem que orienta a economia, mas é a economia que tem a necessidade das desigualdades. Por intermédio das desigualdades

se estimula o consumo, a produtividade e a produção (FALEIROS, 1991, p. 34).

Conforme Grevet (1976 p. 27) é constituído um “sistema de manutenção dos trabalhadores nas relações sociais”, pela ótica capitalista, cuja manutenção significa a correspondência da personalidade do trabalhador à força de trabalho e mercadoria, papel que a sociedade lhe designa e impõe.

A partir desta compreensão, verificou-se que, a partir do momento em que a educação se torna um negócio, a “aquisição” do saber passa a ser negociado no mercado e uma desqualificação do ensino destinado às camadas populares. Assim, buscam o desenvolvimento da empregabilidade, ou seja, a capacidade dos jovens de adaptarem às demandas do mercado de trabalho restringindo o papel da educação a um mero adestramento, num contexto em que poucos efetivamente conseguirão sucesso.

Este pareceu ser o cenário evidenciado nesta análise e comprovado, muito claramente, nas falas dos jovens participantes os quais ingenuamente acreditam ter, nestas políticas públicas de caráter massificador e excludente, sua oportunidade de mudança de vida. A fala dos jovens, apresentada nas entrevistas, evidenciou a relação que fazem entre a busca pela educação e a melhoria de suas condições de vida, com o ingresso no mercado de trabalho, como se esta fosse a garantia de manutenção de seu poder de consumo, e realização de suas perspectiva se expectativas.

Desta maneira, a análise aqui apresentada apontou nesta direção, para uma ressignificação dos conceitos relacionados à educação, formação para a cidadania e a educação para o trabalho passaram a corresponder mais aos interesses do modelo capitalista de sociedade atual, alinhados ao ideário neoliberal, do que às necessidades de formação, relativas aos jovens das classes trabalhadoras.

Diante disso, o cenário evidenciou um panorama em que parece ser pouco possível vislumbrar possibilidades de superação e melhoria das condições da educação voltada às camadas populares, sendo, para isso, necessário ocorrerem mudanças no modelo de sociedade vigente para que assim, por consequência, mudanças no modelo de educação vigente hoje sejam implantadas o que, de imediato, parece uma saída pouco provável.

Entretanto, Saviani (2003), aponta como perspectiva a emergência de uma teoria crítica da educação, formulada do ponto de vista dos dominados, nas mãos

dos educadores, num processo de luta pela superação das mazelas que incidem sobre a educação nos dias atuais, de modo que possam exercer o “poder” que dispõem, na luta por melhores condições para a educação. Conforme o autor, tal processo viria ocorrer, ainda que os sujeitos estivessem conscientes da limitação que lhes é imposta no contexto atual, mas buscando a socialização do conhecimento de maneira que, este não fosse exclusividade de nenhum grupo social e nem utilizado como forma de dominação. Seria o saber socializado num constante movimento de busca pela construção de uma escola democrática, e acessível a todos.

Assim, como panorama que envolve as ações realizadas, verificou-se que “[...] de repente, um só sistema simbólico se exacerba e domina todo o currículo escolar, porque só ele domina o ‘currículo do cotidiano. A escola, aqui, reproduz a ‘vida’, tal como alienadamente se configura” (OLIVEIRA, 1995, p. 137). O trabalho passou a integrar os conteúdos a serem trabalhados, materializando a relação teoria e prática, tomada como o oferecimento de uma educação que possa ser “realizada” na vida e, assim, como a necessidade imposta relaciona-se com a inserção profissional, este objetivo foi colocado como intenção máxima do processo educativo determinando a outros aspectos necessários ao desenvolvimento destes jovens, um papel secundário.

Assim sendo, o trabalhador, sistematicamente marginalizado das estruturas reais do poder e de decisão naquilo que corresponde mais profundamente à sua natureza humana e se vincula diretamente a sua vida cotidiana, acaba por gerar em sentimento de impotência, uma certa maneira cristalizada de perceber o mundo e a si mesmo nele. A máquina social se apresenta para o indivíduo como algo dado, incontestável, ‘natural’, dentro da qual está esgotado como uma peça inerte (NUDLER, 1975, p. 95).

Diante desta realidade coube ao jovem, dentro da estrutura social na qual está inserido, buscar nas poucas possibilidades de superação que a ele foram apresentadas, como condições possíveis de superação e melhoria de suas condições de vida, o caminho para o seu tão sonhado “sucesso” pessoal e profissional.

Sendo assim, concluiu-se que:

Como um dos resultados das características acima, a escola torna-se uma poderosa agência para transmitir as forças que desvitalizam os

homens. A alienação de raízes existenciais acrescenta a alienação socialmente produzida. Realiza, assim, como instituição social, uma intensificação da racionalidade instrumental, opressiva e repressiva. Em lugar de contribuir para emancipar o homem, aprisiona-o nos moldes de pensar e agir típicos do capitalismo. Dá sua aprovação e incentivo ao aleamento dos seres humanos diante da natureza e da história, diante do trabalho como atividade vital, diante de seus semelhantes e diante de si mesmo (OLIVEIRA, 1995, p.136).

Entretanto, o que se concebeu como perspectiva é que se faz necessário ir além do trabalho, tal como instituído no modelo capitalista de sociedade, como instrumento principal da ação educativa, desenvolvida com a juventude e, do contrário:

Desenvolver a educação das massas, consolidação das conquistas e das realizações revolucionárias, significa fazê-las compreender seus interesses de classe, as questões vitais e urgentes que derivam da luta de classes, significa dar-lhes uma consciência mais clara e mais exata dos objetivos sociais da classe vitoriosa (PISTRAK, 2000, p.30).

Trata-se, portanto, de fornecer ferramentas efetivas que possibilitem ao jovem existir, enquanto ser social, enquanto cidadão de fato, consciente e participativo na medida em que aprende a ocupar os espaços sociais a ele reservados, passa a realizar-se enquanto sujeito pensante e pode, assim, agir em sociedade por meio de seu trabalho, a partir da tomada de consciência dos entraves e dos processos inerentes ao modo de acumulação capitalista, e o contexto da sociedade atual.

[...] Em termos mais concretos, é preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual é a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual o espaço ocupado pela classe explorada nessa luta; e terceiro lugar, qual o espaço que deve ser ocupado por cada adolescente; e, finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-as por um novo edifício (PISTRAK, 2000, p.31).

Deste modo, considera-se aqui como foco dos processos educativos dentro ou fora da escola que o objetivo principal da educação deve ser: “[...] estudar a realidade atual, penetrá-la, viver nela [...] à luz da luta travada contra o passado e da transformação da vida que deve levar à sua liquidação” (PISTRAK, 2000, p.32-33).

Sendo assim, o trabalho faz parte da prática educativa tendo em vista a relação deste com o existir do homem, no contexto social, e:

[...] deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas, e, de outro a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica (PISTRAK, 2000, p.38).

Entretanto, é importante considerar que o trabalho é uma das dimensões a ser contemplada nas propostas educativas, ou seja:

O trabalho é um elemento integrante da relação da escola com a realidade atual, e neste nível há fusão completa entre ensino e educação. Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre o trabalho e a ciência, mas de torná-los duas partes orgânicas da vida escolar, isto é, da vida social das crianças [...] Não se trata de estudar qualquer tipo de trabalho humano, qualquer tipo de dispêndio de energias musculares e nervosas, mas de estudar apenas o trabalho socialmente útil, que determina as relações sociais dos seres humanos [...] trata-se aqui do valor social do trabalho, como já foi referido acima, isto é, da base sobre a qual se edificam a vida e o desenvolvimento da sociedade (PISTRAK, 2000, p.50).

Desta maneira, tendo em vista o que foi apresentado e discutido, considerou-se possível uma ação educativa consciente e voltada para a formação humana em sua integralidade, tomando o trabalho como princípio educativo tal como apontado por Gramsci (1982), e não como um ajustamento mecânico e alienante, das classes trabalhadoras deixando a elas, apenas a perspectiva de adequar-se ao que o mercado de trabalho capitalista impõe, tal como foi identificado pela pesquisa, mas como princípio integrante de uma proposta educativa integrada à realidade social, no sentido da busca pela transformação. Assim:

Não obstante a tendência hegemônica ser a realização do processo de imbecilização das consciências, existe ainda a possibilidade do desenvolvimento de consciências críticas. Isso em virtude do fato de que – apesar de todos os esforços de legitimação de ideologias tais como a de que somente os incompetentes é que não encontram lugar ao sol – de uma forma ou de outras diferenças sociais tão alarmantes acabam por se fazer visíveis. Principalmente quando os esforços são centralizados para a tentativa de que estas se tornem explícitas, quando se questiona que produtos culturais são consumidos, que valores e normas de comportamento são veiculados e a que interesses servem. Tal trabalho pode e deve ser realizado pelos educadores[...] (ZUIN, 1995, p.174).

É nesta perspectiva de ação que se verificou a possibilidade de que políticas públicas, tais como as analisadas neste estudo, se consolidassem, enquanto

práticas que efetivamente pudessem contribuir com a transformação da vida dos jovens, e afirmação de sua consciência crítica, como protagonistas de uma ação social transformadora. Como aponta Frigotto (2006, p. 24):

[...] a escola, ainda que contraditoriamente, por mediações de natureza diversa, insere-se no movimento geral do capital [...] Entretanto, a escola, ao explorar igualmente as contradições inerentes à sociedade capitalista, é ou pode ser instrumento de mediação na negação destas relações sociais de produção. Mais do que isso pode ser um instrumento eficaz na formulação de condições concretas da superação destas relações sociais que determinam uma separação entre capital e trabalho.

Trata-se, portanto, de buscar a transformação da escola, da educação para torná-la transformadora, pois:

A escola, ao contrário, deve ser entendida como uma instância que interage dialeticamente com a estrutura social enquanto prática específica, mediadora. Isto significa que a escola, como elemento determinado, não deixa de influenciar os elementos determinantes, na medida em que há determinação recíproca das partes entre si e com o todo (FRANCO, 1984, p. 22).

Ficou claro o anseio dos jovens pelo acesso ao mercado de trabalho, como uma necessidade imposta pela configuração social vigente e, assim, desconsiderar o anseio que apresentam, enquanto classe trabalhadora; e a necessidade de uma formação que contribua para a entrada no mundo profissional seria ignorar um aspecto relevante e inerente às necessidades das classes trabalhadoras, impostos pela sociedade atual, em seu processo de luta por condições melhores, pois:

Vivemos num mundo jovem. Há 1,2 bilhões de jovens no mundo, cerca de 50% da população mundial possui até 25 anos e a próxima geração poderá atingir números ainda maiores, aproximadamente 1,8 bilhões. Torna-se evidente a necessidade de investimento social nessa população, quando se lida com dados que demonstram que 209 milhões de jovens são pobres, 130 milhões são analfabetos, 88 milhões são desempregados e 10 milhões vivem com HIV/Aids (ONU 2005) (LOPES et al, 2012, p. 202).

Entretanto o trabalho, como já colocado anteriormente, deveria ser concebido como uma das dimensões que compõem a formação integral dos educandos e não a única ou principal.

Assim, trata-se de uma contradição implícita neste processo de questionamentos da sociedade vigente, e que expressa uma dualidade contida na

prática de formação direcionada à juventude, pois, partir das necessidades impostas pelo mercado como algo dado e imutável direcionando as ações no sentido de preparar os estudantes para entrar nesse “jogo”, não cumpre o propósito da educação, enquanto prática comprometida com a transformação social, e com os interesses da classe trabalhadora. Porém, desconsiderar este aspecto contribuiria para reforçar sua situação de exclusão.

Diante disso, consideramos ser necessário avançar na construção de espaços que possibilitem a participação dos jovens e o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a diminuição da desigualdade, da discriminação e a violência a que está sujeita a maioria dos adolescentes e jovens no Brasil como apontam Lopes et al, (2012).

Assim, caberia partir de uma ação ancorada, na definição clara da finalidade da educação, e do estabelecimento das prioridades a serem contempladas na elaboração de políticas públicas, da natureza da que aqui foi analisada, numa perspectiva de caráter crítico, e comprometida com os anseios da classe trabalhadora.

Caberia, portanto, educar para que as novas gerações pudessem participar da própria definição e formulação de políticas, que caminhem na direção de suas necessidades, o que consistiria na dimensão ética da educação, conforme apontado por Frigotto (2006), sendo esta uma educação humanística e orientada não somente do ponto de vista do trabalho, mas do ser humano.

Para Silva (2012) a formação humana se dá na prática social e, assim, a dimensão do trabalho corresponderia a este:

[...] como elemento da prática pedagógica na formação profissional, não é o trabalho entendido como uma relação social que os homens estabelecem na produção de sua existência. Ou seja, o trabalho enquanto um processo em que participam os homens e a natureza [...] que pressupõe que o homem (e todo homem) possa ter condições objetivas de apropriar-se da natureza e transformá-la em seu proveito (FRIGOTTO, 1982, p.39).

Assim, diante das exigências do mundo moderno e das necessidades impostas pela sociedade atual, sem abrir mão de uma concepção crítica e emancipatória de educação, caberia o oferecimento de uma formação que preparasse o jovem para seu ingresso na vida em sociedade, como homem completo, integral, capaz para desfrutar de seus direitos, dentre eles uma educação

que lhes propiciasse formação naquilo que lhe é apazível, intrínseco às suas características e peculiaridades, e não imposto pelo contexto social. Que pudesse, então, escolher o que e para que desejem formar-se e não ter sua história determinada por instituições que definiram, previamente, qual seria seu papel social enquanto massa trabalhadora, oferecendo opções específicas e delimitadas para o jovem trabalhador, como ocorreu no Projeto analisado, ao estabelecer quais cursos e em que instituições os jovens das camadas populares, atendidos pela política social do município teriam acesso.

Dessa maneira a política acabou restringindo as opções e as áreas de atuação que aos jovens estariam disponíveis e, ainda, mostrou-lhes esta “oferta” restrita como possibilidade de mudança e superação o que, tal como apontou o resultado das entrevistas garantiu apenas poucas e restritas oportunidades a seus participantes.

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O IMPACTO DA AÇÃO DESENVOLVIDA: ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA IMPLANTADA**

Diante de tais resultados verificou-se que a política pública implantada, propôs oferecer uma formação de cunho geral e profissional.

Entretanto, no que concerne à formação geral, verificou-se que as atividades desenvolvem de maneira bastante superficial os objetivos propostos, tanto no caso do projeto de preparação para o mercado de trabalho, como nos demais cursos, realizando, em geral, atividades extracurriculares que compreendiam: música, artes, meio ambiente e outras temáticas como cidadania, protagonismo, etc. já apontadas neste estudo, com pouco aprofundamento, participação dos jovens restrita ao âmbito das aulas, e pouco preparo dos profissionais, em especial, no caso do Projeto de educação para o trabalho (estagiários).

No âmbito da formação profissional, o Projeto abordou temáticas relacionadas ao mercado de trabalho sob o aspecto do treinamento, do reforço de comportamentos considerados úteis ao mercado de trabalho, tal como “bom comportamento”, respeito, maneiras de vestir-se e comunicar-se, dentre outras, realizando uma adequação dos jovens ao que considera ser a realidade do mercado de trabalho, no município, conforme a concepção da equipe gestora e não efetivamente, a formação profissional. Este aspecto, em tese, seria propiciado nos cursos profissionalizantes para os quais encaminha os jovens.

Sobre os cursos profissionalizantes verificou-se que as opções de formação são restritas a três áreas e, conforme apontado nas falas dos jovens é uma formação, na qual depositam sua esperança de melhoria de condições de vida e, muitas vezes, constitui sua única possibilidade de formação profissional, já que, em geral, não possuem condições financeiras para pagar outros cursos de sua escolha ou ingressar em uma faculdade, enquanto não conseguirem um emprego.

As escolas que oferecem os cursos profissionalizantes dispõem de melhores estruturas físicas e corpo docente melhor preparado. Verificou-se que são estas instituições que acabam, ainda que de forma limitada, por contribuir com a inserção profissional dos jovens, por intermédio de programas de aprendizagem profissional, ou em um primeiro emprego, em grande parte das situações observadas.

São consideradas tradicionais e de “credibilidade” no município o que reforça, para a população atendida, o imaginário de que, estudar nestas instituições contribui

para que as oportunidades de conseguir um emprego, ainda que em funções elementares, ou como aprendiz, seja relativamente ampliada, tendo em vista que encaminham os currículos de seus alunos, para empresas da cidade.

Entretanto, conforme verificado nas entrevistas não se constitui, de fato, em uma garantia de que suas expectativas de emprego sejam alcançadas, tendo em vista que, vários jovens, mesmo realizando tais cursos e estudando nestas instituições, continuaram desempregados e buscando uma oportunidade de trabalho há mais de um ano, após o término dos cursos.

A qualificação (escolaridade e formação profissional) se transformou no fetiche capaz de romper com esse processo. Somas vultosas estão sendo gastas no mundo inteiro para requalificar trabalhadores. Os resultados são pífios se mensurados a partir da reinserção no mercado de trabalho, como atestam pesquisas em vários países. Também no Brasil, através do Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor), com verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), constituído pelas contribuições do PIS, Pasep, foram despendidos 596,3 milhões de reais (45% na região Sudeste do país) para atender a 3,3 milhões de trabalhadores. Em São Paulo, de acordo com a Secretaria do Trabalho, 11% dos trabalhadores que cursaram programas de formação conseguiram se inserir no mercado de trabalho em 1997. (SEGNINI, 2000, p. 06)

Assim, afirma a mesma autora que a qualificação para o trabalho é uma relação social que transcende a escolaridade ou a formação profissional, evidenciando que o reconhecimento da importância da escolaridade e da formação profissional são condições necessárias, mas insuficientes para o desenvolvimento social.

Para ela, apenas políticas e ações concretas, que visem o desenvolvimento social e econômico podem contribuir para a superação de desigualdades e o desenvolvimento da cidadania, em seu sentido real, e não cooptado pelos ditames capitalistas.

Para Oliveira (2002) as reformas implantadas no âmbito da educação profissional e no Ensino Médio, assumidas como prioridades no Governo do Sociólogo Prof. Fernando Henrique Cardoso, e em continuidade, na atualidade permeando a proposição de políticas públicas, que buscam materializar-se na relação entre educação e trabalho, tal como a ação fruto desta análise visavam. Na verdade, realizar uma adequação dos sistemas educacionais à nova ordem mundial,

demonstrando tal intencionalidade claramente explícita nos documentos legais propostas, e nos programas de governo.

Assim, conforme Oliveira (2002), o Brasil prosseguiu incorporando as orientações de organismos internacionais, sem levar em conta suas características históricas, incorporando em seu sistema educacional padrões impostos, e demonstrando o quanto as elites incorporaram acriticamente modelos construídos a partir de outras realidades, aumentando ainda mais a lacuna entre uma formação voltada para o “dirigir”, e outra para o “fazer”, configurando-se assim em um instrumento de dominação das elites políticas e econômicas, no âmbito da sociedade brasileira, tal como se viu expresso na política pública aqui analisada.

Nesse âmbito, tornou-se a educação:

[...] uma arma nas mãos das classes dirigentes. Mas estas não tinham nenhum interesse em revelar o caráter de classe da escola: as classes dirigentes não passavam de uma minoria, uma pequena minoria subordinando a maioria a seus interesses, e é por isso que se esforçavam para mascarar a natureza de classe da escola, evitando colaborar na destruição de sua própria dominação (PISTRAK, 2000, p. 29).

Para Saviani (1987), ao destacar que a dualidade entre educação profissional e geral deve ser entendida a partir das relações capitalistas de produção, da mesma maneira que esta sociedade divide-se entre proprietários e não proprietários, evidencia também que no ensino há uma dualidade, entre aquele voltado para os que irão comandar (científico e intelectual) e o voltado para as massas, que serão dirigidas.

Assim, no discurso presente no âmbito da Assistência Social, onde o projeto é desenvolvido, viu-se ampliada a lacuna existente entre a formação destinada às elites dirigentes, e a formação das classes populares, consolidada por práticas da natureza destas ações no município. Deste modo,

A diversidade da intervenção do Estado capitalista pode também ser visualizada pelos distintos domínios de política social: saúde, educação, habitação, serviços sociais, informação, defesa do consumido [...] Assim, [...] as medidas sociais podem ser classificadas, tendo em conta o critério de sua extensão e profundidade. Mas é principalmente em função de certas categorias de população que as políticas sociais são apresentadas: os grupos-alvo, classificados ora por idade (crianças, jovens, velhos), ora por critérios de normalidade/anormalidade (doentes, excepcionais, inválidos, psicótico, mães solteiras, desadaptados sociais,

delinquentes, etc.). Esse tipo de classificação das populações-alvo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que as divide, fragmenta, tem por objetivo controlá-las e realizar uma etiquetagem que as isola e as caracteriza como tal (FALEIROS, 1991, p. 57).

Sendo assim,

Ao implantar políticas sociais com intenção de reintegrar os desviados sociais, estes são marcados pela própria existência dessa política social em relação ao desvio, agora definido oficialmente como anormal. As medidas de política social, discriminando as populações-alvo por critérios de idade ou de normalidade/anormalidade, transformam esses mesmos grupos em anormais, em fracassados, em desadaptados (FALEIROS, 1991, p. 57-58).

Pôde-se constatar que a participação no projeto e nos cursos contribuiu para que o jovem permanecesse estudando durante o Ensino Médio, já que foi um dos requisitos para realização dos mesmos, evitando assim, sua evasão para ingressar no mercado de trabalho, que, tal como já foi apontado, costuma ocorrer nessa faixa etária atendida pelo projeto (14 anos) e, em geral, se dá de maneira informal tendo em conta, ser proibido trabalhar antes dos 16 anos, salvo sob a condição de aprendiz, conforme consta na Constituição Federal, e aqui já colocado.

Sobre este aspecto, entretanto, pôde-se apontar que o oferecimento do Ensino Integral que vem sendo implantado no município desde 2013 e aos poucos ampliado nas escolas estaduais e municipais, e que, portanto, não atingiu os entrevistados nesta pesquisa, pode se consolidar como um espaço propício de formação para a juventude, alinhado às suas reais necessidades de formação.

Este processo pode ocorrer por meio do desenvolvimento de uma proposta, que implante a relação entre educação e trabalho, numa perspectiva crítica e comprometida com os interesses da classe trabalhadora nestes espaços, contribuindo com a manutenção dos jovens no sistema educacional, postergando sua inserção no mercado de trabalho e garantindo-lhes efetivamente o direito à educação em sua integralidade.

Caberia, então, propiciar nestes espaços uma formação geral e profissional que possibilitasse o acesso a conhecimentos diversificados, e às bases que os permita ter acesso a estudos posteriores, relacionados à sua escolha profissional. Portanto, implantar uma proposta educativa relacionada à formação humana no sentido amplo e integral e não ao adestramento, tomando a concepção

de formação para o trabalho, numa perspectiva crítica e comprometida com seus anseios.

Conforme Neves (1994) o desenvolvimento das políticas de cunho educativo no país está relacionado ao nível de participação da população, o que, portanto, deve ser incentivado no âmbito da juventude a fim de que a formação oferecida propicie efetivamente o desenvolvimento de seu protagonismo no âmbito social, como agente de mudanças.

Assim, trata-se de fomentar uma proposta de Ensino Integral comprometida com a integralidade que a formação humana requer, contemplando as dimensões intelectual, física e profissional.

Não se trata da formação da juventude para esta sociedade vigente, relacionada aos interesses do capital e sua lógica, que, tal como aponta Sanfelice (2005), é gestada pelas classes dirigentes e disfarçada sob o “rótulo” de escola pública gratuita, laica e obrigatória. Porém, constituindo-se num espaço onde uma educação democrática, voltada para a socialização dos saberes historicamente produzidos pela humanidade, em suas diversas áreas, permita o acesso à diversidade de saberes e experiências que contribuam para sua formação humana e integral; para a formação do homem *omnilateral*, compreendendo a dimensão do trabalho e da educação, a dimensão teórica e a prática, geral e profissional, e, sobretudo, humana e humanizadora das relações que permeiam a vida da juventude contemporânea.

Sendo assim, caberia a partir deste estudo analisar perspectivas de consolidação da relação entre trabalho e educação no modelo de escola em Tempo Integral que vem sendo implantado e abrangendo o Ensino Médio, buscando-se compreender de que maneira seria possível implantar uma proposta de ensino que contemplasse as dimensões de formação consideradas comprometidas com a classe trabalhadora.

Trata-se de buscar compreender os anseios dos jovens que iniciam o Ensino Médio em escolas de Tempo Integral, em contraponto com a oferta formativa oferecida pelas escolas e as possibilidades que poderiam ser vislumbradas; bem como analisar os modelos de gestão educacional, implantados em tais espaços e a relação com a promoção de uma educação de cunho crítico e reflexivo, considerada aqui como comprometida com a formação humana.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Teoria da semicultura. **Educação & Sociedade**. São Paulo, n. 56, p. 388-410, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRÉ, M. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, DF: Liber Livros, 2005.

APPLE, M. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense. 1982.

ARAGÃO, J. E. de O. S. **O trabalho como elemento (re) educativo de adolescentes de classe trabalhadora**: o caso de uma instituição de São Carlos. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1998.

BARDANACHVILI, E. **Educação e trabalho**: o papel da escola e a qualificação para o mercado. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2011.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 31, Paris: 1980. pp.2-3.

BRASIL. **Lei da Aprendizagem**. Lei 10.097 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm)>. Acesso em 24/10/13.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (Ensino Médio). Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em 27/10/13.

\_\_\_\_\_. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada em 2008.  
Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.  
Acesso em 25/10/13.

\_\_\_\_\_. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)** - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.  
Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas\\_frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional](http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas_frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional)>. Acesso em 25/10/13.

\_\_\_\_\_. **Guia de políticas públicas da juventude**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.  
Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/guia-de-politicas-publicas-de-juventude>>. Acesso em 28/10/13.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Ação Jovem**.  
Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/acaojovem>. Acesso em: 20/10/2013.

\_\_\_\_\_. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Educação. **Programa Vence**. Disponível em: <http://www.vence.sp.gov.br/remt/av/Padrao/aplicacao-site/>. Acesso em 20/10/2013.

\_\_\_\_\_. Governo do Estadual de São Paulo. Secretaria De Segurança Pública Do Estado De São Paulo. Estatísticas. Disponível: <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=306>. Acesso em: 14/04/2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **ProJovem Urbano**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20/10/2013.

BRYAN, N. A. P. **Educação e processo de trabalho**: contribuição ao estudo da força de trabalho no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 1983.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1988.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CMDCA. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Municipal da Política de Direitos da Criança e do Adolescente. Limeira, 2006.

COLL, C. O. O currículo do ensino fundamental no despertar do século XXI. **Revista Pátio**, São Paulo, p. 35-36, fev./abril. 2006.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D.; FOGUEL, M. N. **Decisões críticas em idades críticas**: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho no Brasil e em outros países da América Latina. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

COVRE, M. de L. M. **O que é cidadania**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

DALE, R. A educação e o estado capitalista: contribuições e contradições. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 13, n.1, p. 17-37, jan/jun. 1988.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p.139-154, março de 2002.

EASTON, D. **The political system**. New York: Wiley, 1953.

FALEIROS, V. de P. **A política social no estado capitalista**: as funções da previdência e da assistência sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

FRANCO, L. A. de C. **Escola, trabalho, mercado de trabalho**. São Paulo: Cernafor, 1984.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escolar improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: Gentili, P. (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo e a crise da escola pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. (orgs.). **Escola S. A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília: CNTE, 1996.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GREVET, P. **Besoins populaires et financement public.** Paris: Éditions Sociales, 1976.

HAM, C.; HILL, M. **The policy process in the modern capitalist state.** Londres: Harvester Wheatsheaf, 1993.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Loyola, 2008.

HENRY, P.; MOSCOVICI, S. Problèmes de l'analyse de contenu. In: **Langages**, Paris, v. 02, n. 11, p. 36-60, set., 1968.

HOFFMANN, H. **Desemprego e subemprego no Brasil.** São Paulo: Ática. 1977.

IANNI, O. **Capitalismo – violência e terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF.** Rio de Janeiro, 2003.

Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=352690&idtema=19&search=sao-paulo|limeira|mapa-de-pobreza-e-desigualdade-municipios-brasileiros-2003>. Acesso em: 25/03/2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas.** Rio de Janeiro, 2001.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/>

Acesso em: 25/03/2014.

JENKINS, W. I. **Policy analysis: a political and organizational perspective**. Oxford : Martin Robertson, 1978.

KUENZER, Acácia Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ensino de 2o grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo. Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília: INEP/MEC, 1987.

LOPES, R. E. et al. Adolescentes e jovens em escolas públicas de ensino médio em São Carlos / SP. In: FERREIRA JR, A.; HAYASHI, C. R. M.; LOMBARDI, J. C. (orgs). **A educação brasileira no século XX e as perspectivas para o século XXI**. Campinas: Alínea, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MADEIRA, F. R. Educação e Trabalho: um Balanço Crítico. In: **Em aberto**, Brasília, ano 03, n. 19, p. 1-13. mar., 1984,

\_\_\_\_\_, F. R. **Pobreza, Escola e Trabalho**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 7, p. 70-83, janeiro/março de 1993.  
Disponível em: [http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07n01\\_10.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v07n01/v07n01_10.pdf).  
Acesso em: 06/04/2014.

MALHEIROS, B. T. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática, v. 26/27,, 1990/1991. pp. 149-158.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. Rio de Janeiro: Brasil, 1989.

MARX, K. **Instruções para os delegados do Conselho Central Provisório: as diferentes questões.** Lisboa: Avante Edições, 1982.  
Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>>.  
Acesso em: 20/10/2013.

MATUS, C. **Adeus senhor presidente:** governantes governados. São Paulo: Fundap, 1996.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEVES, L. M. W. **Educação e política no Brasil de hoje.** São Paulo: Cortez Editora, 1994.

NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels.** São Paulo: Cortez, 1993.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico.** Lisboa: Educa, 2002.

NUDLER, T. B. A educação e os mecanismos ocultos da alienação. In: **Revista Ciencias de La Educación.** Rosario, n.4, p. 89-110,1975.

OLIVEIRA, L. D. A construção do “desenvolvimento sustentável” sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da “crise ambiental”. In: **Colóquio internacional Marx e Engels.** Campinas, CEMARX UNICAMP, n. 5, 2007.

Disponível em:

[http://www.unicamp.br/ce marx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao2/Leandro\\_Oliveira.pdf](http://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao2/Leandro_Oliveira.pdf)

Acesso em: 25/04/2014.

OLIVEIRA, M. C. de. **Caminhos para a gestão compartilhada da educação escolar.** Curitiba: Ibpx, 2011.

OLIVEIRA, N. R. A escola, esse mundo estranho. In: PUCCI, B. (Org.) **Teoria crítica e educação. A questão da formação cultural na escola de Frankfurt.** São Carlos: Editora UFSCar, 1995.

OLIVEIRA, R. Ensino médio e educação profissional: reformas excludentes. In: **Trabalho & crítica: anuário do GT trabalho e educação**. Florianópolis: UFSC/ NUP/ CED: Cidade Futura, 2002.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1992.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PHILLIPS, B. S. **Pesquisa Social: estratégias e táticas**. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA – **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**.

Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/quem\\_faz/](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/quem_faz/)  
Acesso em: 25/03/2014.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Inserção ocupacional e o emprego dos jovens**. São Paulo: UNICAMP/IE/ABET, 1998.

ROUSSEAU, J. J. **O Contrato Social**. São Paulo, Formar, 1980.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. Campinas: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

\_\_\_\_\_. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1987.

SANCHIS, E. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SANFELICE, J. L. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO,

M. I. M. (Org.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

SEGNINI, L. R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. In: **São Paulo Perspec.** São Paulo, vol.14, n.2, Apr./June 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392000000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392000000200011&script=sci_arttext) Acesso em: 06/04/2014.

SILVA, M. R. da. **Perspectivas Curriculares Contemporâneas**. Curitiba: Ibpex, 2011.

TREIN, E.; CIAVATTA, M. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, Set /Out /Nov /Dez, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a11.pdf>>. Acesso em: 18/05/12.

VILELA, R. A. de G.; FERREIRA, M. A. L. **Nem tudo brilha na produção de joias de Limeira – SP**. Production, São Paulo, v.18 n.1, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010365132008000100014&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010365132008000100014&script=sci_arttext). Acesso em 15/05/2014.

ZUIN, A. S. Seduções e simulacros – considerações sobre a indústria cultural e os paradigmas da resistência e da reprodução em educação. In: PUCCI, B. (Org.). **Teoria crítica e educação**. A questão da formação cultural na escola de Frankfurt. São Carlos: UFSCar, 1995.

## APÊNDICE A – Roteiro da primeira etapa de entrevistas

1. Qual é o seu nome, idade, sexo e escolaridade?
2. Onde e com quem você reside?
3. Qual é a idade, profissão e nível de escolaridade das pessoas que residem com você?
4. Que atividades você e sua família costumam realizar e que locais costumam frequentar para estudos, lazer, atividades políticas, religiosas, voluntariado, esportivas etc.?
5. Como foi seu percurso até chegar ao Projeto? Houve indicação de algum conhecido, da equipe do Projeto, da família ou você participou de outros projetos da autarquia anteriores a este?
6. Você desenvolveu algum tipo de trabalho antes de completar 14 anos?
7. Quais eram objetivos/perspectivas ao procurar o projeto?
8. Quais eram os interesses/objetivos de sua família ao matricular você no projeto e o que eles costumavam dizer a você quando vocês procuraram este projeto? Comente.
9. Você tinha algum parente ou conhecido que já participou do projeto antes de seu ingresso? Comente.
10. Como são as atividades que você desenvolve no Projeto?
11. O que você considera mais importante no projeto?
12. Que atividades desenvolvidas no projeto você considera que mais o ajudam a atingir o objetivo que fez você se matricular no Projeto?
13. Você já procurou ou está procurando trabalho?
14. Conseguiu algum tipo de emprego? Onde?
15. Caso tenha respondido sim na pergunta anterior, você considera que o sucesso na conquista do emprego acima tem relação com sua participação no Projeto?
16. Caso não esteja trabalhando, comente se em sua opinião isso se deve à escolha pessoal ou dificuldade para conseguir trabalho.
17. Você considera que o projeto forneceu condições para conquista de um emprego?
18. Quais foram suas expectativas ao terminar o Projeto?
19. Como foi a possibilidade de escolha do curso de capacitação para o qual você foi indicado?
20. Que curso de capacitação profissional você irá cursar ou está cursando?
21. Houve alguma indicação ou sugestão da equipe do Projeto ou de sua família e amigos?
22. Quais são suas perspectivas ao iniciar estes cursos? E agora que está concluindo?
23. Que pontos você considera positivos e negativos no curso realizado?
24. Você participa de algum outro projeto ou atividade além deste? Como é este projeto/atividade?
25. Quais são seus projetos/planos agora que terminou este curso?

26. Em sua opinião, qual foi a importância de ter participado do Projeto e do curso de capacitação profissional para sua vida pessoal e profissional?

27. Você indicaria a participação nesses cursos para outros colegas e familiares?

28. Você já recebeu alguma proposta de trabalho relacionada à profissão que você está aprendendo neste curso?

29. Você considera importante se qualificar (estudar) para conseguir um emprego? Por quê?

## **APÊNDICE B – Roteiro da segunda etapa de entrevistas**

1. Qual é o seu nome, idade, escolaridade, curso de capacitação realizado e nome da instituição onde fez o curso?
2. Quais pontos que você considera positivos e negativos no curso realizado?
3. Quais são suas expectativas agora ao terminar o curso?
4. Você está empregado?

Perguntas específicas para os participantes que responderam sim na pergunta anterior:

5. Qual é seu local de trabalho e o que você faz?
6. Foi contratado como menor aprendiz?
7. Como foi seu percurso na conquista deste emprego?
8. Este trabalho é relacionado ao curso que você fez?
9. Houve alguma indicação da família, conhecidos, da escola, etc. que ajudou você a conseguir este emprego?
10. Você acha que a participação no Projeto ajudou você a conseguir este trabalho? E a participação no curso de capacitação profissional?

Perguntas específicas para os participantes que não estão trabalhando:

11. Você não está trabalhando por escolha pessoal ou por não ter conseguido emprego ainda, mesmo tendo procurado trabalho?
12. Você considera que a dificuldade para encontrar trabalho está relacionada à qualidade dos cursos que você fez?

Perguntas para todos os entrevistados:

13. A participação no curso realizado atingiu suas expectativas e objetivos ao procurar estes projetos?
14. Você participa de algum outro projeto ou atividade além deste? Como é este projeto/atividade?
15. Quais são seus projetos/planos agora que terminou este curso?
16. Você pretende continuar estudando?
17. Em sua opinião, qual foi a importância de ter participado do projeto e do curso de capacitação profissional para sua vida pessoal e profissional?
18. Você indicaria a participação nesses cursos para outros colegas e familiares?